

eHUMANIT@S

Revista Eletrônica das áreas Sociais e Humanas do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - Araçatuba (São Paulo)

ISSN 2527-1466



2022 - nº 12

2º Semestre

Apresentação

A revista **eHumanitas** tem por objetivo promover a publicação semestral de artigos originais em meio digital, tendo como finalidade contribuir cientificamente para as áreas Humanas e Sociais, dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Psicologia, Publicidade e Propaganda e Serviço Social do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba, abrangendo os trabalhos de pesquisas, iniciação científica, conclusão de curso e outros de natureza científica.

Corpo Editorial

Conselho Diretivo

Pe. Erondi Tamandaré Reis Pereira - Presidente
Prof. André Luis Ornellas - Vice-presidente
Profa. Fabiane Cristina Spironelli - Coordenadora da Revista

Conselho Editorial

Prof. Antônio Moreira
Profa. Cláudia Lopes Ferreira
Prof. Fernando Sávio Rodrigues dos Santos
Prof. Helton Laurindo Simoncelli
Prof. José Carlos Lorenzetti
Profa. Mirella Martins Justi

Conselho Consultivo

Profa. Cleide Henrique Avelino – Normas
Profa. Fabiane Cristina Spironelli - Normas
Prof. Jeferson da Silva Machado - Normas
Prof. João Geraldo Nunes Rubelo - Normas
Profa. Joicimar Cristina Cozza - Normas
Profa. Lilian Pacchioni P. de Souza – Língua Portuguesa e Língua Inglesa
Prof. Fernando Sávio Rodrigues dos Santos - Língua Portuguesa

Capa, Diagramação e Arte-Final

Prof. Maikon Luis Malaquias

MSMT UniSALESIANO Araçatuba
Rodovia Senador Teotônio Vilela, 3.821 - Jardim Alvorada – Araçatuba - SP - Brasil
(18) 3636-5252 - Fax (18) 3636-5274
E-mail: unisalesiano@unisalesiano.com.br
Site: www.unisalesiano.edu.br

Normas para publicação

A Revista **eHumanitas** aceita apenas artigos inéditos e exclusivos, que não tenham sido publicados e nem que venham a ser publicados em outro veículo.

A ordem em que aparecem os **nomes dos autores** poderá ser alfabética quando não houver prioridade de autoria, identificando autores, orientadores, professores de metodologia ou conclusão de curso. Havendo prioridade de autoria do artigo, a ordem de colocação dos nomes corresponderá ao primeiro nome sendo o autor principal, e os demais na ordem hierárquica de importância.

No caso de haver **fotos de pessoas**, os autores deverão providenciar documento de autorização, bem como respeitar a regra de desfocar a imagem – impossibilitando a identificação – do rosto quando se tratar de menores de 18 anos. (art. 5º, inciso X, da constituição federal de 1988).

Em caso de aceite do artigo para publicação, os autores deverão assinar o **Termo de Aceite de Publicação**, disponível no site da revista. Se o trabalho envolver **pesquisa com seres humanos ou outros animais**, deverá ser mencionado o número do processo de autorização pelo Comitê de Ética em Pesquisa, humano (CEAA) e animal (CEUA (Comitê de Ética na Utilização de Animais)).

Os artigos deverão **conter necessariamente entre 8 e 15 páginas** contando com as referências. Para as normas de formatações gerais dos artigos, a revista **eHumanitas** terá como padrão as normas fundamentadas na ABNT

Contato

Postagem e endereço eletrônico

Os artigos originais devem ser encaminhados para o endereço eletrônico **ehumanitas@unisalesiano.com.br**

Sumário

Administração

A importância da gestão financeira para a agricultura familiar: Marcio Fabricio Barbosa Rodrigues, Silvio Mandarano Scarsiotta, Cleide Henrique Avelino.

Empoderamento feminino nas empresas: Isabela Alves Casarotti, Tauana Kenyd Jardim Costa, Vinicius dos Santos Pereira, Fabiane Cristina Spironelli, Cleide Henrique Avelino.

Gestão da criatividade para o desenvolvimento da inovação na organização: Clarice Mileni Baptista Bembo, Mariana Palombo Lima, Silvio Mandarano Scarsiotta, Cleide Henrique Avelino.

Gestão Financeira orientada para Pessoa Física: Aline Cristina da Silva, Raiane Araújo Caldeira, Marcos César Bottaro, Cleide Henrique Avelino.

Ciências Contábeis

Análise da capacidade de pagamento e lucratividade da empresa Magazine Luiza S/A para o processo de tomada de decisão: Diego Aparecido Ferrareto, Gabriele Pereira da Silva, João Eduardo Moraes de Oliveira, Walcir Gonçalves de Lima, Cleide Henrique Avelino, Fabiane Cristina Spironelli.

A relevância de um Planejamento Tributário em empresas prestadoras de serviço para a diminuição de gastos sobre tributos: Gustavo Beitem Ribeiro, João Pedro Dugolni Souza, Celso Roberto Dias, Cleide Henrique Avelino, Fabiane Cristina Spironelli.

Indicadores fundamentalistas, com base no método avaliação por múltiplos, e o valor das ações da empresa Minerva Foods: Gabriel Guimarães Silva, Guilherme Mendes da Silva Junior, Walcir Gonçalves de Lima, Cleide Henrique Avelino, Fabiane Cristina Spironelli.

Direito

Defensoria Pública e a efetividade do acesso à justiça no Brasil: Gustavo Leal Barbosa, Nilton Godoy Trigo, João Geraldo Nunes Rubelo, Helton Laurindo Simoncelli.

Guarda compartilhada entre genitor e avós: direito dos netos: Amanda Manzatti Neves, Cibele Rodrigues, João Geraldo Nunes Rubelo, Helton Laurindo Simoncelli.

O servidor público e a proposta de emenda à constituição PEC 32: Rogério Mendonça Ferreira, Cláudio Aparecido Bonfim Trevizan, João Geraldo Nunes Rubelo, Helton Laurindo Simoncelli.

Psicologia

Dispositivos de controle presentes nas universidades: uma análise dos impactos na vida de discentes que performam no feminino: Ariel Masucato Rodrigues, Igor Matheus Caldeira Brassioli, Joicimar Cristina Cozza.

Geração Glass: o impacto das telas no desenvolvimento infantil: Ana Beatriz M. de Sousa Lima, Nathalia B. Marçal Vieira, Thais A. Mendes Rodrigues, Flávia C. Santiago de Oliveira.

Investigando o conceito de apercepção para a Psicologia: Jéssica Caroline Hilário, Maria Eduarda Cirino, Ederson Ribeiro Costa.

Sociedade disciplinar, reforma psiquiátrica e movimento antimanicomial: processo histórico e desafios na contemporaneidade: Carlos Eduardo Marotta Peters, Joicimar Cristina Cozza, Ariel Masucato Rodrigues, Igor Matheus Caldeira Brassioli.

ADMINISTRAÇÃO

A importância da gestão financeira para a agricultura familiar

The importance of financial management for family farming

Marcio Fabricio Barbosa Rodrigues¹
Silvio Mandarano Scarsiotta²
Cleide Henrique Avelino³

RESUMO

Este artigo visa, bibliograficamente, expor as principais peculiaridades da Agricultura Familiar, além de mostrar partes de seus conceitos históricos na Atividade Agrícola. O baixo desempenho da Agricultura Familiar é reflexo da falta de acompanhamento financeiro e econômico, por isso, a pesquisa expõe como a Gestão Financeira pode auxiliar no desenvolvimento financeiro dessas famílias rurais. Desse modo, a realização deste artigo científico esclarece os principais impactos da aplicação de uma Gestão Financeira em uma instituição rural do segmento familiar, já que a falta de estudo e conhecimento técnico reflete nas principais tomadas de decisões. Para isso realizou-se a pesquisa bibliográfica, a fim de explicitar os aspectos de liderança em Gestão Financeira, que contribuam para melhorar o desempenho da Agricultura Familiar.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Atividade Agrícola, Gestão Financeira

ABSTRACT

This article aims, bibliographically, to expose the main peculiarities of Family Agriculture, in addition to showing parts of its historical concepts in Agricultural Activity. The low performance of Family Farming is a reflection of the lack of financial and economic monitoring, with this, the research exposes how Financial Management can help in the financial development of these rural families. Thus, this scientific article clarifies the main impacts of the application of Financial Management in a rural institution of the family segment, since the lack of study and technical knowledge is reflected in the main decision-making processes. For this, bibliographical research was carried out, in order to clarify the aspects of leadership in Financial Management, which would help in a better performance for Family Farming.

Keywords: Family farming, Agricultural Activity, Financial management

Introdução

O setor da agropecuária em família tem origem na história do Brasil e do próprio ser humano. Sua influência foi minimizada ao longo de décadas em consequência dos avanços tecnológicos do próprio setor agropecuário e dos outros setores produtivos da economia. Assim, aos poucos, a terminologia familiar tem sido associada ao passado, de pouca importância. Entretanto, o mundo atual, contexto

¹ Acadêmico do 8º termo do curso de Administração no Centro Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

² Administrador; Mestre em Administração de Empresas; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

³ Contadora; Especialização em Contabilidade; Administração e Finanças. Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

Brasil, colocou o sistema familiar de produção dentro de uma formatação social econômica própria e em grande parte pouco estruturada, haja vista que sua importância vem sendo resgatada quando se questiona o futuro das pessoas que dependem do campo para sobreviver, a problemática da saída de famílias de pequenas propriedades e, conseqüentemente, a pressão social decorrente das desigualdades em relação ao campo e nas cidades.

Desse modo, o fundamento inicial das informações resultou em delimitar o tema para dar ênfase à Importância da Gestão Financeira para a Agricultura Familiar, caracterizando a importância de gerir corretamente os principais recursos financeiros provindos da renda produtiva das principais propriedades do segmento agrícola familiar. Dessa maneira, auxilia principalmente os pequenos empresários que não tem conhecimentos técnicos de como lidar com as principais finanças de suas propriedades.

O objetivo geral deste artigo foi pesquisar os conceitos de agricultura familiar e procurar entender suas estruturas, desde o núcleo familiar ao desenvolvimento do progresso produtivo e econômico através de benefícios de cooperação governamentais. Com esse objetivo estuda-se compreender a visão de lucro pessoal na renda estabelecida pelo produtor.

Os objetivos específicos traçados para este estudo foram identificar como a Gestão financeira pode auxiliar na melhoria do desempenho da agricultura familiar e também entender as peculiaridades das unidades da agricultura familiar, necessidade de utilizar informações financeiras. Para isso, através da pesquisa bibliográfica ressaltaram-se as informações necessárias para atender os objetivos traçados no presente tema.

Dessa maneira, através da pesquisa realizada buscaram-se informações para dar resposta ao problema deste artigo: A gestão financeira auxilia em um melhor desempenho da agricultura familiar?

Foi apresentado nesse artigo como pressuposto teórico que a gestão financeira auxilia em um melhor desempenho da agricultura familiar, pois apresenta ferramentas de fortalecimento para cada tipo de ação produtiva do setor de agricultores familiares. Dessa forma, facilita a construção de um capital essencial para futuros investimentos a seu favor criando possibilidade de ter acesso a um

crédito de benefícios rurais através de ações públicas ou privadas para tal desenvolvimento dessas pequenas propriedades rurais.

No presente trabalho foi realizado método de pesquisa bibliográfica, através de livros, revistas digitais, sites relacionados ao tema, abordou todo conteúdo necessário para o desenvolvimento das informações apresentadas.

Agricultura familiar significado e origem histórica

De acordo com Schneider; Cassol, (2013), a Agricultura familiar pode ser representada como pequenas empresas rurais que desenvolvem atividades produtivas em diferentes ramos do pequeno mercado agrícola. Ela compõe para o mercado do agronegócio crescimentos significativos, não apenas para economia, como para produção do país.

Dessa forma Schneider; Cassol, (2013), indicam que apesar de parecer um mercado pequeno, ao contrário disso, a conjunção de toda rede de pequenos agricultores do país tem sua grande parte na contribuição para o agronegócio brasileiro, ela pode apresentar índices de 38% em valores produtivos e conceder uma receita de 34% para a economia do país.

O período de transição política (1992 até 1994) acabou fortalecendo as lutas dos movimentos sociais rurais organizados, especialmente o sindicalismo, o que levou a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996 (decreto presidencial n. 1.946, 28/7/1996) e, mais tarde, com a Lei da Agricultura Familiar (lei n. 11.326) em 2006. (SCHNEIDER; CASSOL, 2013, p. 5 - 6)

Conforme os autores acima citados, o segmento da agricultura familiar desenvolveu seu reconhecimento nas transformações iniciadas na década de 90, depois do fim do regime militar. Assim possibilitou a atuação sindicais trabalhistas, que com parcerias de intelectuais e especialistas do ramo, discutiram a visibilidade do pequeno produtor de subsistência para com mercado produtivo, garantindo direitos aos produtores que ainda um tempo atrás eram descritos como produtores de baixa renda.

Segundo Schneider; Cassol (2013), a atuação dos sindicatos rurais apesar de controversas atualmente, mobilizou lutas em busca de constantes melhorias para a melhor visibilidade do setor, em que o principal objetivo era reforçar ações do estado com esses trabalhadores e suas famílias, o que levou à criação do Programa

Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, destacando modalidades de financiamentos na produção, infraestrutura, capacitação, entre outros.

Essa mediação dos sindicatos buscou formas de melhoria de preços, créditos e variedades na comercialização dos principais segmentos do agronegócio assegurando direitos constitucionais e de previdência social rural com os principais envolvidos da área. (SCHNEIDER; CASSOL, 2013)

Perfil dos produtores e suas famílias

A característica mais resumida do perfil dessas famílias e produtores a que se refere Agricultura Familiar está relacionada à constituição familiar que trabalha em suas atividades agrícolas, usufruído de pequenas propriedades de terras, na maior parte, propriamente de suas terras legais ou não. (SCHNEIDER; CASSOL, 2013)

Na maioria das instalações agropecuárias, Schneider; Cassol (2013), afirmam que há também um perfil muito encontrado nas pequenas propriedades, sendo este com níveis bem baixos de escolaridade, uma vez que os principais líderes internos das propriedades declaram-se ter o nível fundamental incompleto de formação. O fato é que na base rural de pequenas propriedades brasileiras, o nível de escolaridade de sua população tende a ser baixa, seja de forma opcional ou por desistência própria.

Segundo Schneider; Cassol (2013), a pequena busca de instrução técnica ou superior desses trabalhadores está relacionada à eventual especialização na área em que já desenvolvem suas atividades nessas pequenas propriedades produtivas, nas quais 1,15% dos líderes ou chefes proprietários declaram-se possuir qualificações e especializações que refletem positivamente em melhores condições de administrar seus estabelecimentos.

Traço sócio ocupacional dos agropecuários e familiares

De acordo com Schneider; Cassol (2013), a ocupação desses trabalhadores rurais do agronegócio está vinculada por sua vez à produção própria e comercial de produtos, assim como também a realização de vendas diretas com eventuais consumidores de determinadas regiões municipais e distritos próximos.

Peculiaridades tipológicas dos estabelecimentos da agricultura familiar

Segundo Schneider; Cassol (2013), os estabelecimentos de Agricultura Familiar no Brasil constituem um número de 4.366.267, enquanto ao número de estabelecimentos de agricultura não familiar corresponde a 809.369, identificado nos estabelecimentos por meio das cinco maiores regiões do país.

De acordo com Schneider; Cassol, (2013) o número maior desses estabelecimentos é observado, nas regiões Nordeste do país, contando com números de 2.187.131, em sequência vem a região Sul com 849.693 e região Sudeste com 699.755.

Cabe notar que a agricultura familiar representa mais de 80% dos estabelecimentos nas Regiões Norte (86%), Nordeste (89%) e Sul (84%), sendo que apenas nas regiões Sudeste (75%) e Centro-Oeste (68%) a representatividade desta categoria é menor em relação ao número de estabelecimentos. (SCHNEIDER; CASSOL, 2013, p. 40)

Conforme os autores acima citados, a qualificação da área da agricultura familiar distingue a representatividade do agronegócio em diferentes regiões. Essa representação em categorias de estabelecimentos é responsável por estimular a economia nacional do país, no qual sua pequena capacidade unitária une-se as demais regiões para transformar-se por si só em uma única potência na produção rural.

Atividade Produtiva nos típicos estabelecimentos agrícolas familiares

Por apresentar algumas dificuldades de conhecimento técnico e informativo, o Agricultor Familiar mesmo com pouco acesso às tecnologias agrícolas e uma mão de obra pouco qualificada para a produção e integração no mercado, tem desenvolvido índices de produtividade que elege a Agricultura Familiar como um ramo de competitividade de mercado. (ANTUNES, 2006)

É referido que na atividade produtiva agrícola, a sua maior parte está na utilização das pastagens. Assim, Antunes (2006), afirma que na prática, cada produtor introduz sua cultura de produção, seja em cada segmento produtivo ou tempo de plantio e colheita.

De acordo com Antunes (2006), destaca-se que na maior parte das atividades introdutórias dessas pequenas propriedades, a utilização de suas culturas para

produção, são aplicadas nas principais atividades de cultivo vegetal, cultivo de mandioca e de grãos como por exemplo: milho.

Principais destinos de vendas dos agricultores familiares

Segundo Schneider; Cassol (2013), a produção realizada, eventualmente, serve para a comercialização em feiras livres e locais informais sendo parte da cultura local, desenvolvendo um canal importante na comercialização desses produtos de forma considerável para o produtor.

De acordo com Azevedo; Faulin (2009), as variedades produtivas do mercado agrícola, tem a demanda de cada tipo de consumo dos principais mercados atacadistas, varejistas, ou no caso das regiões mais tradicionais, as feiras de bairro. Além disso, podem ser envolvidas as principais empresas que seguem no ramo alimentício e também ressalta os principais programas de incentivo à aquisição de produtos da Agricultura Familiar.

Segundo Azevedo; Faulin (2009), a maior parte da comercialização desses produtos é negociada de forma contratual formal ou informal, provenientes de parcerias locais ou governamentais na qual se pratica regionalmente as informais de contratos, baseados na própria confiança do produtor.

Reflexos na economia e no desenvolvimento social

Segundo Prado; Ramirez (2011), a identidade da agricultura familiar em vista das organizações capitalistas era denominada ao pequeno produtor a fim de diferenciar-se a produção mercantil simples, isso devido ao seu baixo desenvolvimento produtivo. Dessa forma foi enquadrado ao pequeno produtor identidades classificatórias entre eles de pequeno agricultor, pequena produção, produtor para autoconsumo, agricultor de subsistência, meeiro, parceiro entre outros.

Apesar das condições econômicas que diferenciava o segmento em subcategorias, Prado; Ramirez (2011), afirmam que o futuro dessas identidades socioeconômicas se transformou a partir de 1990, devido a remodelações políticas e sociais que resultaria na unificação das subcategorias agrícolas dando o que é referido para os agricultores familiares atualmente.

Deve-se destacar que, atualmente, o agricultor familiar está gradativamente seguindo o modelo capitalista, dedicando-se cada vez mais à gestão de seu negócio. Com esse procedimento, o produtor familiar está se afastando parcialmente do trabalho de campo, visando gerenciar sua propriedade de forma eficiente e competitiva. (VILCKAS; NANTES, 2009, p. 135)

Segundo os autores acima, a transformação constante da economia está definindo aos poucos um agricultor familiar mais atento à sua capacidade de produção. Assim o proprietário deixa aos poucos a operação produtiva, para dar mais foco ao planejamento da organização, atingindo pontos estratégicos e operacionais, tais pontos que possam auxiliar na tomada de decisões dentro da propriedade rural.

Educação Financeira

Além da aplicação do conhecimento nas tomadas de decisões, o estudo da Educação Financeira auxilia na educação do indivíduo na prática da qualidade da economia, evitando gastos excessivos com investimentos desnecessários, sabendo aplicar mais sua economia para possíveis oportunidades de mercado. (AMADEU, 2009)

De acordo com Greenspan (2002 *apud* AMADEU, 2009. p. 20),

[...] dotar os indivíduos com conhecimento financeiro necessário para elaborar orçamentos, iniciar planos de poupança, e fazer investimentos estratégicos auxiliando nas tomadas de decisões. O planejamento financeiro pode ajudar as famílias a cumprirem suas obrigações a curto prazo e a longo prazo, e maximizar seu bem estar e é especialmente importante para as populações que têm sido tradicionalmente subtendidas pelo nosso sistema financeiro.

Conforme a citação, a influência do conhecimento financeiro auxilia o indivíduo a aplicar decisões nas principais obrigações de curto e longo prazo, além disso a influência desse conhecimento auxilia para a realização de possíveis economias e investimentos.

Compreendendo a Educação Financeira é possível estimular práticas para atuar administrativamente proporcionando capacidade e habilidade na vida pessoal, ou empreendedora, na qual se deve traçar um planejamento que busque os resultados de contentamento organizacional ou pessoal. (AMADEU, 2009)

De acordo com Amadeu (2009, p. 14),

A importância da Educação Financeira é tal que a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) aprovou, em julho de 2005, uma Resolução na qual recomenda aos países membros a promoção da educação financeira a seus cidadãos, e indica ainda uma série de princípios e boas práticas para impulsionar os programas de Educação Financeira.

Ressaltando as informações do autor acima, o conhecimento financeiro auxilia qualquer indivíduo ou empreendimento que deseja tornar decisões mais assertivas, por isso, o conteúdo informativo deve ser acessível a ponto que contribua para o desenvolvimento da Educação Financeira no país.

Assim, Amadeu (2009), afirma que o maior desafio do país é desenvolver a promoção do estudo da Educação Financeira, por isso é essencial que haja uma transmissão de informações à população mais carente de conhecimento para alavancar o desenvolvimento da Educação Financeira no país.

Planejamento Financeiro para Agricultura Familiar

Os produtores da Agricultura Familiar demonstram muita dificuldade em relação a um planejamento, seja no envolvimento de suas principais finanças, seja de gastos pessoais, ou de investimento de insumos da cadeia produtiva agrícola. (VILCKAS; NANTES, 2009)

Nessas pequenas dificuldades, as principais causas dessa falta de planejamento é a falta de conhecimentos e informações relacionadas ao capital próprio. Tais planejamentos também deveriam ser aplicados no investimento de infraestrutura dos estabelecimentos de produção. (VILCKAS; NANTES, 2009)

De acordo com Mariano; Albino (2018), o planejamento pode não garantir resultados previstos, assim é necessário traçar uma margem de erros, em que essa margem de diferença apresente uma estabilidade segura para o que será planejado e o que será realizado.

Realizar o controle financeiro na propriedade rural é essencial, principalmente quando se trata da agricultura familiar, pois a atividade agropecuária é a principal geradora de renda da família. Dessa forma, planejar e assegurar a sustentabilidade financeira do empreendimento significa gerar segurança e bem estar. (MARIANO; ALBINO, 2018, p. 13)

Conforme os autores citam, as famílias que vivem da agricultura familiar devem estar preparadas financeiramente para eventualidades. Com isso o controle financeiro nessas organizações é importante para que de alguma forma os envolvidos se tranquilizem e se assegurem com possíveis eventualidades.

Gestão do Negócio

De acordo com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2020), para gerir um negócio é necessário agilidade e eficiência. Assim é essencial nas organizações de qualquer negócio um planejamento estratégico, traçando os seus principais planos de ação a curto, médio e longo prazo.

Além disso, SEBRAE (2020) afirma que para o proveito das oportunidades de mercado, é possível detectar também ameaças, e para enfrentar essas possíveis ameaças é necessário que as organizações identifiquem internamente suas principais qualidades e falhas, através desses princípios podem ser introduzidos possíveis ferramentas em diversos setores da produção.

A atividade de compra de insumos - conhecida no meio empresarial como gestão de compras e suprimentos - tem a responsabilidade de determinar, sobretudo, o momento em que as compras serão realizadas, a quantidade adquirida em cada transação e o preço pago pelos insumos, além de cuidar da relação com os fornecedores. (FAULIN; AZEVEDO, 2009, p. 196).

Conforme a citação acima, para gerir as oportunidades empresariais, deve-se destacar os momentos certos para a aquisição de produtos e insumos, além disso para o bom desenvolvimento dessas oportunidades deve-se valorizar a relação direta com os envolvidos.

Gestão Financeira em propriedades de núcleo familiar rural

A gestão financeira na agricultura familiar está relacionada às suas principais atividades de produção ou atividade de compra de insumos, como também à produção e investimentos. O principal diferencial é a liderança hierárquica de parentesco, que realiza atividades de gestão financeira tanto no planejamento e controle de produção, como na compra e comercialização de produtos. (LOURENZANI; HILDO, 2009)

Em especial a agricultura familiar tem que possuir, além de seus recursos de atividade de produção para gerir, várias abas de circulação de recurso externos,

provindos principalmente das cooperativas e em especial as ações governamentais de incentivo, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF - o qual além de alavancar a renda dessas famílias, tem seu principal papel em financiamentos de projetos agrícolas. (LOURENZANI; HILDO, 2009)

De acordo com Lourenzani; Hildo, (2009), a Gestão Financeira dos empreendimentos rurais pode ser ligada a possíveis ferramentas de gestão. Assim como na indústria, essas ferramentas ativas no controle de produção, instruem questões que gerenciam o comercial e o planejamento produtivo, por exemplo: “O que produzir?”; “Quanto produzir?”; “Quando produzir?”; “Como produzir?”.

Construção Econômica em Métodos Financeiros e Acesso às Políticas Públicas de Incentivo Financeiro

Destacando das várias ferramentas administrativas, os investimentos financeiros podem ser registrados pela ferramenta de Fluxo de Caixa, caso a organização rural estruture com dados essenciais para acompanhamentos. Essa é a principal ferramenta que dispõe acompanhar a construção de uma economia controlada com as principais receitas da organização rural. (MARIANO; ALBINO, 2018).

Com a ferramenta de Fluxo de Caixa é possível que qualquer organização realize registros das movimentações diárias, na qual se calculam as principais saídas financeiras, receitas e geração de caixa nas organizações agrícolas de pequeno porte. (MARIANO; ALBINO, 2018)

De acordo com MARIANO; ALBINO (2018), é necessário que o responsável daquela função de acompanhar a saúde financeira da propriedade, tenha algumas facilidades em compreender programação de computador e ferramentas como o Microsoft Excel para elaboração de planilhas. Caso não haja essa possibilidade, pode ser desenvolvido de maneira manual em livros de controle econômico. (MARIANO; ALBINO, 2018)

Atualmente, existem diversos projetos nos âmbitos Municipal, Estadual e Federal para compra de produtos da agricultura familiar. Tais iniciativas são resultado de um programa maior, intitulado Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (Lei 10.696/2003). (MACHADO; SILVA, 2009, p. 124).

O incentivo de escoar os principais produtos provindos da agricultura familiar atenta-se a complementar financeiramente as diferentes regiões econômicas. Com isso, o papel governamental dos principais líderes com o produtor é de assegurar um planejamento financeiro, que forneça uma renda fixa ou contratual. Desse modo assegura-se um cooperativismo, seja no segmento privado, ou na modalidade de fácil acesso à licitação pública.

Conclusão

Esse artigo teve por objetivo, pesquisar sobre conceitos de agricultura familiar, os quais foram evidenciados afirmativamente, com ênfase em regiões ao conceito da agricultura familiar é responsável pela maioria dos estabelecimentos agrícolas.

Com relação aos objetivos secundários, no tocante a identificação da gestão financeira e as possibilidades de auxílio na melhoria do desempenho da agricultura familiar, os resultados foram positivos evidenciando a necessidade gradativa para aumento do conhecimento na gestão financeira, demonstrando uma ligação direta com a melhoria do desempenho do agricultor familiar.

Ainda sobre os objetivos específicos, identificou-se a necessidade de entender as peculiaridades das unidades de agricultura familiar locais com foco às necessidades de utilização de informações financeiras, considerou-se alcançado de forma positiva, pois a informação resultante dos demonstrativos financeiros a partir de operações realizadas é de fundamental importância para as pequenas propriedades rurais familiares auxiliando no planejamento futuro das atividades. Com relação às demonstrações financeiras, atribuídas a um dos objetivos secundários, o qual foi alcançado afirmativamente, sendo apresentado por números favoráveis envolvendo o aumento de capacitação no entendimento dos resultados financeiros, quais posicionamentos e planejamentos para as operações rurais familiares futuras.

Com base na pesquisa bibliográfica realizada, foi possível responder à pergunta problema deste artigo científico de que a gestão financeira auxilia em um melhor desempenho da agricultura familiar.

Após a análise da pesquisa, conclui-se que para a boa gestão financeira da agricultura familiar, é essencial o comprometimento dos proprietários e entes

responsáveis pela gestão econômica da organização, ou seja, a importância da coleta de dados para gerir as finanças é necessária para um bom desenvolvimento, econômica e produtiva das pequenas propriedades rurais. Assim, o pressuposto teórico foi confirmado com relação à gestão financeira auxiliando para um melhor desempenho da agricultura familiar, pois apresenta ferramentas de fortalecimento para o setor de agricultores familiares, de forma que facilita na construção de um capital essencial para futuros investimentos ao seu favor, e cria possibilidade de ter acesso a créditos e benefícios rurais através de ações públicas ou privadas.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Dalea. **Características da Agricultura Familiar**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63372_cap5.pdf. Acesso em: 24 set. 2021.

AMADEU, João R. A. **Educação Financeira sua influência nas decisões de consumo e investimento**: Proposta de inserção da disciplina na matriz curricular. Disponível em: https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-78973/a-educacao-financeira-e-sua-influencia-nas-decisoes-de-consumo-e-investimento--proposta-de-insercao-da-disciplina-na-matriz-curricular_Acesso: 11 ago. 2021

AZEVEDO, Paulo F.; FAULIN, Evandro J. Comercialização na Agricultura Familiar In: FILHO, Hildo M. S.; BATALHA, Mário O. **Gestão integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2009. p. 229-249.

LOURENZANI, Wagner L.; FILHO, Hildo M. S.; Gestão integrada para a Agricultura Familiar In: FILHO, Hildo M. S.; BATALHA, Mário O. **Gestão integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2009. p. 67-93.

MACHADO, Melise D.; SILVA, Andrea L. Canais de Distribuição para produtos da Agricultura Familiar. In: FILHO, Hildo M. S.; BATALHA, Mário O. **Gestão integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2009. p. 95-129.

MARIANO, Thiago H.; ALBINO Pablo M. B. **Controle e Planejamento Financeiro para Agricultura Familiar**. Viçosa (MG): Universidade Federal de Viçosa, Pró Reitoria de Extensão e Cultura, Divisão de Extensão, 2018.

PRADO, Erly; RAMIREZ, Matheus A. **Agricultura Familiar e Extensão no Brasil**. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2011.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. **A Agricultura Familiar No Brasil**. Disponível em: https://www.rimisp.org/wpcontent/files_mf/1438617722145AgriculturaFamiliarBrasil_ShneiderCassol_editado.pdf. Acesso em: 11 ago. 2021.

SEBRAE. Disponível

em:<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/tresferramentasparaauxiliarnoplanejamentoestrategicodonegocio,c55b6d461ed47510VgnVCM100004c00210aRCRD>. Acesso em: 24 set. 2021.

VILCKAS, Mariângela; NANTES, José F. D. Planejamento das Atividades Produtivas na Agricultura Familiar In: FILHO, Hildo M. S.; BATALHA, Mário O. **Gestão integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2009. p. 131-165.

Empoderamento feminino nas empresas

Women's empowerment in companies

Isabela Alves Casarotti¹
Tauana Kenyd Jardim Costa²
Vinicius dos Santos Pereira³
Fabiane Cristina Spironelli⁴
Cleide Henrique Avelino⁵

RESUMO

O empoderamento feminino nas organizações propõe-se a observar a necessidade do reconhecimento das mulheres no âmbito profissional. Como sustentação teórica para essa discussão ressaltam-se as lutas femininas no mundo para a conquista de espaço social e de igualdade de gênero. Este artigo pretendeu destacar, ainda, que as mulheres podem ocupar qualquer posição dentro de organizações, pois são tão capazes quanto os homens. A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória por meio de um levantamento bibliográfico e estudo de caso com a startup Nubank.

Palavras-chave: Empoderamento feminino, organizações, lutas femininas

ABSTRACT

Women's empowerment in organizations proposes to observe the possibility of recognition of women in the professional sphere, bringing as a basis for this discussion the female struggles in the world for the conquest of social space and gender equality. This article intended to highlight that women can occupy any position within organizations, as they are as capable as men. The methodology used was exploratory research through a bibliographical survey and a case study with the startup Nubank.

Keywords: Women's empowerment, organizations, women's struggles

Introdução

As mulheres, ao longo da história, sempre sofreram com a opressão da sociedade. Tradicionalmente, as mulheres são vistas como sendo boas esposas, mães dedicadas, cuidadoras dos afazeres domésticos, mas não servem para ocupar postos de trabalho no mercado corporativo, especialmente aqueles mais elevados, pois geralmente esses postos são considerados apenas para homens.

Nos últimos anos, a igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho obteve algumas melhorias, mas ainda há espaço para novos progressos. O setor privado, incluindo organizações patronais e empresariais, desempenha um papel importante para eliminar as lacunas de gênero no local de trabalho.

¹ Acadêmica do 8º termo do curso de Administração no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium- UniSalesiano Campus Araçatuba

² Acadêmica do 8º termo do curso de Administração no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium- UniSalesiano Campus Araçatuba

³ Acadêmico do 8º termo do curso de Administração no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium- UniSalesiano Campus Araçatuba

⁴ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium- UniSalesiano Campus Araçatuba

⁵ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium- UniSalesiano Campus Araçatuba

As mulheres representam mais de 50 por cento da população mundial, porém, esse número não se reflete igualmente na quantidade de mulheres no mercado de trabalho.

Nas últimas décadas, as mulheres buscaram e conquistaram mais direitos e espaço no mercado de trabalho assim como em todos os cenários sociais. Isso mostra o empoderamento feminino, que levou as mulheres a lutarem pela total igualdade de gênero.

Para contribuir com a igualdade na sociedade, é essencial que se estabeleça a igualdade de gênero dentro das empresas e dos ambientes de trabalho.

Este artigo tem como objetivo principal conhecer os princípios do empoderamento no mercado de trabalho. Possui, ainda, os seguintes objetivos específicos: demonstrar a importância e o impacto das mulheres na gestão das organizações, destacar a inserção delas em ocupar cargos de liderança e no que isso reflete no âmbito do empoderamento feminino.

Para realização do trabalho de pesquisa foi definido como pergunta-problema: A inserção das mulheres na gestão das organizações traz impacto e influência para o melhor desempenho das empresas?

Dessa forma, verificou-se por que as mulheres merecem e podem ocupar cargos de liderança nas organizações, tendo igualdade em seus salários, falas, decisões e escolhas.

A metodologia empregada neste artigo foi a pesquisa exploratória. Inicialmente, para fundamentação, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, para servir de base e determinar os conceitos básicos que foram explorados ao longo desta pesquisa.

A seguir, foi feito um estudo de caso com a empresa Nubank S/A, analisando a política de contratação da empresa com relação às mulheres, haja vista que nos últimos anos a Nubank passou a ocupar um grande espaço no mercado, e ao mesmo tempo tornou-se um modelo para outras empresas sobre como é possível ser uma empresa de destaque e bem-sucedida tendo tantas mulheres quanto homens trabalhando em seu quadro de colaboradores.

O pressuposto teórico considerou que a inserção das mulheres na gestão das organizações impacta e influencia de modo positivo, melhorando o desempenho das empresas.

Empoderamento Feminino

Empoderar-se é o ato de tomar o poder sobre si. No empoderamento feminino as mulheres reconhecem do que são capazes, para que então desta forma comecem a lutar pelas mudanças. O poder relacionado ao empoderamento não é de dominância e sim um poder exercido em si próprio, ou sobre o contexto opressor e excludente da sociedade. (ASSIS, 2016)

Dessa forma o objetivo do empoderamento costuma ser a realização de mudanças de ordem social visando a igualdade de direitos entre todos, e, visando acabar com as vantagens de outros para que não haja discriminação, nem qualquer tratamento desigual. (FIA, 2018)

Em razão da desigualdade imposta às mulheres pela ordem social, a realização de mudanças, através do empoderamento, é vista como um crescimento profissional natural da mulher dentro das organizações, em cargos de liderança. Uma vez colocado objetivo, o empoderamento pauta-se pelo fim das vantagens proporcionadas aos homens, com relação as oportunidades geradas e substituindo o sentimento de superioridade pela igualdade de gênero.

Uma das principais lutas relacionadas ao empoderamento feminino são condições igualitárias no mercado de trabalho. Dessa forma, o empoderamento contribui para que as mulheres tenham direito de participar ativamente de todos os tipos de ações, sejam elas em decisões sociais, culturais, empresarias e até mesmo pessoais. (COHEN,2009)

Se quisermos um mundo mais igualitário, precisamos admitir que as mulheres têm menor tendência de continuar com a mão levantada. Precisamos de instituições e de indivíduos que percebam e corrijam esse comportamento dando força, defendendo e promovendo um maior número de mulheres. E as mulheres têm de aprender a continuar com a mão levantada, porque, se abaixarem a mão, nem os gerentes com as melhores intenções do mundo vão perceber. (SANDBERG, 2013, p. 21)

Embora a luta pelo direito das mulheres seja algo que acontece há muitos anos, o empoderamento vem ganhando maior voz nas últimas décadas, demonstrando que este movimento está cada dia tomando uma proporção maior, fazendo com que as mulheres influenciem uma as outras. (OLIVETTO, 2017)

Em suma, para que o empoderamento de fato ocorra é preciso que haja uma mudança de comportamento, com práticas transparentes e que tais práticas sejam

divulgadas. Somente assim haverá transformação no quadro de exclusão das mulheres no mercado de trabalho.

Empoderamento feminino nos processos de trabalho

A expansão feminina no mercado de trabalho ocorreu através de inúmeros fatores como o desejo de emancipação financeira, crescimento do nível de escolaridade, a busca por satisfação profissional e a necessidade de contribuir no sustento da família. (ASSIS, 2016)

A inserção da mulher inicia-se com as reivindicações do movimento feminista, com as guerras mundiais, período no qual as mulheres assumiam o papel dos maridos mandados para a guerra, e devido à Revolução Industrial, que permitiu a penetração da classe feminina, já que as indústrias precisavam de mão de obra barata. Todos esses fatores foram decisivos para a sua inserção em diferentes áreas no mundo do trabalho. (ARAÚJO, 2003)

Durante o período das guerras, com o envio dos homens para o *front* de batalha, houve a necessidade de reposição da mão de obra nas fábricas. Dessa forma, teve início a inserção da mulher no mercado de trabalho. Assim, mesmo que por necessidade, a mão de obra feminina tornou-se fundamental para a manutenção fabril. Essa inserção das mulheres no mercado de trabalho fez com que elas começassem a conquistar sua liberdade e independência financeira e pessoal.

Com o término das guerras e de suas consequências, o cenário social e a estrutura das sociedades mundiais haviam se modificado. Muitos soldados voltaram mortos, e alguns dos que sobreviveram às guerras regressaram mutilados encontrando-se impossibilitados de voltar ao trabalho. (LEONE; BALTAR, 2008)

Outro fator que contribuiu para a crescente expansão da mulher no mercado de trabalho deu-se pelo uso do anticoncepcional oferecendo a mulher a possibilidade de escolher o momento de engravidar e a quantidade de filhos que desejava ter. (ASSIS, 2016)

O período escasso de mão de obra masculina na época pós-guerra apenas demonstrou que todas as mulheres tinham a capacidade e a força para ingressar no ambiente profissional. Dessa forma, as mulheres passaram a ter a opção de escolha de suas próprias vidas, modificando totalmente o cenário social.

Segundo Schlickmann; Pizarro (2013), o tempo foi passando e as mulheres conseguiram vencer as barreiras do papel incumbido a elas, ou seja, de serem apenas esposas, mães e donas do lar. Isso tudo foi ficando para trás e foi possível perceber com maior intensidade, a partir da década de 70, quando o público feminino foi conquistando melhores lugares, ou seja, profissões mais conceituadas e com maior responsabilidade, como por exemplo, a entrada das mulheres na política, o que foi um ganho conceituado.

A relação da mulher com o trabalho apresenta muitas vertentes para o mercado. As mulheres se destacam em todas as áreas a que se propõem atuar e no mercado de trabalho, não é diferente. Uma vez incluídas no mercado de trabalho, elas buscam vidas melhores e liberdade para se incluir na sociedade como dona de si, sem deixar de lado os objetivos das empresas nas quais estão trabalhando.

A partir do século XIX com a materialização do sistema capitalista, ocorreram várias mudanças na dinâmica do trabalho feminino. Com o intenso crescimento da maquinaria e do acelerado desenvolvimento tecnológico, grande parte da mão de obra feminina foi transferida para as indústrias, onde as mulheres cumpriam uma carga horária de até 18 horas por dia, com um salário inferior ao do homem. (ASSIS, 2016)

Atualmente, a desigualdade salarial e direitos perante a sociedade continua sendo nítida. A visão machista de algumas organizações ainda tende a desvalorizar as mulheres, minimizando-as forçando-as a aceitar cargos e remunerações abaixo do que as realmente merecem.

Embora recentemente tenha havido um crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho, ainda existem restrições no mercado, especialmente para cargos de comando, que são ocupados, via de regra, por homens.

Ainda que com todas as vantagens competitivas, encontra-se no mercado um número ainda reduzido das mulheres em cargos de liderança, principalmente em altos escalões das empresas. (ASSIS, 2016)

Dependendo da profissão que escolheram, a discriminação contra a mulher tem-se mostrado mais forte. Em geral, essa discriminação não é explícita, o que torna mais difícil para as mulheres identificá-la e reagir a ela. (LOMBARDI, 2007)

Porém, isso não as impede de lutarem por seus direitos de conquista. Para alcançarem seus objetivos e cargos almejados, as mulheres têm demonstrado cada

vez mais força para enfrentar essa discriminação dentro do espaço organizacional e social.

Contudo o mundo feminino possui uma característica que vem se destacando no mercado de trabalho. Segundo Almeida (2015), a evolução da tecnologia requer pessoas que saibam lidar com pessoas e a presença feminina nas áreas de desenvolvimento humano das empresas vem se tornando crescente, pois as mulheres se destacam nestas funções, demonstrando que elas são mais preparadas para lidar com diferenças humanas e entendem uma dimensão mais ampla do que os homens.

A importância da presença e influência das mulheres na gestão das organizações

Dados de uma pesquisa de 2019 (BWG, 2020), mostram que três em cada dez pessoas no Brasil ainda não se sentem confortáveis em ter uma mulher como chefe. Importante salientar que nesses números não estão inclusos apenas homens; muitas trabalhadoras pensam da mesma forma.

As mulheres são mais humanas ao liderar pessoas e cuidar da família; elas possuem um extinto natural que as tornam líderes mais competentes e com maior facilidade de lidar com um grupo grande de pessoas. Porém, no âmbito profissional ainda há muito julgamento machista sobre mulheres ocupando cargos de liderança.

Ainda que enfrentem muitos obstáculos para chegarem à uma posição de chefia, as profissionais do sexo feminino têm toda a capacidade técnica e comportamental para lidar bem com as demandas de um cargo mais alto. (BWG, 2020)

De acordo com Chiavenato (2004), o termo liderança significa o processo de coordenar o desempenho das pessoas, dando rumo ao alcance de alguns objetivos estabelecidos.

O reconhecimento torna as mulheres boas líderes, a valorização dentro do mercado de trabalho as deixa mais confiantes, empoderando-as não só profissionalmente, mas sim perante a sociedade em todos os âmbitos da vida.

Já para Silva (2017), liderança é a capacidade de dirigir e conduzir outras pessoas a buscar resultado a partir de seu comportamento.

Existem inúmeras razões para essa filtragem, mas um elemento importante é a enorme diferença de ambição em ocupar um cargo de chefia. É o que vou chamar de “abismo na ambição de liderança”. É claro que muitas mulheres tomadas individualmente têm as mesmas ambições profissionais de qualquer homem tomado individualmente. Porém, indo mais a fundo, os dados indicam claramente que, em todos os campos, o número de homens que almejam os cargos mais altos é maior do que o de mulheres. Uma pesquisa da McKinley de 2012, com mais de 4 mil funcionários de grandes empresas, revelou que 36% dos homens queriam se tornar diretores executivos, contra apenas 18% das mulheres. (SANDBERG, 2013, p. 16)

Vries (1997), compreende que os talentos das mulheres são nítidos, e que as empresas que aparecem no mercado atualmente, em sua maior parte indicam que as mulheres possuem habilidades que estão quase que sob medida para o perfil procurado em um líder gestor.

Ter consciência de um problema é o primeiro passo para resolvê-lo. Sabe-se que a variedade de perspectiva melhora o desempenho. Desse modo, as empresas deveriam incentivar o comportamento de todos que tivessem ação mais igualitária dentro de suas organizações.

Fischer (2001) apresenta em sua tese que as mulheres possuem um talento natural, em que há a apetência, o desejo pelo trabalho em rede e pela arte da negociação. Também a compreensão, a sensibilidade emocional e a empatia, a eficiência de conciliar várias funções e tarefas e a aptidão de comunicação verbal, o dom de comunicar-se, relacionam-se ao perfil necessário e estão associados particularmente à sociedade global do século XXI e especificamente ao perfil feminino.

Desse modo, fica evidente que o ambiente corporativo com a presença feminina se torna cada vez mais agradável de trabalhar, pois há uma troca de conhecimento e sensibilidade que são benéficas para ambos os sexos.

A maioria da discriminação que as mulheres sofrem neste ambiente parte dos homens, normalmente, dos colegas de profissão que estão no mesmo nível. Uma das causas é o receio de que a colega venha a competir com eles por melhores posições na empresa. (ASSIS, 2016)

A minimização desse problema começa primeiramente pela conscientização de que ele existe. É muito comum as mulheres não se darem conta do processo de discriminação e reagirem trabalhando mais e mais, o que, por sua vez, alimentará a resistência dos colegas. Então, são os principais ingredientes para o assédio moral no ambiente trabalho. (LOMBARDI; BRUSCHINI, 2007)

As competências que formam o perfil da liderança feminina são essenciais para o período dinâmico pelo qual o mercado corporativo está passando, influenciado pela transformação digital e o futuro do trabalho. Toda a construção de um ambiente profissional mais igualitário, diverso e inclusivo tem a capacidade de gerar resultados que vão muito além do aspecto financeiro. (BWG, 2021)

Os homens de modo geral, principalmente no ambiente corporativo, já trazem consigo a cultura de superioridade em relação às mulheres. Porém, tendo em vista o aumento das mulheres no mercado de trabalho, especialmente em cargos de liderança, essa cultura tornou-se mais forte pelo fato de que o nível de capacidade e conhecimento dessas mulheres, muitas vezes são maiores que os deles.

Muitas vezes, as disputas entre homens e mulheres pelas mesmas oportunidades de trabalho aumentam o receio masculino de que as mulheres se sobressaiam e se destaquem. Isso acaba gerando pressão nos homens que acabam, mesmo que inconscientemente, praticando assédio moral.

As empresas modernas percebem que a líder feminina traz consigo os dons maternos de ajudar, de dar mentorias, de estar perto. Essas características maternas, se bem aplicadas no ambiente corporativo, tendem a trazer benefícios na qualidade do relacionamento na equipe. Além de que, à medida que ela ajuda pessoas a se desenvolverem, mas elas têm oportunidades em ampliar seus conhecimentos e aumentar a sua confiabilidade. (MANDELLI, 2010)

A intenção desta abordagem não é minimizar o estilo de liderança masculina e enaltecer o estilo feminino, mas tão somente, mostrar que o estilo feminino difere muito do masculino e no cenário empresarial, ambos contribuem de maneiras diferentes na busca de resultados. No entanto, a mulher utiliza de seu instinto familiar como um estilo de gestão que vence as adversidades, e o seu papel nas organizações é de suma importância. (ROBBINS, 2008)

A inserção das mulheres na gestão das organizações, trazendo impacto e influência para o melhor desempenho das empresas

A inserção das mulheres no mercado de trabalho trouxe um grande impacto para a sociedade, tanto no aspecto familiar quanto cultural, devido ao fato das mulheres obterem mais direitos e liberdade.

Diante disto é possível afirmar que o empoderamento permite que as pessoas sejam capazes de mudar seu comportamento e de outras pessoas por meio da

confiança em sua própria capacidade. Nesse sentido as empresas passaram a buscar inovações dentro de suas organizações, buscando um diferencial competitivo, já que precisam de pessoas capacitadas para o bom desempenho e resultado.

A executiva brasileira se mostra significativamente indiferente ao poder, ela não quer mandar, como o homem; quer ter a capacidade de influenciar as pessoas, de ser reconhecida como sábia, sensata, capaz, quer ser um modelo. (COHEN, 2009, p. 45)

O empoderamento feminino dentro das organizações se tornou um diferencial; as empresas passaram a reconhecer que o perfil feminino abrange características peculiares que as tornam alinhadas com as habilidades de liderança desejadas ao perfil de um líder. (SILVA, 2017)

A luta por igualdade vem crescendo de forma significativa na sociedade. Diferente do homem, a mulher quer ser referência em todos os setores, sendo sinônimo de sabedoria e lucidez em suas decisões. Influenciando e mostrando as demais a possibilidade de que podem ser fortes, líderes, além de donas do lar.

De acordo com Loden (1988), as mulheres, em sua maioria, são profissionais ligadas aos detalhes de cada situação, o que faz com que tenham uma visão ampla da empresa. Também em função de suas características pessoais, normalmente são bem-sucedidas nos processos de comunicação e de negociação. (SILVA, 2017)

Startup Financeira Nubank S.A

A Nubank S.A uma *fintech* criado em maio de 2013 pelo colombiano David Vélez, o americano Edward Wible e a brasileira Cristina Junqueira. Iniciou suas atividades com uma pequena empresa de *startup* em São Paulo criada para resolver problemas financeiros. O primeiro produto oferecido pela empresa, em 2014, foi um cartão de crédito sem anuidade e controlado pelo smartphone. (CANALTECH, 2021)

Em 2016, a Nubank atingiu 8 milhões de pedidos de cartão de crédito, tendo sido avaliada em US\$ 4 bilhões. (CANALTECH, 2021)

Atualmente, possui mais de 30 milhões de clientes e foi considerada a principal *fintech* da América Latina e uma das *startups* mais valiosas do mundo.

No atual cenário corporativo, a Nubank vem se destacando pela implantação de novos conceitos e divisores no mercado financeiro. Diante da luta enfrentada pelas mulheres, na busca diária por espaço e cargos de grande responsabilidade no

mundo corporativo, a Nubank é uma empresa pioneira na oferta de oportunidades iguais que, na maioria das vezes, não são encontradas nas demais instituições.

A empresa hoje representa a grande mudança no cenário tradicionalmente masculino de muitas organizações, representando uma organização igualitária para toda sociedade. Seu quadro de funcionários é composto por 41% de mulheres, sendo estes 39% cargos de senioridade. (NUBANK, 2021)

A Nubank é uma empresa consolidada no mercado de trabalho e é pioneira em proporcionar oportunidades para as mulheres dentro de seu quadro de funcionários, buscando desenvolver programas no qual as mulheres possam se sentir seguras e valorizadas dentro do seu ambiente corporativo. A Nubank é a única *Startup*, entre as 10 mais valiosas no mundo, a possuir uma cofundadora mulher.

A empresa possui alguns programas voltados especificamente para mulheres, criados pela própria cofundadora Cristina Junqueira. A criação destes programas foi uma forma encontrada para que todas as mulheres se sentissem valorizadas e também motivadas e especiais dentro de sua organização.

Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres é o processo da conquista da autodeterminação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. (SANDBERG, 2006, p. 2)

Um dos programas criados voltados para todas as mulheres que representam a Nubank foi *Yes She Codes*, em que a empresa realiza um programa de recrutamento voltado para mulheres engenheiras de *software*. Esse programa foi criado com o intuito de aumentar a contratação de mulheres Engenheiras de Software e pretende identificar e recrutar novos talentos da área, dando espaço para que mulheres possam trabalhar na área de engenharia.

Além disso, é preciso destacar outro programa chamado Licença maternidade estendida, oferecida pela empresa. No Brasil, a licença maternidade é de 120 dias, ou seja, quatro meses. A Nubank oferece a prorrogação da licença maternidade, de 120 para 180 dias a suas funcionárias gestantes. Noventa e três por cento das funcionárias que entraram de licença maternidade optaram pela licença estendida, com duração de seis meses, na Nubank.

Sobre a prorrogação da licença gestante, é importante salientar que não são todas as empresas que fornecem este direito às suas funcionárias, concedendo a elas somente quatro meses de licença. Segundo Fraga (2020), apenas 40% das que têm direito aproveitam benefício extra na maternidade.

Um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2012 constatou que a maternidade é um dos principais motivos de discriminação sofrida por mulheres no mercado de trabalho. A pesquisa que acompanhou a licença maternidade de um grande grupo de mulheres entre 2009 e 2012 apontou que metade delas foi demitida no período de até dois anos após tirarem a licença. (REZENDE, 2021)

Dessa forma, as mulheres optaram por não engravidar, por medo de que ao sair de licença gestante, percam promoções dentro de seu trabalho ou até mesmo percam seus postos logo após o retorno às suas atividades laborais.

A Nubank também criou um grupo de afinidade feminina, o *NuWoman*. Esse grupo participa ativamente da criação das políticas de apoio à igualdade de gênero em conjunto com time de Diversidade & Inclusão, como mentoria, eventos e ações de acolhimento e bem-estar feminino. (NUBANK, 2021)

No dia 8 de março de 2021, foi criado um novo programa com a ideia de ajudar no desenvolvimento profissional de todas as funcionárias, em que todas as mulheres do time Nubank se reúnem para conversar. O projeto foi inspirado e conduzido pela própria cofundadora da empresa, pois ela acredita que montar times diversos com todos os gêneros os tornam mais fortes, pois cada pessoa é capaz de resolver um problema específico.

Junqueira foi a única mulher grávida a sair na capa da Forbes, demonstrando que todas as mulheres são capazes de gerenciar uma grande empresa e ainda serem mães, reinventando e transformando todo o preconceito imposto por uma sociedade opressora. A empresa pretende igualar todo seu quadro de funcionários, contratando até 3.300 mulheres de todos os níveis de senioridade até o final de 2023, tornando desta forma um time completo formado por 50% mulheres e 50% homens. (NUBANK, 2021)

Dessa forma, a Nubank pretende acabar com a desigualdade de gênero dentro da sua empresa, trazendo histórias como essa para incentivar as mulheres a serem empoderadas, e incentivando outras organizações a fazerem o mesmo.

Conclusão

Este trabalho possibilitou entender como o empoderamento feminino nas organizações é primordial, dentro dos processos de trabalho. Com isso, pôde-se perceber que a presença de mulheres nos mais diversos níveis das organizações eleva a qualidade dos serviços prestados, com processos mais humanos e com a mesma qualidade nos serviços desempenhados.

Todavia, mesmo com o empoderamento da mulher e sua luta pela igualdade de direitos, é necessário que os gestores das empresas promovam políticas de igualdade de gênero, garantindo que todos os colaboradores independentes de serem homens ou mulheres, tenham as mesmas oportunidades, de acesso às vagas de emprego e ascensão dentro da empresa.

Acredita-se que o pressuposto teórico inicial foi confirmado, pois conseguiu-se evidenciar que a presença feminina dentro das organizações gera bons resultados, como pôde-se verificar na análise do estudo de caso da empresa Nubank.

Dessa forma, os objetivos inicialmente traçados foram alcançados, pois constatou-se que a presença feminina, dentro das organizações, impacta positivamente os resultados e os processos de trabalho, possibilitando uma visão mais humanitária e interpretação diferente do processo e linhas de pensamento dentro de uma empresa. Ficou evidente que o empoderamento das mulheres implica na libertação das amarras impostas pelo machismo patriarcal.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Mario. **Mulheres líderes do terceiro milênio**. Curitiba: Íthala, 2015.

ARAÚJO, Harley. **A Mulher no Setor Bancário**. In: XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa, 2003.

ASSIS, Sandra. **O processo de expansão do papel feminino no mercado de trabalho**. 2016. Disponível em:

<http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/10479/1/Sandra%20Assis%20-%20O%20Processo%20de%20Expans%3%A3o%20do%20Papel%20Feminino%20no%20Mercado%20de%20Trabalho%2Ccom%20Enfase%20em%20Lideran%3%A7a%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 25 Mar. 2021.

BWG. **Liderança feminina**: a importância das mulheres em cargos mais altos. 2020. Disponível em: <https://www.bwg.com.br/tag/lideranca-feminina/>. Acesso em: 17 Jun. 2021.

CANALTECH. Nubank: a nova geração de serviços financeiros no Brasil. Disponível em: <https://canaltech.com.br/empresa/nubank/#:~:text=A%20Nubank%20%C3%A9%20uma%20startup,por%20David%20V%C3%A9lez%20Vagner%20S.&text=Em%202016%20a%20Nubank%20alcan%C3%A7ou,fun%C3%A7%C3%A3o%20de%20cart%C3%A3o%20de%20d%C3%A9bito.>>. Acesso em: 08 mai. 2021.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. São Paulo. Editora Campus Elsevier, 2004.

COHEN, Marlene. **Como escalar montanhas de salto alto?** Exercendo no poder feminino. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

ESTEVINHO, Glória. **Gênero e o BNDES**: Seria mais um caso de machismo estrutural. Revista Nep.Curitiba, v.5, n.1, p.102-117. Jun. 2019.

FIA. **Empoderamento: o que é, origens e mercado de trabalho**. 2018. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/empoderamento/>. Acesso em: 17 Jun. 2021.

FISCHER, Helen. **O primeiro sexo: como as mulheres estão a mudar o mundo**. São Paulo. Editora Presença, 2001.

FRAGA, Erica. **Licença estendida falha em manter mães no mercado de trabalho**. Disponível em: <https://epge.fgv.br/files/default/licenca-estendida-falha-em-manter-maes-no-mercado-de-trabalho.pdf>. Acesso em: 17 Jun. 2021.

LEONE, Eugenia T.; BALTAR, Paulo. **A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro**. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/hrzKkFrSv4wVZCGxGHHS9xG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2021.

LODEN, Marilyn. **Liderança feminina: como ter sucesso nos negócios sendo você mesma**. São Bernardo do Campo, SP: Editora Bandeirante, 1988.

LOMBARDI, Maria R. *et al.* **Trabalhadoras brasileiras dos anos 90**: mais numerosa, mais velhas e mais instruídas. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2021.

LOMBARDI, Maria R. **Um mercado de trabalho cada vez mais feminino**. 2007. Disponível em: https://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/difusaoideias/pdf/entrevista_mercado_mais_feminino.pdf. Acesso em: 25 Jul. 2021.

MANDELLI, Pedro. **Muito Além da Hierarquia**: Revolucione sua performance como Gestor de Pessoas. 2010. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/rodrigocleite/muito-alm-da-hierarquia>. Acesso em: 06 mar. 2021.

NUBANK, Equipe. **Nubank se compromete a ter 50% da liderança formada por mulheres.** Disponível em:<https://blog.nubank.com.br/nubank-se-compromete-a-ter-50-da-lideranca-formada-por-mulheres/>. Acesso em: 08 mai. 2021.

NUBANK, Redação. **As extraordinárias mulheres que reinventam o futuro no Nubank.** Disponível em:<https://blog.nubank.com.br>. Acesso em: 17 mar. 2021.

NUBANK, Redação. **O que é o Nubank.** Disponível em:<https://blog.nubank.com.br/nubank-o-que-e/>. Acesso em: 08 mai. 2021

OLIVETTO, Washington. **“Empoderamento feminino” é clichê constrangedor.** 2017. Disponível em:<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40664072>. Acesso em: 22 fev. 2021.

REZENDE, Milka. **Desigualdade de gênero.** 2021. Disponível em:<https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/desigualdade-de-genero.htm>. Acesso em: 17 Jun. 2021.

ROBBINS, Sergio P. **Fundamentos do Comportamento Organizacional.** São Paulo: Prentice Hall, 2008.

SANDBERG, Sheryl. **Faça acontecer:** mulheres, trabalho e a vontade de liderar. 1 ed. São Paulo: Schwarcz, 2013.

SANTOS, Bianca M. **A luta das mulheres no mercado de trabalho.** Disponível em:<https://www.direitonet.com.br>. Acesso em: 12 fev. 2021.

SCHLICKMANN, Eugênia; PIZARRO, Daniella. **A evolução da mulher no trabalho:** uma abordagem sob a ótica da liderança. Julho de 2013. Revista Borges. ISSN 2179-4308, VOL. 03, N. 01.

SILVA, Fernanda. **Desafios das mulheres em cargos de liderança.** 2017. Disponível em:
<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/1962/1/2017FernandaBorgesdaSilva.pdf>. Acesso em: 12 Jun. 2021

VRIES, Manfred F. R. **Liderança na empresa:** como comportamento dos líderes afeta a cultura interna. São Paulo: Editora Atlas, 1997.

Gestão da criatividade para o desenvolvimento da inovação na organização

Creativity management for the development of innovation in the organization

Clarice Mileni Baptista Bembo¹
Mariana Palombo Lima²
Silvio Mandarano Scarsiotta³
Cleide Henrique Avelino⁴

RESUMO

Tendo em vista o surgimento de novas dinâmicas de mercado e novos elementos essenciais para fomentar a competitividade das empresas, a exemplo da criatividade, os gestores deparam-se com o desafio de mudar seus modelos de gestão mais tradicionais em modelos mais criativos e inovadores, cujo objetivo é apresentar uma nova abordagem de gerenciamento em busca de resultados de forma contínua, com ênfase no indivíduo em seu grupo, a liderança e a cultura organizacional. Assim, considerando a importância de aprofundamento nos conceitos teóricos, para tanto utilizou-se a metodologia de pesquisa bibliográfica. A partir do levantamento de dados, identificaram-se condições para a aplicação eficiente da Gestão da Criatividade sob os elementos indivíduo, liderança e cultura nas empresas que estimula o processo de inovação, pois a criatividade é uma condição necessária à inovação, podendo originar o aperfeiçoamento de processos internos, rotinas ou procedimentos que poderão elevar a produtividade.

Palavras-chaves: Gestão Criativa, Inovação, Liderança, Cultura Organizacional

ABSTRACT

Given the emergence of new market dynamics and new important elements to keep the competitiveness of companies alive, such as creativity. The managers have faced the challenge of changing their, more traditional, management models into one more creative and innovative, which the objective is the possibility of presenting a new management approach seeking to, continuously, achieve creative and innovative results, with an emphasis on the individual in their group, leadership and organizational culture. Thus, considering the importance of deepening the theoretical concepts, the methodology of bibliographic research was used for this purpose. From the data survey, conditions were identified for the efficient application of creativity management under the elements of individual, leadership

Keywords: Creative Management, Innovation, Leadership, Organizational Culture

Introdução

Com os avanços nos processos laborais e notoriedade confirmada nos últimos tempos, em que a transformação relacionada às formas de trabalhar vem

¹ Acadêmica do 8 termo do curso de Administração no Centro Universitário Católico Salesiano Auxillium – UniSalesiano.

² Contadora; Acadêmica do 8 termo do curso de Administração no centro Universitário Católico Salesiano Auxillium – UniSalesiano.

³ Administrador; Mestre em Administração de Empresas; Pós graduado em Marketing Estratégico; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxillium – UniSalesiano.

⁴ Contadora; Especialização em Contabilidade; Administração e Finanças; Docentes do Centro UniSalesiano Auxillium – UniSalesiano.

sofrendo grandes mudanças, a criatividade sempre esteve presente no âmbito organizacional, talvez de forma mais discreta, tendo em vista que aspectos mais funcionalistas, envolvidos por uma condição mais formal nas ações do trabalho, por muito tempo induziram o desenvolvimento de uma atividade cujo uso da criatividade ainda era lenta consequência da burocracia, hierarquia e clássicos sistemas de controle. No entanto, esse formato de organização, pouco ou nada flexível em relação às atividades e ao papel do seu quadro de funcionários, ao longo de muito tempo e como resultado de avanços nos estudos organizacionais, torna-se irrelevante ao considerar o cenário de competitividade, inovações e criatividade que governa nesse novo diferencial temporal.

Essas mudanças combinam não apenas as relações entre indivíduos, atividades e ambientes, mas interferem também nas questões internas, possibilitando, cada vez mais, o aumento da capacidade de impulsionar novas ideias em locais onde as tarefas eram utilizadas em regimes mais limitado. O cenário profissional, em parte das empresas, dá início a uma visão mais integrada ao espaço laboral, onde o convívio organizacional torna-se um diferencial ao que antes se era observado de modo individual, o que já não surte efeitos tão positivos. Essa discussão acerca de transformações, trazem ao centro das atenções a criatividade e a inovação que ganham destaque na medida em que são compreendidas como uma união indispensável para superação e continuidade da evolução empresarial.

Para identificação de resultados da pesquisa foi desenvolvido no contexto geral a apresentação de uma abordagem da gestão criativa e inovadora, como estratégia para incentivar no âmbito corporativo. Ainda sobre os objetivos, de forma específica, destacou-se a utilização da percepção de como os gestores enquanto líderes e como parte fundamental do sucesso de uma Gestão da Criatividade, ainda em relação à especificidade identificou-se a condição de entendimento do processo construtivo da cultura da criatividade e a relação com os papéis do líder, que de fato determinam as questões em conjunto entre as partes liderança e a liderada.

Além das pessoas, lideranças e colaboradores, envolvidos no processo, a cultura organizacional também é um ponto que merece atenção quando se refere à dinâmica de funcionamento de um cenário empresarial e o desenvolvimento do aspecto criativo e inovador. Para os procedimentos metodológicos, foi utilizado variados materiais bibliográficos, os quais à disposição em livros, revistas, jornais e

artigos físicos e digitais, referenciando pesquisas em idiomas estrangeiros, em originalidade, com traduções para o português brasileiro.

Conceito de Criatividade

Criatividade tem como finalidade desenvolver algo inédito, novas ideias, as quais estejam de acordo com as possíveis soluções de problemas em qualquer ramo de atividade. (GOMES; KRUGLIANSKAS, 2009)

Segundo Mendes; Silva (2014), empresas que alcançaram o sucesso sabem da importância de proporcionar e manter a criatividade no ambiente de trabalho. Olhar em todas as direções, ouvir sistematicamente os colaboradores e descobrir novos caminhos, são atitudes essenciais para a empresa que pretende desenvolver a criatividade. Essas empresas têm em mente que precisam adotar políticas organizacionais que valorizem as pessoas, bem como, oferecer ambientes favoráveis ao desenvolvimento criativo e inovador.

Existem algumas ações práticas que as empresas podem desenvolver para estimular a criatividade, conforme Mendes; Silva (2014) sendo elas:

- a) Envolver o colaborador nos projetos;
- b) Dar liberdade de criação e encorajar o desenvolvimento das ideias;
- c) Aceitar as diferenças de cada indivíduo;
- d) Perceber as diferentes óticas das questões;
- e) Não julgar antes de ouvir;
- f) Dar apoio e incentivo à expressão criativa e a ousadia;
- g) Incentivar a resolução de problemas e a tomada de decisões.

A criatividade deve ser vista como uma necessidade básica. Por outro lado, a inovação geralmente se refere à implementação de ideias criativas em um contexto organizacional. A criatividade individual e em equipe dão origem à inovação organizacional. (AMABILE, 1999) Com criatividade é possível captar novos meios para problemas que aparentemente não tinham soluções. Outro aspecto relevante é que não basta apenas criar ou gerar ideias é preciso analisá-las.

Conceito de Inovação

A inovação, independente do foco, pode envolver obstáculos ou mesmo barreiras, as quais necessitam de superação, com o propósito de avançar em suas

etapas de criação alcançando o processo final para implementar um novo produto e/ou serviço no mercado, podendo inclusive inserir um novo processo para a operação. Levando em consideração o resultado de uma inovação com êxito pode representar a sobrevivência ou liderança de mercado e até mesmo alterar os hábitos e comportamentos de uma sociedade. Inovação e criatividade, de forma geral podem surgir em conjunto ou cronologicamente, a criatividade se destaca como sendo o primeiro degrau para chegar no processo inovador.

Para Oliveira (2010), com referência a importância da inovação no contexto de crescimento econômico e no desempenho organizacional, as organizações necessitam ter entendimento abrangente sobre os antecedentes da inovação a fim de poder aumentar seu desempenho inovador.

Algumas barreiras internas precisam ser identificadas e removidas para que a inovação seja adequadamente aproveitada. Obstáculos como falta de confiança, constrangimento, não valorização das habilidades e competências e menor valorização da criatividade podem ser a causa desse problema. Inovação é um processo ativo e dinâmico, que requer habilidade para perceber contextualizações e cenários, empenho na busca de meios para efetivar a mudança e sistematização de procedimentos.

Resultados Criativos com ênfase em inovação

O ponto que mais contribui para a construção de uma cultura criativa nas empresas dos mais diferenciados setores caracteriza-se pela capacidade de entender que o indivíduo é parte de um processo contínuo de socialização. A partir do entendimento, desde a inclusão do indivíduo na sociedade, os mesmos convivem com absorções e considerações externas de diversas mensagens capazes de somar ao seu desenvolvimento e das demais partes e meios que os circundam. (PEREIRA, 2010)

Com base no autor Muzzio; Paiva Júnior (2015), levando em consideração que a compreensão da criatividade sendo fruto do coletivo, não há como subtraí-la da cultura, demonstrando ser um contexto fatorial preponderante para a existência de uma cultura de gestão criativa. Shirky (2011) afirma sobre um novo momento no qual ele nomina de cultura da participação, levando em conta o aspecto da criatividade no mundo fomentado pelas interações. Sakr (2016) também aponta

para a importância dessas interatividades nas redes sociais, assunto preponderante nas compreensões das novas construções culturais com o objetivo de fins criativos.

Além de questionamentos conhecidos e bastante discutidos como valores e crenças como indicadores vetoriais de muitos comportamentos nas organizações, a importância da paciência em relação a tolerância a erros, objetivando que estes não se transformem em bloqueios criativos nos indivíduos, a cultura criativa ainda conta com a oportunidade da construção por meio de relações externas. De acordo com Muzzio; Paiva Júnior (2018), uma cultura com ênfase na criatividade e inovação pode ir além do contexto interno e aponta que estruturas de redes sociais podem contribuir de modo eficaz para a ampliação de aspectos criativos.

É indiscutível o papel que a criatividade exerce como força econômica da atualidade. Criatividade será o motor para transformações sociais e econômicas neste século Hartley (2005 *apud* OLIVEIRA, 2016) e se tornará algo valorizado porque novas tecnologias, novas indústrias e novas riquezas serão provenientes dela Florida. (2002 *apud* OLIVEIRA, 2016)

Além do mais, com a aceleração da concorrência e a busca das organizações por abordagens mais dinâmicas de formulação e implementação da estratégia, a criatividade tornou-se de fundamental importância para alcançar a excelência operacional e de produtos, considerando também que, em ambientes altamente dinâmicos e de rápidas transformações como ocorrem na atualidade, a criatividade é chave para a vantagem competitiva. (ULBRICHT *et al.* 2013)

A liderança no processo criativo

O líder deve saber a importância de avaliar as ferramentas para desenvolver a liderança dentro da organização. Porque, quando a empresa possui bons líderes, ela impacta positivamente seus colaboradores, dispondo autonomia aos seus profissionais, acreditando em seus potenciais e auxiliando no desenvolvimento de suas aptidões, competências técnicas e comportamentais.

O líder, primeiramente precisa conhecer profundamente a cultura em que está inserido, seus traços e elementos, antes de promover mudanças, porque é ineficiente desenvolver competências, criar mecanismos para fazer adaptações a fim de obter resultados, sem refletir como elas serão aplicadas em determinado contexto.

Segundo Schein (2006 *apud* KHOURY, 2015. p. 137), [...] *a identificação das competências de liderança se tornou praticamente uma obsessão*. São criados repertórios das aptidões que são consideradas primordiais a serem desenvolvidas, mas nem sempre se dá a devida importância para o meio em que elas serão colocadas em prática, os que originam muitas vezes dificuldades profundas e os resultados não acontecem rapidamente.

Segundo Marques (2019) as competências mais valorizadas em um líder são:

- a) Inspirador - os líderes são fonte de inspiração aos liderados que buscam um caminho para o crescimento profissional. Por isso, mantenha ações congruentes com suas palavras, procure exigir aquilo que você tem feito na prática, pois assim, as chances de obter um retorno positivo dos colaboradores de sua equipe são ainda maiores, uma vez que eles, ao verem que você é um ser dedicado e inspirador, terão ainda mais disposição, engajamento e motivação para realizarem um trabalho de excelência.
- b) Confiante e flexível- Ainda existem chefes que, por insegurança, intimidam sua equipe e estabelecem o sistema do “eu mando e você obedece”. Porém, os líderes que conquistam maiores resultados são aqueles que encorajam seus liderados a serem participativos e cocriarem com todos ao seu redor, para que o desenvolvimento do time seja cada vez melhor em performance e resultados.
- c) Desenvolve novos líderes- Além de se preocupar em preparar os liderados para futuras oportunidades na empresa e desenvolver as competências de liderança em seus profissionais, o líder deve capacitá-los a estar em crescimento contínuo, para eles mesmos e para a empresa. Assim, eles se tornarão capazes de tomar decisões calculadas, implantar estratégias e exercer sua atividade com alta performance. Consequentemente, o líder poderá levar sua equipe a voos cada vez mais altos.
- d) Resiliente- Um líder altamente valorizado por uma organização é aquele que lida da melhor forma com adversidades, pressões, estresses, e que é capaz de atravessar situações de crise, tendo em vista sempre o cunho analítico para tomadas de decisões cada vez mais assertivas. Nesse

sentido, é essencial que os profissionais que ocupam cargos de liderança sejam altamente resilientes, pois nesta posição serão inúmeros os desafios que surgirão em suas trajetórias diariamente. Sendo assim, se não souberem lidar com cada uma delas da melhor maneira possível, ou seja, sem se deixarem abater, as chances de que alcancem o sucesso pessoal e profissional, bem como de suas equipes e da empresa de uma forma geral, diminuam consideravelmente.

- e) Estratégico e assertivo- Empresas são resultados de pessoas. Portanto, saber identificar e utilizar os talentos de sua equipe é a maior estratégia de um líder. Também é importante desenvolver métodos que aperfeiçoem os processos e facilitem a fluidez para uma maior produtividade.

No processo criativo, o líder fará um papel importante principalmente na motivação de seus colaboradores. Ele saberá orientar para que todos consigam alcançar o mesmo objetivo e assim trará resultados para a organização.

Cultura Criativa

A cultura da organização retrata missão, visão, valores, costumes e crenças, por essa razão, ela consegue atingir diversos processos, levando sintonia entre diversos setores e ações propostas. Em vista disso, é importante conscientizar o time sobre tais conceitos, como desenvolvê-los, bem como os seus impactos de forma clara e objetiva.

O contexto organizacional deve necessariamente ser considerado coletivo, fazendo com que exista uma condição relacional e social em que a cultura emerge como um fator preponderante de delineamento, ainda que essa cultura não seja homogênea. Martin (1992 *apud* MUZZIO, 2016) É possível, com base no cenário descrito pelo contexto do autor, destacando a criatividade como um fenômeno coletivo, essa questão não poderia ser desvinculada da perspectiva cultural.

Ter mente criativa, não é o suficiente para tornar criativa a cultura da organização. Tal cultura acontece apenas com uma equipe completa, culturalmente engajada, distinta, onde as ideias passam por um processo criativo, outras fases precisam ser pensadas, planejadas e posteriormente executadas, é primordial envolver a equipe nesse processo criativo.

A liderança deve motivar sua equipe, estimular ações criativas e inovadoras, incentivar o trabalho colaborativo entre a equipe, propondo atividades em grupo, *brainstorms*, treinamentos que despertem e disponibilizem o potencial de inovação e criatividade dos colaboradores, dinâmicas para que os colaboradores possam compartilhar ideias e se conhecer melhor, trocar experiências e *insights*. A cultura deve oferecer qualidade do tempo, mais liberdade e flexibilidade, pois quando há liberdade e menor rigidez a cultura estimula o trabalho e aumenta a produtividade.

Segundo Parjanen (2012, *apud* ULBRICHT *et al.* 2013), os líderes podem influenciar a criatividade ao conceberem grupos de trabalho em que estejam presentes membros diversamente hábeis, facilitando a abertura para novas ideias, para a confiança interpessoal, para o comprometimento com o trabalho e com a comunicação, em que os membros construtivamente desafiam as ideias uns dos outros. O comportamento dos líderes tem um efeito sobre a forma como os colaboradores consideram a criatividade, notadamente, na definição de objetivos da criatividade, ou seja, esse líder deve ser claro sobre a necessidade de criatividade e os tipos de criatividade que melhor atendem aos objetivos da organização.

Analisando os resultados em conjunto, fica evidenciada a pertinência de se realizar uma Gestão da Criatividade, o que contribuiria com um processo mais efetivo de inovação. Uma gestão eficiente tende a traduzir-se em resultados mais eficazes, o que também vale no processo produtivo baseado na criatividade. No entanto, essa gestão não deve ser uma reprodução do gerenciamento realizado em contextos tradicionais, pois as características apresentadas na literatura solidificam a visão de que o contexto criativo é dotado de condições específicas que demandam ações particulares. (BIRKINSHAW, 2008 *apud* MUZZIO, 2017)

A ação gerencial pode, por exemplo, tornar o trabalho colaborativo mais condizente com uma condição criativa, da mesma forma, é possível uma maior efetividade das ações dos líderes voltadas para ampliar a disponibilidade de políticas voltadas para esse fim, assim como uma política de evidência de valores culturais que favoreça a ampliação da criatividade e da inovação.

Implantação da cultura criativa

Para começar o processo criativo é importante apresentar áreas para inovação usando a tecnologia e *marketing* para identificar as oportunidades. Após

feito o diagnóstico e discutido surge a necessidade de criar a cultura criativa para gerar novas ideias, após a captação de ideias é desenvolvido o projeto. (FREITAS FILHO, 2013)

A cultura criativa permite que a empresa se abra às novidades de mercado, acompanhe a inovação da tecnologia que faz com que tenha mais êxitos em vendas e *marketing*. Para aderir à cultura criativa é necessário, mudanças em setores ou criar novos setores, conversar com a equipe e deixar um ambiente que propiciam a criatividade e inovação.

Sobre a cultura criativa, Galeffi; Macedo e Barbosa (2014, p. 41-42) apontam:

Pessoas criaram o mundo em que vivemos com seus dispositivos mecânicos e tecnológicos. Há uma dialógica vital entre a criação individual e a sociedade: o indivíduo sempre está a serviço de sua sociedade. As grandes criações são aquelas que transformam os processos culturais vividos. Todo ato criador está a serviço do ser humano em sua total constituição: é um ser individual-coletivo. Aliás, cada indivíduo é um aglomerado sistêmico de outros inumeráveis indivíduos [...].

A construção da cultura criativa é essencial para formulação de competências organizacionais e melhoria contínua em relação à tecnologia e ao ambiente de trabalho. A dinâmica envolvendo criações são contempladas pela mudança cultural, a qual será proporcionada pelos profissionais e lideranças, envolvidos de forma clara para motivar e recompensar todos os processos. Os indivíduos podem ser criativos em todas as áreas e com a implantação da cultura da Gestão de criatividade os indivíduos geram ideias criativas que são transformadas em inovação principalmente na cadeia comercial produtiva.

Ferramentas e técnicas que estimulam a criatividade

Atualmente é possível destacar muitas formulações de ferramentas e técnicas que estimulam a criatividade, porém serão consideradas algumas delas como demonstração, através de uma breve definição de cada uma delas:

- a) *Brainstorm*: Osborn (1953 *apud* SILVA; VISOLLI, 2017) inventou o *Brainstorm*, que é uma ferramenta de criatividade utilizada para gerar novas ideias num ambiente livre de críticas e restrições. Essa ferramenta é dividida em duas etapas, a primeira caracterizada pela geração de muitas ideias sem crítica e a segunda, na qual se critica as ideias geradas na etapa anterior para escolher a melhor delas. Cross (2008 *apud* VIZIOLI, 2016), diz que *brainstorm* deve ser composto por um

grupo pequeno, entre quatro a oito pessoas, com perfis distintos, especialistas e não especialistas na área, sem hierarquia. Esse grupo normalmente inicia a discussão com a pergunta: “Como é possível melhorar ou fazer tal atividade?”, em uma sessão que dura cerca de vinte a trinta minutos, onde os participantes expõem suas ideias num momento onde não é permitido críticas ou aversões, posteriormente classificam e hierarquizam essas ideias de acordo com os critérios que foram estabelecidos pelo grupo, escolhendo então a solução que melhor atender aos requisitos.

- b) *Brainwriting*: O autor Reis (2008 *apud* SILVA; VISOLLI, 2017) declara que o *brainwriting* é uma técnica muito similar ao *brainstorm*, porém, as ideias são escritas em pedaços de papel ao invés de serem apresentadas oralmente. Para o autor, a dinâmica dessa ferramenta permite que todos os participantes tenham ideias simultaneamente além de incentivar o desenvolvimento das ideias produzidas por outros participantes. Com base no autor, as principais etapas dessas dinâmicas consistem em informar de forma transparente aos participantes qual o problema a ser solucionado, os participantes terão cinco minutos para escrever suas ideias para solução no papel, individualmente e sem ser identificado. Após esse período, passam a folha ao participante ao seu lado que terá mais cinco minutos para acrescentar suas próprias ideias, isso pode se repetir por diversas vezes, mas em geral, três rodadas são suficientes. Na sequência o facilitador recolhe os papéis e escreve as ideias para expô-las nas paredes do ambiente ou uma das pessoas do grupo lê todos os papéis em voz alta e por fim, discutem as ideias expostas, descartando as impraticáveis e selecionando as melhores para a solução.
- c) *Scamper*: Eberle (1996 *apud* SILVA; VISOLLI, 2017) desenvolveu a ferramenta de criatividade denominada *Scamper* para gerar ideias em grupo. A dinâmica consiste em utilizar uma lista de palavras, mais precisamente, um conjunto de sete verbos operadores, que permitem explorar modos diferentes de modificar um objeto, um processo, um sistema ou um serviço. As iniciais desses verbos em inglês definem o nome dessa ferramenta, que traduzindo seria: Substituir, Combinar, Adaptar, Modificar, Buscar outros usos, Eliminar e Reordenar. Segundo o autor, a utilização desses verbos estimula formas de pensar convergentes e divergentes, utilizando-os de formulações inquisitivas, o que tem como foco a potencialização da produção de um número significativo de ideias criativas, estimula a realização de ações a partir de uma ideia básica e gera novas ideias.

d) Mapas mentais: Buzan; Buzan (2010 *apud* SILVA; VIZIOLI, 2017) apresentam mapas mentais como sendo uma técnica sistêmica com direcionamento na gestão de informação e de conhecimento, que estimula formas convergentes e divergentes de pensar, através da lógica e imagens, o que potencializa a produção de poucas ideias criativas, contudo, de qualidade. Segundo os autores, essa técnica consiste na elaboração de um diagrama com várias conexões vinculadas a um conceito central. Esse diagrama é utilizado para exposição de diferentes tipologias de informações sobre um determinado tema central, com base na importância dos conceitos, os quais devem ser organizados em grupos, árvores, ramos ou áreas utilizadas para representar palavras, ideias, atividades ou outros elementos conceituais que são colocados intuitivamente.

Conclusão

A atual dinâmica de gestão, proporcionada por frequentes mudanças como consequência de indicadores tecnológicos e capacitação profissional, por exemplo, tem exigido cada vez mais que os gestores estejam preparados para suprir o surgimento de expectativas sequenciadas por um mercado, o qual rotineiramente se torna mais competitivo. Essa competitividade mencionada relaciona-se não só com a qualidade do produto ou serviço ofertado, mas também à força de trabalho existente no interior das empresas e para tanto é necessário estar atento aos aspectos envolvidos nesse processo.

Foi possível, com base na pesquisa bibliográfica, identificar positivamente os objetivos propostos pela pesquisa, bem como a pergunta-problema e o pressuposto teórico.

A aplicação eficiente da Gestão da Criatividade sob os elementos indivíduo, liderança e cultura nas empresas, pode proporcionar estímulo ao processo de inovação, pois a criatividade é uma condição necessária à inovação, podendo originar o aperfeiçoamento de processos internos, rotinas ou procedimentos que auxiliaram a elevar o aumento da produtividade e competitividade na empresa, bem como a satisfação de clientes. A criatividade foi observada como uma necessidade básica. Por outro lado, a inovação geralmente referiu-se à implementação de ideias criativas em um contexto organizacional.

Considerou-se a Gestão da Criatividade, em relação ao seu conceito, formatos diferenciados na visão do cenário empresarial, demonstrado por ferramentas

usadas para desenvolvimento do processo criativo. No tocante à inovação, identificou-se a condição criativa individual e em equipe dando o cenário originário à inovação organizacional. Com a criatividade foi possível captar novos meios para problemas que aparentemente não tinham solução. Outro aspecto relevante é que não basta apenas criar, ou seja, gerar ideias. É preciso analisar continuamente, condições que precisam ser coerentes com as lideranças empresariais.

Com relação aos objetivos secundários, foi possível analisar a Gestão da Criatividade como um processo estratégico de incentivo no âmbito corporativo empresarial, pois as empresas que alcançaram o sucesso entenderam a importância de proporcionar a Gestão da Criatividade no ambiente de trabalho. Olhar em todas as direções, ouvir sistemicamente os colaboradores e descobrimento de novos caminhos, são atitudes essenciais para a empresa que pretende desenvolver a criatividade. Essas empresas têm em mente que precisam adotar políticas organizacionais que valorizem as pessoas, bem como oferecer ambientes favoráveis ao desenvolvimento criativo e inovador. Ainda sobre os objetivos, alguns autores concordam em relação aos gestores, os quais enquanto liderança é parte fundamental do sucesso de uma gestão criativa, principalmente na motivação de seus colaboradores.

Eles precisam saber orientar para que todos consigam alcançar o mesmo objetivo e assim trará resultados para a organização. Ainda sobre o cenário específico, identificou-se a necessidade de entendimento sobre a construção da cultura criativa e suas relações com o papel do indivíduo e da liderança, pois só a mente criativa não é o suficiente para tornar criativa a cultura da organização. Tal condição aconteceu apenas com uma equipe completa, culturalmente comprometida, distinta, onde as ideias passam por um processo criativo.

A aplicação da Gestão da Criatividade sob a tríade indivíduo, liderança e cultura em empresas criativas, pode estimular o processo de inovação, foi possível identificar através da relação das competências necessárias ao trabalho em equipe, com comportamento de alcance de metas organizacionais e busca contínua de melhorias nos aspectos culturais, o que proporcionou condições para o processo criativo e inovador em cada etapa de desenvolvimento operacional, administrativo e de apoio.

Em decorrência das perspectivas da cultura de Gestão da Criatividade, no cenário de inovação, com base em levantamentos bibliográficos, ressalta-se no contexto a apresentação de algumas ferramentas para estímulos da criatividade e inovação, as quais incentivam mudança de cultura e dinâmica na resolução de problemas, em que a participação do indivíduo e liderança são fundamentais para melhoria da competitividade empresarial.

Referências Bibliográficas

AMABILE, Teresa M. **Como (não) matar a criatividade**. HSM- management. São Paulo, v. 12, p. 111-6, Jan/Fev 1999.

FREITAS FILHO, Fernando L. **Gestão da Criatividade: teoria e pratica para implantação**. São Paulo. Atlas, 2013.

GALEFFI, Dante; MACEDO, Roberto S.; BARBOSA, Joaquim G. **Criação e dever em formação: mais-vida na educação**. 2014. Dissertação Doutorado em Gestão da Inteligência Criativa – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba.

GOMES, Claudia M.; KRUGLIANSKAS, Isak. A influência do porte no comportamento inovador da empresa. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 5-27, ago. 2009.

KHOURY, Karim. **Liderança é uma questão de atitude**. 3. ed. São Paulo: Senac, 2015.

KUAZAQUI, Edmir. *et al.* **Liderança e Criatividade em Negócios**. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

MARQUES, José R. **As competências de liderança mais importantes para uma organização**. Disponível em: <https://www.ibccoaching.com.br/portal/lideranca-e-motivacao/competencias-lideranca-importantes-organizacao/>. Acesso em: 17 set. 2021.

MENDES, José M; SILVA, Sonilda A. F. **Criatividade Aplicada a Gestão**. Disponível em: http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1586/Criatividade_Aplicada_Gestao_11_07_14.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 02 ago. 2021.

MUZZIO, Henrique. *et al.* **Indivíduo, Liderança e Cultura: Evidências de uma Gestão da Criatividade**. Revista de Administração Contemporânea. Pernambuco, 2016. Dissertação Pós-Graduação em Administração – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco.

_____. *Organizational Creativity Management: Discussion Elements*. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 22, n. 6, p. 922-939, 2018.

MUZZIO, Henrique; PAIVA JÚNIOR, Fernando G. A pertinência de adequação da

gestão criativa à identidade do indivíduo criativo. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, Ceará, v. 13, n. 3, p. 139-155, set./dez. 2015.

OLIVEIRA, Stéfani P. **Criatividade nas Indústrias Criativas**. 2016. Dissertação Mestrado em Empreendedorismo – Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, Zélia M. F. **Fatores influentes no desenvolvimento do potencial criativo**. 2010. Dissertação Pós-graduação em Educação – Universidade Católica de Brasília, Brasília.

PEREIRA, Kariston. **A Criatividade na Sociedade do Conhecimento: um Ensaio sobre a Importância dos Fatores Culturais e Não-Cognitivos**. 2010. Dissertação Mestrado em Gestão do conhecimento. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SAKR, Mayara R. **O Papel da Classe Criativa na Sociedade Atual**. Desenvolvimento Regional em debate: DRD, Paraná, v. 6, n. 1, p. 218-221, Jan./Jul. 2016.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação: Criatividade e Generosidade no Mundo Conectado**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SILVA, Aline, Gonçalves; VIZIOLI, Renato. **Ferramentas e Técnicas para Estimular a Criatividade no Ambiente de Trabalho**. 11º Congresso Brasileiro de Inovação e Gestão de Desenvolvimento do Produto. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2017.

ULBRICHT, Vania R; VANZIN, Tarcisio; SILVA, Andreza R. L.; BATISTA, Claudia R. **Contribuição da criatividade em diferentes áreas do conhecimento**. Disponível em:https://www.researchgate.net/publication/281494682_Criatividade_e_inovacao_tecnologica_uma_analise_bibliometrica. Acesso em: 06 ago. 2021.

VIZIOLI, Renato. **Integração da Engenharia do valor e do “Design Thinking” no processo de desenvolvimento de produtos**. Qualificação para Doutorado. Pós-Graduação em Engenharia Mecânica. Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2016. Acesso em 08 nov. 2021.

Gestão Financeira orientada para Pessoa Física

Financial Management oriented to Private Individuals

Aline Cristina da Silva¹
Raiane Araújo Caldeira²
Marcos César Bottaro³
Cleide Henrique Avelino⁴

RESUMO

A Administração Financeira auxilia pessoas físicas no processo de planejamento financeiro. Dessa forma é de extrema importância estimular o conhecimento sobre gestão financeira para esse público, pois cada vez mais famílias sofrem com desequilíbrio financeiro por falta de educação financeira. Assim, por meio da metodologia de pesquisas bibliográficas chegou-se à conclusão de que a gestão financeira em conjunto com um planejamento estratégico pode contemplar o sucesso financeiro pessoal.

Palavras – chave: Administração, Gestão Financeira, Planejamento

ABSTRACT

Financial Administration assists individuals in the financial planning process. It is extremely important to increase the knowledge of individuals, about financial management, in the knowledge of the Brazilian society, where more and more families report with financial imbalance due to lack of financial education. A bibliographic research methodology was developed considering that financial management together with strategic planning can include personal financial success.

Keywords: Administration, Financial Management, Planning

Introdução

A necessidade de elevar o conhecimento de pessoas físicas, sobre gestão financeira, é de extrema importância no conhecimento da sociedade brasileira, já que cada vez mais famílias sofrem com desequilíbrio financeiro.

O planejamento financeiro é essencial para uma boa gestão financeira, pois cada vez mais o consumo é um conceito profundamente explorado, pela mídia, que tenta passar a ideia aos consumidores de que é preciso adquirir certo produto, serviço ou bem a qualquer custo. Com isso as pessoas acabam entrando em um ciclo vicioso, o consumismo se torna o maior vilão frente a uma gestão financeira, pois as

¹Acadêmica do 8º termo do curso de Administração no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

²Acadêmica do 8º termo do curso de Administração no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

³Administrador, Contador, Perito Judicial, Mestrado em Ciências da Educação, Pós-Graduação em Gerência Contábil, Financeira e Auditoria, Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

⁴Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

pessoas passam a vida pagando dívidas, duplicatas em atraso e juros de cheque especial e cartão de crédito.

A falta de uma educação financeira, ou do acesso à informação para pessoas físicas de classe baixa, assegura para que se mantenham em um estado de insucesso financeiro, por um longo período de sua jornada, entrando em dívidas e com extremas dificuldades para promover uma gestão eficiente de seus recursos.

Essa é uma realidade da sociedade brasileira, falar de dinheiro e orçamento familiar, para muitos é algo inconcebível, pois somente pessoas que possuem capital elevado possuem liberdade e independência financeira. Essa é uma ideia errônea sobre o assunto e a pesquisa expõe argumentos que confirmam que para ter prosperidade financeira, não depende dos recursos que ganha, mas de como ele é administrado.

O objetivo principal da pesquisa é explorar conceitos da Administração Financeira orientada para pessoa física, em seguida, aponta métodos e ferramentas que facilitam a gestão financeira orientada a Pessoa Física.

Assim, todo aquele que se encontra em um estado de insuficiência financeira começará a ter uma visão diferente do dinheiro e do futuro, obtendo um melhor relacionamento com seu dinheiro, visto que atualmente isso não ocorre devido à falta de entendimento, enquanto que na realidade, o que realmente importa não é o quanto a pessoa ganha, mas se a mesma possui a habilidade de gerir seus recursos de forma eficiente. Tendo em vista que a falta dessa habilidade de gestão contribuirá para que fique endividado com inúmeras inadimplências, pagando juros e não obtendo bons resultados através de seus recursos disponíveis.

A pesquisa também busca proporcionar entendimento quanto às consequências dos gastos desnecessários, e a importância de poupar e investir, até mesmo para que as pessoas passem a ter maior preocupação quanto ao seu futuro no sentido de se planejar, e agir de forma consciente e segura com base em seus parâmetros de vida. Deixando de agir por impulso, mas que passem a agir sempre com a razão, baseado em seu orçamento.

O estudo pressupõe que a gestão financeira pode auxiliar a pessoa física quanto ao controle de seus gastos relacionado aos ganhos.

Visto que o conhecimento a respeito da gestão financeira proporciona uma visão analítica a respeito das finanças, trazendo mudanças de hábitos e o consumo consciente, através do poder de decisão que cada pessoa tem sobre seus recursos.

Administração Financeira

Administração Financeira diz respeito à responsabilidade do administrador financeiro de uma organização, que independente de ter ou não fins lucrativos, do porte ou até mesmo do ramo de atividade tem por objetivo gerir os recursos econômicos da organização. Segundo Gitman (2004) o administrador possui a responsabilidade de gerir todos os recursos disponíveis da empresa, contribuindo para melhores resultados associados ao controle dos custos e despesas da instituição.

A área da Administração Financeira cuida dos recursos financeiros de uma empresa, cuja maior preocupação está associada a dois importantes recursos financeiros sendo eles a rentabilidade e a liquidez. (CHIAVENATO, 2006)

A rentabilidade demonstra se os recursos investidos na empresa estão gerando bons resultados, ou seja, obtendo o retorno desejável. Enquanto que uma boa liquidez representa a capacidade de uma empresa em honrar com suas obrigações, permitindo ao gestor identificar a facilidade e a velocidade em que os ativos de uma empresa se transformam em dinheiro.

Sendo assim, Administração Financeira objetiva, basicamente, determinar o mais eficiente processo empresarial de captação de recursos e alocação de capital. Enquanto a Administração Financeira pessoal de uma maneira formal consiste em conhecer seus gastos, e a sua renda para poder tomar melhores decisões sobre como poupar e investir seu dinheiro. (SILVA, 2013)

Educação Financeira

A educação financeira contribui com o processo de evolução e o crescimento financeiro em uma sociedade, onde a alfabetização financeira se faz presente. Essa educação é necessária não apenas para indivíduos já em vida adulta, mas deve ser incluída já nas escolas desde o ensino primário, para que desde criança já aprenda a ter uma boa relação com o dinheiro, sabendo tomar decisões, sobre compra inteligente, poupar e investir seus recursos.

Segundo Kiyosaki (2017 p.16), autor do livro Pai Rico Pai Pobre [...] *Os ricos ficam mais ricos, os pobres, mais pobres e a classe média luta com as dívidas porque o assunto dinheiro não é ensinado nem em casa nem na escola [...]*.

Isso se deve à educação financeira, à mentalidade e aos conhecimentos do indivíduo, pessoas ricas já nascem tendo a ensinamento de como lidar com o dinheiro, conseqüentemente ficam cada vez mais prósperas, enquanto as pessoas pobres não sabem como lidar com seu dinheiro e acabam entrando no efeito chamado de corrida dos ratos. Trabalham para ganhar dinheiro, para pagar contas, até ficar sem dinheiro tendo que trabalhar mais, os que assim fazem gastam sempre mais do que ganha, não sabem e não conseguem poupar dinheiro, não possuem renda passiva e também não sabem por onde começar, mas também acabam por não fazer nada para mudar esta situação de vida.

Educação financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem-informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro. (OCDE, 2005)

Para um gestor ter uma Administração Financeira eficiente, é essencial que tenha informações corretas e significativas no momento certo, e tenha conhecimento e habilidades para tomar decisões assertivas que promoverão retorno e sucesso financeiro. O mesmo se aplica à pessoa física, pois é de suma importância que tenham conhecimento de educação financeira para poderem fazer melhor aproveitamento de seus recursos, tomar decisões corretas, tendo o discernimento para avaliar riscos e oportunidades, além de atitude para realização de decisões que resultaram em benefícios futuros para garantia de vida e bem-estar, contribuindo para formação de indivíduos que cresçam e contribuam de forma consciente e responsável para o crescimento e desenvolvimento da sociedade econômica onde se encontra inserido.

A educação financeira é fundamental, pois tange informações de como aumentar a renda, conter despesas e gerenciar recursos. De acordo com Lelis (2006), a educação financeira abrange o conhecimento social sobre dinheiro e

orçamento familiar, tornando indivíduos mais conscientes de seus atos e capazes de tomar decisões para ampliar sua renda, consumindo de maneira consciente, evitando dívidas, reduzindo custos e despesas através do gerenciamento e planejamento de bens e ativos possibilitando a criação de reservas de emergências ou a realização de metas e objetivos futuros.

Orçamento Familiar

Endividamento familiar é um termo que perturba e tira o sono de muitas famílias brasileiras, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor - PEIC, realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC 2021. Aponta que em junho de 2021 essa porcentagem chegou a 69,7% das famílias brasileiras endividadas, alta de 1,7% em relação a maio e de 2,5% em comparação a junho de 2020. Pela segunda vez seguida houve também alta na inadimplência.

Além disso, segundo dados da Serasa Experian (2020), o número de brasileiros inadimplentes chegou a 63,8 milhões em janeiro de 2020, aumento de 2,6% com relação ao primeiro mês de 2019. O volume de pessoas com contas em atraso representa 40,8% da população adulta do país. Na análise com dezembro de 2019, a variação foi de 0,8%. São Paulo, 12 de março de 2020.

Com base nos dados apresentados é possível identificar que a falta de educação e planejamento financeiro leva muitas famílias ao consumo excessivo e inconsciente, devido à facilidade de crédito, através de cartões de créditos, crediários, cheques, empréstimos consignados, acabam acarretando um círculo vicioso que leva muitas famílias ao endividamento, causando dívidas imensas, nomes com crédito negativo, o que muitas vezes se torna uma situação difícil de ser revertida em curto prazo, contribuindo para infelicidade familiar.

Não conseguir pagar os compromissos assumidos, é nítido sinal de que falta consciência quanto a real utilidade de seus limites de crédito. Contudo, poucas situações são tão comuns em uma família brasileira quanto a dificuldade de pagar todas as contas e prestações do mês, somadas ao uso frequente do cheque especial e outras dívidas [...]. (CERBASI, 2009, p. 122)

O uso consciente de cheques e cartão de credito podem apresentar inúmeras vantagens para o consumidor, portanto é necessário disciplina e controle quanto ao seu uso, o que não ocorre com as famílias brasileiras, porque o uso desenfreado e

incontrolável destes recursos gera um efeito reverso, o endividamento, ocasionando dificuldade de liquidar as contas e prestações do mês.

Controlar o orçamento familiar é o primeiro passo para garantir a saúde financeira e a principal ferramenta a ser colocada em prática.

Caso o dinheiro, seja poupado e investido, trará bons resultados, esse capital gerará recursos. Caso ocorra o contrário e a pessoa mantenha um comportamento consumista deixando-se levar pelas armadilhas lançadas pela mídia, independentemente de suas posses permitirem ou não, quando chegar ao final do mês não haverá nenhuma folga no orçamento, pelo contrário esta pessoa se verá em uma situação desconfortável, tendo de escolher quais contas terá capacidade de liquidar e quais ficarão para o mês seguinte. (DANCINI 2012)

Dessa forma é importante que a família tenha consciência sobre sua renda, seus gastos com despesas fixas e variáveis, ter controle sobre o quanto possui disponível, para manter as despesas do lar e a realização de sonhos.

Sendo assim, basicamente ter um orçamento familiar é desenvolver um controle de tudo que entra, ou seja, toda a renda mensal da família, e o controle do que sai, ou seja, todas as despesas, como por exemplo, despesas com aluguel, água, energia elétrica, alimentação, saúde. Assim é possível equilibrar contas e atingir objetivos financeiros futuros com maior segurança e tranquilidade sem afetar o orçamento mensal da família.

Planejamento Financeiro

Planejamento Financeiro é uma ferramenta da Administração Financeira que consiste no processo de organização financeira, tendo como ponto de partida a consciência da atual circunstância pecuniária, junto à determinação de metas traçadas para alcançar os objetivos desejados. [...] *O planejamento financeiro é um aspecto importante das operações nas empresas e famílias, pois ele mapeia os caminhos para guiar, coordenar e controlar as ações das empresas e das famílias para atingir seus objetivos [...].* (GITMAN, 2001, p. 43)

Ter organização e planejamento financeiro é importante não somente para empresa, mas também, para as famílias, uma vez que a organização financeira auxilia no processo de consciência e controle financeiro, quando é desenvolvido e estabelecido um plano e estratégias para atingir determinado objetivo o processo se

torna mais fácil e eficiente, pois assim o indivíduo passa ter mais habilidade para tomar melhores decisões tendo a capacidade de reconhecer qual o melhor caminho tomar para que o objetivo seja alcançado.

[...] Planejamento Financeiro formaliza a maneira pelo qual os objetivos financeiros podem ser alcançados. Em visão mais sintetizada, um plano financeiro significa uma declaração do que a empresa deve realizar no futuro [...]. (ROSS, 1998, p. 82)

O planejamento financeiro é crucial para alcançar a realização dos objetivos almejados, pois ele fornecerá parâmetros e metas a serem seguidas, para que o indivíduo possa tomar decisões sobre qual melhor caminho seguir.

Visto que a pessoa terá maior compreensão sobre o seu estado atual, abrindo a visão para aquilo que precisa ser mudado e quais as falhas e pecados financeiros vem cometendo que levaram a chegar a um estado de insuficiência financeira, ter controle e planejamento pode fazer a diferença e contribuir para saúde financeira.

Idealizando os Resultados

O primeiro passo para ter um bom planejamento financeiro e orçamento familiar é estipular e expor quais os objetivos, sonhos futuros que se deseja alcançar, estabelecer metas que levarão à realização dos objetivos almejados tornando-os reais.

[...] Para serem úteis, os objetivos devem apresentar determinadas características. Os objetivos devem ser: mensuráveis, realistas, desafiadores, definidos no tempo, relevantes e motivadores [...]. (CHIAVENATO, 1999, p. 263)

Devem-se seguir objetivos que sejam alcançáveis e realistas compatíveis com a atual situação em que cada indivíduo que se enquadre, caso contrário poderá ser frustrante, pois ao estabelecer algo que não seja possível alcançar em sua atual situação, a pessoa não se comprometerá com o processo voltando ao estado anterior.

Os objetivos servem como motivação para a mudança, se não houver um motivo, a mudança não terá significado, por isso é importante que haja um propósito.

É possível determinar que seja necessário planejamento, organização e muita disciplina, além de ter metas e objetivos traçados, para que saiba qual o melhor

caminho tomar, para se chegar onde deseja, quitar dívidas, conquistar um imóvel, montar o próprio negócio, tudo isso para se ter uma vida financeira equilibrada e saudável.

A pesquisa realizada demonstra pontos nocivos para o sucesso financeiro, comportamentos como o consumismo, a compra impulsiva e a falta de controle sobre os gastos, gastando mais do que se ganha, são pontos que afetam diretamente e de forma negativa o orçamento financeiro familiar.

Os dados obtidos na pesquisa mostram que para ter a independência financeira é necessário que haja planejamento e organização e, acima de tudo, muita disciplina, pois aquele que possui disciplina se torna mestre de si, não se deixando ser levado pelos gatilhos lançados pelas mídias de marketing, prejudicando todo o planejamento que possivelmente precisará ser refeito.

Pode-se começar realizando um planejamento simples, desenvolvido pela própria pessoa de acordo com sua realidade, orçamento e expectativas da seguinte forma:

- a) Determine o orçamento familiar.
- b) Faça separação por categoria, de quanto do orçamento será destinado a cada despesa, alimentação, moradia, saúde, transporte, assim por diante.
- c) Separe 30% da renda para casos de emergência. Caso esse valor não seja alcançável, estabeleça uma porcentagem que se enquadre a atual realidade e com o passar do tempo já aumentando até chegar ao estabelecido.
- d) Anote todos os gastos, para que haja controle e uma avaliação em quais despesas deve haver maior restrição.
- e) Peça descontos nas compras, fuja dos juros.
- f) Compre somente o necessário.
- g) Imponha metas a ser atingida mensalmente.
- h) Tenha uma renda extra, seja em forma de investimento ou trabalho extra.

Após o estudo realizado, foi possível entender que independente da classe social em que se encontram, todos são capazes de ter uma vida financeira equilibrada.

Através da gestão financeira, disciplina, organização e planejamento o consumidor será capaz de realizar todas as tarefas que se propôs a fazer, e atingir o

objetivo almejado, seja em forma de bens materiais ou simplesmente o sonho de ter uma boa qualidade de vida.

Conclusão

Através dos estudos realizados é possível identificar que a gestão financeira está ligada não somente às empresas e ao mundo dos negócios, mas também à vida de indivíduos sociais.

Pode-se observar que o controle financeiro deve estar presente em todas as circunstâncias da sociedade, independente da classe social seja nas finanças de uma pessoa jurídica, empresarial ou até mesmo da pessoa física.

Embora aplicar conceitos de gestão e controle financeiro pareça ser algo impossível, recomenda-se sempre buscar por dicas de planejamento financeiro, orientações sobre como gerir o próprio dinheiro, a fim de evitar problemas e otimizar os resultados que uma simples, porém boa gestão e planejamento financeiro de oferecer a todos.

Foi constatado que a aplicação da gestão financeira pode auxiliar a pessoa física quanto ao controle de seus gastos relacionado aos ganhos, pois independente de suas posses, é possível desenvolver um planejamento que seja enquadrado a realidade da pessoa física, com base em seus ganhos e aos objetivos e metas que se pretende alcançar. A gestão proporciona ferramentas e habilidades que se aplicadas e desenvolvidas, contribui com resultados satisfatórios e a mudança de vida, passando de um estado de insuficiência para um estado de abundância, não somente financeira, mas de realização pessoal.

Sugere-se, que para ter um resultado satisfatório, há a necessidade do comprometimento, dedicação, persistência e disciplina para que não retorne ao estado anterior, ou até mesmo para que não se perca em meio ao caminho, abandonar velhas cresças e hábitos é fundamental para uma mudança assertiva e significativa.

Conclui-se que a gestão financeira oferece métodos e ferramentas que facilitam e auxiliam a pessoa física no processo de planejamento para gastar menos do que ganha, proporcionando realizações pessoais.

Referências Bibliográficas

CERBASI, Gustavo. **Como Organizar Sua Vida Financeira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

_____. **Princípio da Administração Financeira**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2006.

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC, G1. Percentual de famílias com dívidas chega a 70% e Brasil atinge o maior nível em 11 anos. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia>. Acesso em: 01 jul. 2021.

DANCINI, Walter. **Sucesso em dose dupla**. São Paulo: Casa Publicadora Brasileira, 2012.

GITMAN, Lawrence. **Princípios da Administração Financeira Essencial**. 2. ed. Porto Alegre: Pookman, 2001.

GITMAN, Lawrence. **Princípios da Administração Financeira**. 14. ed. Londres: Pearson Universidades, 2004.

KIYOSAKI, Roberto. **Pai Rico Pai Pobre**. Rio de Janeiro: Altos Books, 2017.

LELIS, Mario. G. **Educação financeira e empreendedorismo**. Minas Gerais: Centro de Produções Técnicas, 2006.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, Conceito de Educação Financeira no Brasil, 2005. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2021.

ROSS, Stephen A. **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 1998.

SERASA EXPERIAN, Inadimplência aumenta 2,6% em janeiro, segundo Serasa Experian, 2020. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br>. Acesso em: 15 de maio 2021.

SILVA, Bastos. **Objetivos da Administração Financeira**, 2013. Disponível em: <https://administradores.com.br>. Acesso em: 27 set. 2021.

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Análise da capacidade de pagamento e lucratividade da empresa Magazine Luiza S/A para o processo de tomada de decisão

Analysis of the payment capacity and profitability of the company Magazine Luiza S/A for the decision-making process

Diego Aparecido Ferrareto¹
Gabriele Pereira da Silva²
João Eduardo Moraes de Oliveira³
Walcir Gonçalves de Lima⁴
Cleide Henrique Avelino⁵
Fabiane Cristina Spironelli⁶

RESUMO

A Análise das Demonstrações Contábeis provê aos gestores o conhecimento econômico-financeiro necessário sobre a empresa, tendo grande relevância no processo de tomada de decisão. Este artigo busca evidenciar a importância da utilização desta ferramenta de gestão por meio dos indicadores de liquidez e rentabilidade, medindo a capacidade de pagamento e de lucratividade quando aplicados às Demonstrações Contábeis, cuja aplicação se dá em forma de cálculo e análise dos demonstrativos consolidados fornecidos pela empresa Magazine Luiza S/A, nos exercícios de 2018 e 2019, evidenciando a situação financeira dela nestes determinados períodos.

Palavras – chave: Análise das Demonstrações, Liquidez, Rentabilidade, Tomada de Decisão

ABSTRACT

The Accounting Statements Analysis provides to the managers the needed economic-financial knowledge about the company, having great relevance during the decision-making process. This article seeks to highlight the importance of using this management tool through liquidity and profitability indicators, measuring the payment capacity and profitability when applied in the Accounting Statements, which application occurs in forms of calculation and analysis of the consolidated statements provided by the company Magazine Luiza S/A in 2018 and 2019, showing its financial situation in these particular periods.

Keywords: Analysis of Statements, Liquidity, Profitability, Decision-Making

¹ Acadêmico do 8^o termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

² Acadêmica do 8^o termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

³ Acadêmico do 8^o termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁴ Contador, Mestrado em Contabilidade Avançada; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁵ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁶ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

Introdução

Este artigo retrata sobre a análise das demonstrações contábeis, os benefícios que os contadores têm, para administrar pequenas e grandes empresas, com base nas informações que essa análise oferece.

Será demonstrado como a análise da capacidade de pagamento e lucratividade auxiliam no processo de tomada de decisão da empresa Magazine Luiza S/A. Como essas análises são feitas, o impacto de conhecimento e da falta de conhecimento desses indicadores, para a saúde econômico-financeira da organização.

O objetivo do trabalho é apresentar por meio de pesquisas a importância da análise das demonstrações contábeis para as empresas, as informações que cada uma apresenta e como essas demonstrações podem indicar possíveis erros da administração, oferecendo uma base para solucionar o problema. Nesse trabalho serão apresentados os indicadores de liquidez, rentabilidade que fornecem informações referentes a capacidade de pagamento e lucratividade da organização.

No Estudo de Caso da Empresa Magazine Luiza S/A será evidenciado através da análise dos indicadores de liquidez e rentabilidade a capacidade de pagamento e lucratividade, assim como, um comparativo entre os períodos de 2018 e 2019. Tais informações serão retiradas das publicações feitas da própria empresa no site da Magazine Luiza S/A. Por fim evidenciar as vantagens que o processo de análise das demonstrações contábeis proporciona aos gestores para o entendimento da situação de liquidez e rentabilidade da empresa para tomada de decisão.

Contabilidade

A Contabilidade é uma ciência social que através da execução de serviços técnicos controla, organiza, estuda e avalia o patrimônio de uma entidade (física ou jurídica) em seus aspectos qualitativos e quantitativos. Como também pode ser entendida como um sistema de informação e avaliação que registra os eventos que alteram o patrimônio de uma entidade, destinado a prover seus usuários com demonstrações contábeis e análises de natureza patrimonial, econômica e financeira, mantendo desta forma os usuários informados quanto à situação da entidade em seus períodos.

A Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem decisões. Com o passar do tempo, o governo começa a utilizar-se dela para arrecadar impostos e a torna obrigatória para a maioria das empresas (MARION, 2018, p. 04).

Dessa forma, pode se dizer que a contabilidade é essencial para todas as empresas, em todos os processos realizados por elas, ressaltando que ela auxilia também em governos na arrecadação de recursos.

O principal objetivo da contabilidade é registrar, sistematizar e documentar os atos e fatos de natureza econômico-financeira que afetam uma organização, sendo ela pública ou privada.

Como finalidade da contabilidade destaca-se que, através de registros dos fatos de natureza econômico-financeira, são elaborados relatórios contábeis, denominados de Demonstrações Contábeis, que possibilitam coletar e analisar dados na gestão da empresa possibilitando tomar decisões para gerenciamento dos negócios.

Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são relatórios que apresentam o fluxo contábil econômico e financeiro da empresa em um dado período. Trata-se de um recorte do desempenho da empresa, apresentado em números, juntamente com suas notas explicativas, trazendo um esclarecimento da situação patrimonial e do resultado do exercício.

A divulgação desses demonstrativos é obrigatória segundo a lei 6.404/76 para empresas de sociedade por ações, apresentadas ao público que tenham interesse, como os acionistas ou sócios.

As demonstrações contábeis têm como fim demonstrar a situação econômico-financeira aos seus administradores, que irão transformar essa análise em informações a serem apresentadas aos gestores e acionistas da empresa para determinar se a empresa vem sendo bem administrada.

[...] transformadas em informações que permitam concluir se a empresa merece ou não crédito, se vem sendo bem ou mal administrada, se tem ou não condições de pagar suas dívidas, se é ou não lucrativa, se vem evoluindo ou regredindo, se é eficiente ou ineficiente, se irá falir ou se continuará operando (MATARAZZO, 2010, p. 04).

Ressalta-se, então, que os relatórios contábeis baseados nas demonstrações contábeis, têm o objetivo de transparecer a real situação da empresa, para que seja avaliado qual a condição que a empresa se encontra e qual será o próximo passo a ser dado.

Índices de Liquidez

A análise dos indicadores de liquidez tem por finalidade avaliar o nível de solvência de uma empresa, ou seja, a capacidade que a empresa possui de honrar suas obrigações com credores.

Os Índices de Liquidez, salienta Almeida (2019, p. 125), *tem o objetivo de apurar a capacidade que a companhia possui de pagar suas dívidas. Esta análise é calculada com base nos dados obtidos através da comparação entre contas do ativo e passivo do balanço patrimonial.*

Portanto, esse índice é baseado na comparação entre o ativo circulante e as dívidas, buscando revelar a consistência financeira da organização. Para a análise desta capacidade financeira da empresa existem quatro índices que são comumente utilizados: Liquidez Imediata, Liquidez Seca, Liquidez Corrente e Liquidez Geral.

Índice de Liquidez Imediata: Apresenta o percentual que o ativo disponível consegue pagar das obrigações de curtíssimo prazo. Quanto maior for o índice, melhor.

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Seca: Esse índice mede a liquidez da empresa sem a interferência do valor do estoque, no caso em que a empresa tenha uma baixa rotatividade do estoque, pode apresentar problemas na gestão na compra de materiais ou na fabricação de produtos para revenda e venda. Quanto maior o resultado, melhor para a empresa.

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{(\text{At. Circulante} - \text{Estoque})}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Corrente: Demonstra o valor que a empresa possui em caixa, em bens e direitos realizáveis no curto prazo, confrontando com as obrigações do mesmo período de recebimento e pagamento. Esse índice pode ser alterado por conta do estoque. Quando maior o resultado do percentual, melhor.

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{At. Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Geral: Com base nesse índice o gestor visualiza a capacidade que a empresa possui em cobrir as obrigações de longo prazo, considerando todos os recebíveis de curto e longo prazo que a empresa converterá em dinheiro, e se esse montante será suficiente para quitar as dívidas de curto e longo prazo. Quanto maior o índice, melhor.

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{(\text{At. Circulante} + \text{At. Realizável a Longo Prazo})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo})}$$

Índices de Rentabilidade

Os Índices de Rentabilidade possuem como prioridade avaliar os resultados obtidos pela organização, apresentando a rentabilidade do capital investido até o momento analisado, assim como, seu grau de êxito econômico.

Conforme cita Iudícibus (2009, *apud* MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2020, p.169),

Os índices de rentabilidade, com frequência, relacionam os resultados obtidos pela empresa com algum valor que expresse a dimensão relativa do mesmo, ou seja, valor de vendas, ativo total, patrimônio líquido ou ativo operacional.

De modo geral, esses índices são indicadores de desempenho da empresa, em que é possível medir quanto os investimentos realizados nessa organização geraram de retorno, ou seja, rentabilidade.

Dentre os índices de rentabilidade têm-se como principais: Margem Bruta, Margem Líquida, Rentabilidade ou Retorno do Ativo - ROA, Rentabilidade do

Patrimônio Líquido ou Retorno do Capital Próprio – RPL, Endividamento Geral e EBITDA.

Margem Bruta: Revela a eficiência do processo produtivo indicando como está a sua performance, assim, quanto maior sua porcentagem, melhor será a performance deste processo.

$$\text{Margem Bruta} = \frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Receita Líquida}}$$

Margem Líquida: É a porcentagem de lucro líquido da empresa em relação a sua receita total, quanto maior o resultado, melhor está sua lucratividade.

$$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Líquida}}$$

Rentabilidade ou Retorno do Ativo - ROA: Indicador que tem a finalidade de medir e acompanhar os investimentos realizados. Os resultados apurados a partir desse índice revelam a capacidade que a empresa tem de gerar retorno financeiro para cada real investido, através do capital próprio ou de terceiros.

$$\text{Rentabilidade do Ativo} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

Rentabilidade do Patrimônio Líquido – RPL: É o índice calculado através da divisão dos resultados do lucro líquido pelo valor do patrimônio líquido, ou seja, utilizado para mensurar como está o retorno de capital investido pelos sócios da empresa.

$$\text{Rentabilidade do Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

EBITDA: É um indicador muito utilizado nas empresas de capital aberto, como uma forma de mensurar as atividades operacionais, informando o lucro antes

de descontar os juros e impostos, assim traz uma perspectiva da capacidade de geração de valor de uma empresa.

$$\text{EBITDA} = \frac{\text{Lucro Operacional Líquido}}{\text{Desp. Financeira} + \text{Depreciação} + \text{Amortização}}$$

Margem EBITDA: A Margem EBITDA busca analisar a eficiência operacional da organização, ou seja, ela indica a margem de lucro da empresa de modo que não é levado em consideração os custos como juros, impostos, depreciação e amortização, deste modo, quanto maior for o resultado do índice, melhor.

$$\text{Margem EBITDA} = \frac{\text{EBITDA}}{\text{Receita Líquida}}$$

Aplicabilidade dos Índices de Liquidez e Rentabilidade nas Demonstrações Contábeis e suas vantagens

A partir da necessidade de interpretação dos dados fornecidos através dos relatórios contábeis é que surgem os indicadores de liquidez e rentabilidade, onde são realizados sua aplicabilidade das fórmulas e interpretação dos resultados.

A técnica de análise dos índices de liquidez se baseia em relacionar contas ou grupos de contas entre si, assim esses indicadores informam a rapidez com que um ativo poderá ser convertido em dinheiro.

Para essa análise é preciso levar em consideração alguns aspectos em relação a seus recursos, onde a empresa precisa possuir uma base financeira sólida para honrar seus compromissos de curto prazo, necessitando disponibilizar suas finanças para depender cada vez menos do capital de terceiros.

Dessa forma, os resultados apresentados com base nos valores do Balanço Patrimonial – BP auxiliam os gestores a entender se a gestão a curto prazo está eficiente e suas disponibilidades conseguem cobrir as obrigações adquiridas durante determinado período.

Os indicadores de rentabilidade são aplicados a partir da mensuração das contas de resultado do período, encontradas nas Demonstrações do Resultado do Exercício – DRE e no BP, sobre os Índices de Rentabilidade diz Almeida (2019, p. 17) [...] *demonstram o retorno em termos do lucro auferido pela entidade em comparação com receitas, ativos, capitais próprios (patrimônio líquido) e outros parâmetros.*

Com isso, os Índices de Rentabilidade tornam indicadores mais confiáveis para o entendimento do comportamento da empresa ou se aquele montante investido atingiu uma rentabilidade satisfatória, podendo revelar também se a empresa foi eficiente na geração de lucros.

Poderíamos dizer que só teremos condições de conhecer a situação econômico-financeira de uma empresa por meio dos três pontos fundamentais de análise: Liquidez (Situação Financeira), Rentabilidade (Situação Econômica) e Endividamento (Estrutura de Capital) (MARION, 2018, p. 01).

Portanto, as vantagens em se utilizar de tais índices é que é possível visualizar se a empresa está conseguindo ter liquidez, quitando suas dívidas, e esteja gerando lucro, no caso, rentabilidade. E se caso os índices apresentem percentuais ruins, os gestores podem, com base nas análises, reverter a situação, evitando maiores danos à empresa.

Análise das Demonstrações Contábeis para evidenciar a situação econômica e financeira das organizações

A Análise das Demonstrações Contábeis se faz importante dentro da organização no intuito de, através da leitura dos relatórios contábeis gerados, evidenciar a situação econômica e financeira em que ela se encontra, bem como, por meio das análises, apurar a evolução patrimonial dentre os períodos.

O objetivo da análise das demonstrações contábeis como instrumento de gerência consiste em proporcionar aos administradores da empresa uma melhor visão das tendências dos negócios, com a finalidade de assegurar que os recursos sejam obtidos e aplicados, efetiva e eficientemente, na realização das metas da organização (BRAGA, 1999, p. 166).

Portanto, constata-se que a Análise das Demonstrações Contábeis atua como peça-chave no processo de tomada de decisão estratégica da empresa, para planejamento financeiro da organização.

Com as análises das evoluções da empresa é possível projetar situações que a empresa pode vivenciar num futuro próximo. As análises da situação financeira e econômica da empresa proporcionaram identificar os seus pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades e, ainda, a viabilidade dos retornos dos investimentos na empresa serem maiores.

Apesar de obrigatórias para algumas empresas, é importante elaborar as Demonstrações Contábeis para que se tornem uma espécie de "mapa" para os administradores, auxiliando nas tomadas de decisões quanto aos valores apurados, bem como, na vinda de novos investidores, por conta da situação financeira que a empresa se encontra.

Análise das Demonstrações Contábeis aplicada em empresas de grande porte

A Análise das Demonstrações Contábeis torna-se essencial pelo fato de ter que apresentar todos os seus dados ao público que pode vir a ter interesse em investimento nela, podendo também auxiliar na parte efetuação de planejamento ou previsão de faturamentos. Pode-se ainda destacar que esse tipo de empresa deve apresentar periodicamente suas Demonstrações Contábeis, acompanhadas na maioria das vezes de auditoria realizadas sobre todos os fatos contábeis apresentados.

A abertura do Capital por parte das empresas (Corporation-S.A.), possibilitando a participação de pequenos ou grandes investidores como acionistas, leva-os à escolha de empresas mais bem-sucedidas, tornando-se a Análise das Demonstrações Contábeis um instrumento de grande importância e utilidade para aquelas decisões (MARION, 2019, p. 06).

Percebe-se então a possibilidade e necessidade de utilizar-se da Análise das Demonstrações Contábeis dentro de empresas de Capital aberto, para apresentação delas aos seus investidores, de maneira que visualizem o desenvolvimento da organização em determinados períodos.

Análise das Demonstrações Contábeis como ferramenta de auxílio na gestão empresarial

Em uma companhia são várias as informações que um analista pode buscar, com o objetivo de realizar estudos e mensurar a situação econômica e financeira da sua instituição. Entre esses relatórios que fornecem dados podem ser citados o BP e a DRE.

Em todas as empresas de modo geral, essas informações detêm grande valor e necessitam ter atenção de seus gestores. Através delas podem ser calculados indicadores importantes como o de liquidez, rentabilidade, endividamento e lucratividade, com base nos resultados apurados.

A Análise das Demonstrações Contábeis assume importância fundamental no processo decisório, constituindo-se um relevante instrumento de avaliação de desempenho, oferecendo indicadores das perspectivas econômicas e financeira da empresa. Assim, ela pode ser decomposta em duas fases distintas: uma, de natureza retrospectiva, e outra, de natureza projetiva (LINZ; FRANCISCO FILHO, 2012, p. 129).

Todos esses relatórios contábeis em conjunto com os índices analisados fornecem relevantes informações que espelham a realidade da empresa no período, assim como suas disponibilidades do período, recursos investidos, necessidade de capital de giro, recursos de terceiros, conseguindo obter todos os indicadores necessários para realizar uma gestão eficiente e projetar novos investimentos em um mercado competitivo, mantendo sua marca em evidência.

Como maneira de auxílio durante a gestão o método comparativo se faz de grande importância, possibilitando comparar tendências, métricas pré-estabelecidas e comportamentos regionais. Esses comparativos certamente trarão maior clareza para as tomadas de decisões, pois é possível isolar os pontos que não estão se desenvolvendo bem dos pontos que estão progredindo.

Importância do conhecimento da capacidade de pagamento e grau de lucratividade

A capacidade de pagamento trata-se de um conjunto de indicadores financeiros que possibilitam demonstrar aos gestores se a empresa conseguirá, ou não, honrar suas obrigações e dívidas, dentro de determinados períodos.

Os índices de liquidez apresentam a situação financeira de uma empresa frente aos compromissos financeiros assumidos, ou seja, demonstram sua capacidade de arcar com as dívidas assumidas, o que, em última instância, sinaliza a condição de sua própria continuidade. Para a referida análise, os seguintes índices são apresentados: i) liquidez corrente; ii) índice de liquidez seca; iii) liquidez imediata; e iv) liquidez geral (MARTINS, 2020, p. 109).

Dessa forma, através da apuração dos indicadores, é medida a situação financeira de liquidez da empresa, demonstrando assim sua capacidade de pagamento, que servirá de auxílio para tomada de decisão dos gestores.

Através da análise realizada sob os cálculos da capacidade de pagamento da empresa, possibilita-se auxiliar os gestores quanto ao planejamento para maior desenvolvimento financeiro da empresa, desde controle de gastos, até formas ou

tentativas para novos investimentos dentro da organização que poderão gerar boa rentabilidade.

Tratando-se dos Indicadores de Lucratividade, pode-se dizer que são ferramentas valiosas para a apuração do desempenho gerencial em relação à capacidade que determinada empresa possui de gerar lucros, sendo a lucratividade o principal estímulo do empreendedor para atrair novos investimentos e apresentar o valor de seu negócio, que são encontrados a partir de uma análise das DRE.

Conforme Martins (2020, p. 170)

[...] para que a empresa possa exercer suas atividades, ela necessita de investimentos em instalações, ferramentas, máquinas, estoque, etc. Ou seja, a rentabilidade do negócio é fortemente dependente do capital investido na atividade.

Efetuando os cálculos necessários, é possível examinar a margem bruta, margem líquida e margem operacional da companhia, onde cada um desses índices apresentam informações que proporcionarão dados relevantes à gestão sobre a relação dos lucros apontados com a receita líquida ao final da DRE e se os recursos investidos foram bem aplicados.

Essas ferramentas de auxílio por meio de cálculos proporcionam um olhar analítico com múltiplas variáveis para o quadro geral de diagnósticos financeiros da empresa, possibilitando elaboração de planejamentos financeiros futuros, ou então efetuar comparativos entre períodos.

Estudo de Caso na empresa Magazine Luiza S/A

Para realização do Artigo Científico foi utilizado como base os dados do BP e DRE consolidados dos anos de 2018 e 2019, que estão publicados no site da empresa Magazine Luiza S/A que é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código MGLU3, atuante no segmento de comércio varejista, de bens de consumo, predominantemente eletrodomésticos, móveis e eletrônicos, por meio de lojas físicas, virtuais e comércio eletrônico. A organização também oferece serviços de operações de empréstimos, financiamentos e seguros aos seus clientes, por meio de suas controladas em conjunto. Sua controlada é a LTD Administração e Participação S.A.

Tabela 1 - Apuração dos índices de liquidez em 2018 e 2019.

Índices de liquidez:	2019		2018	
	Liquidez Corrente	160,46%	1,60463	119,00%
Liquidez Seca	112,96%	1,12956	66,85%	0,66847
Liquidez Imediata	3,82%	0,03821	11,12%	0,11118
Liquidez Geral	119,31%	1,19309	109,88%	1,09876

Fonte: Estudo de Caso (2021).

Após a apuração dos índices de liquidez, pode-se chegar às seguintes constatações: Quanto à capacidade de pagamento da empresa, foi apurado que no período de 2018 em sua liquidez corrente, é possível liquidar todas suas obrigações de curto prazo restando ainda 19% em ativos circulantes. Já em sua liquidez seca, desconsiderando a conta de principal valor dentro de seu ativo, nesse caso o estoque de mercadorias, a empresa se encontra dependente da mesma para saldar suas obrigações de curto prazo. Em sua liquidez imediata, dependendo apenas de suas disponibilidades a empresa conseguiria liquidar somente 11% de suas obrigações de curto prazo, podendo então correr risco de não saldar as dívidas no prazo de vencimento, onde ocasionaria em multa e juros por atraso.

Por fim, em sua liquidez geral ao abranger seus ativos de curto e longo prazo, a empresa é capaz de liquidar suas obrigações de curto e longo prazo, restando ainda 9% para possível aplicação em outro setor da mesma.

Já no período de 2019 ocorreram mudanças significativas em sua capacidade de pagamento, podendo então ser citadas: em sua liquidez corrente, continua liquidando suas obrigações de curto prazo aumentando ainda mais o valor restante em seus recursos. Na liquidez seca, constata-se que a empresa não se encontra mais dependente de seu estoque, sendo assim, liquidando todas as suas obrigações de curto prazo, restando ainda 12% deste valor.

Em sua liquidez imediata, houve uma diminuição de suas disponibilidades, continuando assim, sujeita a ocorrência de atraso em liquidar suas obrigações de curto prazo. Por último, em sua liquidez geral houve apenas um aumento de 10% quanto ao valor restante após liquidação de suas obrigações de curto e longo prazo.

Tabelas 2 - Apuração dos índices de rentabilidade em 2018 e 2019.

Índices de Rentabilidade:	2019		2018	
	Margem Bruta	27,93%	0,2793	29,10%
Margem Líquida	4,64%	0,0464	3,83%	0,0383
Retorno do Ativo	4,66%	0,0466	6,79%	0,0679
Retorno do Patrimônio Líquido	12,19%	0,1219	25,94%	0,2594

Fonte: Estudo de Caso (2021).

Tabelas 3 - Apuração do índice EBITDA em 2018 e 2019.

EBITDA	2019	2018
Lucro Líquido	921.828	597.429
(+/-) Tributos sobre lucro	296.322	189.434
(+/-) Despesas financeiras	70.413	294.688
(+/-) Depreciação e amortização	486.975	163.690
EBITDA	1.775.538	1.245.241
Margem EBITDA	8,93%	7,99%

Fonte: Estudo de Caso (2021).

Na apuração dos indicadores de rentabilidade, foram constatados os respectivos resultados. Nos períodos de 2018/2019, em sua margem bruta, a empresa possuía 29,10% de lucro bruto sobre a receita líquida, variando em seu seguinte período para um resultado de 27,93%. Já em sua margem líquida se chegou ao resultado de 3,83% de lucro líquido sobre o valor de receita líquida, apurando o mesmo no exercício seguinte com o resultado de 4,64%.

Quanto ao indicador de ROA, foi constatado um retorno de 6,79% de lucro sobre seus ativos, resultando no período seguinte uma redução do mesmo, sendo então de 4,66%. No retorno sobre o PL, foi apurado uma queda de mais da metade do valor de retorno entre os períodos apresentados passando de 25,94% para 12,19%.

Ao apurar o indicador de endividamento geral, destacou-se entre os períodos uma redução do capital de terceiros, quanto aos recursos da empresa, passando de 73,82% para 61,78%. Ao fim, na apuração do EBITDA juntamente com sua margem, foi obtido um resultado positivo entre os períodos, estando então a empresa gerando caixa para superação de seus gastos e despesas, sendo estes resultados respectivamente 2018 – 7,99% e 2019 – 8,93%.

Com base na análise dos indicadores de liquidez e rentabilidade pode-se constatar que houve a confirmação do pressuposto teórico, pois com as informações obtidas pelos índices, é possível observar a capacidade de pagamento de curto e longo prazo, o retorno sobre o capital investido, lucro bruto e lucro líquido, a dependência da empresa para liquidar suas dívidas, grau de endividamento e o EBITDA.

Portanto, é possível afirmar que os indicadores de liquidez e rentabilidade são fundamentais para o processo de gestão da empresa.

Conclusão

Conclui-se que esse trabalho buscou demonstrar a importância que as informações fornecidas pela Análise das Demonstrações Contábeis e Análise dos Indicadores de Liquidez e Rentabilidade trazem para os gestores de uma empresa.

Pode-se verificar ao final do estudo que os objetivos estabelecidos foram alcançados, sendo possível realizar as apurações dos Índices de Liquidez e Rentabilidade da empresa Magazine Luiza S/A, assim como, analisar as variações ocorridas entre os períodos de 2018 e 2019, possibilitando um diagnóstico do desempenho da companhia, evidenciando as vantagens que os resultados proporcionam aos gestores.

Constata-se que os resultados encontrados após o estudo das Demonstrações Contábeis e dos Índices, que a empresa Magazine Luiza S/A apresenta uma pequena variação de um período para o outro, mas um índice positivo de solvência, sendo possível liquidar suas obrigações de curto e longo prazo. Na avaliação desses períodos, apresenta boa rentabilidade em suas margens bruta e líquida, constatando lucro sobre seu retorno dos ativos, assim como, na análise do EBITDA é possível observar que a partir do resultado positivo encontrado, a empresa possui eficiente geração de caixa operacional.

Por fim, entende-se que esses indicadores são fundamentais para o entendimento geral sobre a performance e rentabilidade da companhia, transformando-se em uma ferramenta útil para o controle gerencial, proporcionando dados que a partir de uma visão minuciosa das informações viabilizará melhor tomada de decisão acerca de sua situação patrimonial e financeira, além de um planejamento eficiente para evolução da empresa.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Marcelo C. **Análise das demonstrações contábeis em IFRS e CPC**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

BRAGA, Hugo R. **Demonstrações Contábeis: Estrutura, Análise e Interpretação**. 1ª. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

DEMONSTRAÇÕES Contábeis 31 de dezembro de 2019 e 2018. **Magazine Luiza**, 2020. Disponível em <<https://ri.magazineluiza.com.br/Download/ITR-DFP?=EDjH00Z4QwPGXaBjhVLPwh==>>. Acesso em 15 abr. 2021.

LINZ, Luiz dos S.; FRANCISCO FILHO, José. **Fundamentos e Análise das**

Demonstrações Contábeis: Uma abordagem interativa. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, José C. **Contabilidade Básica.** 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

_____. **Análise das demonstrações contábeis.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto J.; DINIZ, Josedilton A. **Análise didática das demonstrações contábeis.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Básica e Gerencial.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

A relevância de um Planejamento Tributário em empresas prestadoras de serviço para a diminuição de gastos sobre tributos

The relevance of Tax Planning in service providers to reduce tax expenditures

Gustavo Beitum Ribeiro¹
João Pedro Dugolni Souza²
Celso Roberto Dias³
Cleide Henrique Avelino⁴
Fabiane Cristina Spironelli⁵

RESUMO

O Planejamento Tributário é essencial para as empresas de qualquer atividade para a diminuição de gastos com tributos, utilizando-se de métodos de sistemas legais por meio da legislação conhecida como Elisão Fiscal. O profissional contábil tem o papel principal para sua realização, indicando o melhor critério de apuração dos tributos, como também afastar as empresas de qualquer contingência fiscal. O Planejamento Tributário é uma ferramenta fundamental aos gestores para o alcance de seus objetivos e metas estabelecidas. Este artigo tem como objetivo demonstrar qual o melhor regime Tributário, com a finalidade de redução de custos dos encargos tributários e verificar um possível enquadramento no fator R, para isso foi feito um Estudo de Caso em uma empresa de atividade odontológica.

Palavras-chave: Fator R, Planejamento Tributário, Redução de Custos

ABSTRACT

Tax Planning is essential for companies in any activity to reduce spending on taxes, using methods of legal systems through legislation known as Tax Elision. The accounting professional has the main role in its performance, indicating the best criteria for calculating taxes and also keeping companies away from any fiscal contingency. Tax Planning is a fundamental tool for managers to achieve their established goals and targets. This article aims to demonstrate the best tax regime, with the purpose of reducing the costs of tax charges and verifying a possible fit in the R factor, for which a case study was carried out in a dental activity company.

Keywords: Factor R, Tax Planning, Cost Reduction

Introdução

Devido ao alto custo com tributos nas empresas, o Planejamento Tributário sendo uma das melhores alternativas a ser implementadas nas empresas.

¹ Acadêmico do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

² Acadêmico do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

³ Contador; Mestrado em Contabilidade Avançada; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁴ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁵ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

Com base em estudos comparativos e pesquisas sobre ramos e tipos de atividades, determina-se o melhor Sistema Tributário a fim de reduzir os encargos tributários e definir a relevância do Planejamento Tributário do prestador de serviços com intuito de reduzir as despesas fiscais.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica apontando o Planejamento Tributário e comparação dos Regimes Tributários com foco no Lucro presumido e Simples Nacional juntamente com o enquadramento do fator R.

O objetivo geral do artigo é pesquisar o Planejamento Tributário nas empresas a fim da redução de custos dos encargos tributários com os objetivos específicos sendo a verificação do possível enquadramento do fator R quando a empresa for optante do Simples Nacional e a análise de uma empresa prestadora de serviços na escolha de seu Regime Tributário, visando a diminuição de gastos por tributos.

Logo, surge a seguinte problemática: O Planejamento Tributário é importante para as empresas prestadoras de serviço como uma forma de diminuição de custos? No ramo empresarial é de suma importância que todo gestor que visa o crescimento da empresa deve-se utilizar-se de ferramentas de todos os tipos de planejamentos, tendo seu olhar atento para este suporte de apoio empresarial no qual se visualiza formas e estratégias, para crescimento da empresa.

Sendo assim, o Planejamento Tributário é de suma importância onde o estudo é feito antes do fato gerador de determinada operação que visa possibilidades de redução de encargos tributários.

Para melhor entendimento da aplicação dos conceitos contábeis no Planejamento tributário, foi realizado um Estudo de Caso em uma empresa prestadora de serviços Odontológico localizada na cidade de Araçatuba-SP, a fim de demonstrar que existe a possibilidade de reduzir os custos com tributação.

Sistema Tributário Nacional

O Sistema Tributário Nacional foi construído de acordo com o modelo econômico desenvolvido pela Constituição Federal no sentido de atribuir competência aos entes políticos de arrecadar tributos, para que o Estado exerça seu papel público de suas atividades com objetivo econômico e social.

Para melhor o Sistema Tributário Nacional é preciso saber o conceito de

tributo. A melhor definição de tributo, no Código Tributário Nacional no artigo 3º que conceitua:

Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. (BRASIL, 1996).

Dessa forma, o tributo é uma cobrança ocasionada de um fato gerador passivo de uma prestação obrigatória de um ato em atividade, cujo valor possa exprimir, e esse valor pode ser pago em dinheiro aos cofres públicos com a finalidade de destinar para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Planejamento Tributário

O Planejamento Tributário é a forma de observar a legislação no sentido de diminuir a incidência tributária, buscando o melhor regime de tributação com a finalidade da redução dos encargos tributários, dentro da legalidade. Tendo em vista a alta carga tributária brasileira, é de extrema importância elaborar um planejamento tributário para que a empresa não pague tributos além do que deve, dentro da lei.

O Brasil é o País com a maior carga tributária em toda América Latina e Caribe. Estudo da Organização para a cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) revela que brasileiros pagam o equivalente a 33,4% do tamanho da Economia em taxas e impostos. Proporcionalmente, o montante é mais de 50% superior à média da região. Apenas de liderar a incidência de impostos, a cobrança é desigual. Enquanto o Brasil está no grupo dos que tem menos impostos sobre a renda e lucro, é um dos que mais cobram sobre a seguridade social. (NAKAGAWA, 2016).

Segundo Nakagawa (2016), o Brasil é o país com a maior carga tributária em toda América Latina e Caribe. Mesmo assim, apesar da carga tributária extremamente elevada do País, as empresas têm por meios lícitos, formas de realizar um planejamento tributário, buscando o menor encargo sobre tributos.

Há duas formas de diminuição de encargos tributários: a primeira é conhecida como Elisão Fiscal, uma metodologia para obter menor ônus fiscal sobre as operações ou produtos de uma organização por meios de conjuntos legais autorizados ou não proibidos por lei, visando uma menor carga fiscal. E a segunda

é conhecida como Evasão Fiscal, uma metodologia de sonegação fiscal, que utiliza procedimentos inconstitucionais realizados por meios ilegais para obter a fuga irregular dos tributos e, conseqüentemente, a economia deles.

É fundamental que o profissional contábil e advogados tributaristas tenham conhecimento aprofundado nessa área para indicar o melhor critério de apuração de tributos e também afastar a empresa de contingências fiscais, pois as multas fiscais possuem valores elevados que podem causar até mesmo a liquidação da empresa.

Os primeiros passos para elaborar um bom Planejamento Tributário, é definir o melhor regime tributário para empresa, pois é um aspecto importante para o resultado da empresa.

Modalidade de Tributação

No Brasil existem 4 (quatro) regimes tributários, sendo eles: Simples Nacional, Lucro Presumido, Lucro Real e Lucro Arbitrado nas quais as empresas podem optar por essas modalidades com base na projeção do faturamento anual ou trimestral. Na escolha de um dos regimes, via de regra, as empresas devem seguir os critérios em Lei devido aos seus fatores como porte, o tipo de atividade exercida e faturamento.

Lucro Presumido

O lucro presumido é o regime tributário simplificado utilizado para apurar o Imposto de Renda das pessoas jurídicas - IRPJ e a Contribuição Social sobre o lucro líquido - Base de cálculo da CSLL.

O sistema é usado para obter lucros sobre a receita total de pessoas jurídicas e outras receitas tributáveis.

Este é um lucro fixo com base na porcentagem padrão que se aplica à Receita Operacional Total - ROB. Como não é o lucro contábil real, mas uma aproximação financeira do valor, é chamado de Lucro Presumido.

Embora não seja um regime obrigatório, por sua simplicidade e principalmente por questões tributárias, o lucro presumido é amplamente utilizado, pois pode representar economia de impostos, principalmente em empresas de alta renda. Portanto, se não houver obstáculos, pode ser uma boa ferramenta de planejamento tributário.

Lucro Presumido é uma modalidade prática para determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas não obrigadas à apuração do lucro real, conforme IN n. 151572014, nos arts. 121. O IRPJ e a CSLL são apurados trimestralmente pelo Lucro Presumido. (CREPALDI, 2019, p. 171)

A saída todos os anos do Lucro Presumido pode ser facultativo ou obrigatório quando a pessoa jurídica deixar de cumprir as condições de permanência no sistema.

O imposto de renda a pagar apurado trimestralmente será pago em uma única guia até o último dia útil do mês seguinte ao término do período de apuração.

Lucro Real

O Regime de tributação do Lucro Real é determinado com base na escrituração que o contribuinte deve manter, como disciplina a lei comerciais e fiscais. Esse modelo de regime tributário é calculado sobre o resultado apurado contabilmente, receitas menos despesas, pelas pessoas jurídicas acrescidas das adições e exclusões que estão previstas em lei.

No final de cada ano base de incidência do imposto, o contribuinte tem por obrigação apurar o lucro fiscal do exercício através da elaboração do Livro de apuração do Lucro Real - LALUR, e atento às disposições da Lei Comercial do Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício - DRE e às Demonstrações dos Lucros ou Prejuízos Acumulados - DLPA, que é próprio das S.A..

Desse modo, Lucro Real é, no entanto, considerado como o lucro tributável para fins das normas obrigatória do imposto de renda. No entanto, serão determinados como base sobre o lucro real, o imposto de renda e a contribuição social, que será apurado trimestralmente ou anualmente em cada ano calendário.

Lucro Real Trimestral

O cálculo trimestral do IRPJ e a CSLL são feitos com base no balanço apurado no final de cada trimestre civil, encerrados nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada exercício, são obrigadas a todas as empresas de pessoas jurídicas optantes por esse regime.

Nessa modalidade, o lucro real do trimestre não se soma ao prejuízo fiscal de trimestres seguintes, ainda que dentro do mesmo ano calendário. O prejuízo fiscal de um trimestre só poderá deduzir até o limite de 30% do lucro real dos trimestres seguinte. (CREPALDI, 2012, p. 88)

Desse modo, a empresa optante pelo o regime do lucro real tem que ficar atento a essa regra definida por lei, em particularizar uma boa opção para as empresas com lucros lineares.

As empresas que possui maior faturamento durante todo exercício a opção pelo o lucro real anual pode ser mais vantajoso, pode ocorrer de suspender ou reduzir o pagamento do IRPJ e da CSLL.

Lucro Real Anual

O contribuinte do Lucro Real tem a opção de apurar anualmente o devido imposto, sendo feito o recolhimento do imposto mensalmente por balancetes de estimativa ou de acordo com o percentual de atividade e as alíquotas do IRPJ e CSLL. Para as empresas que fazem incorporação, fusão ou cisão a apuração da base de cálculo e com débito no imposto será efetuado na data do evento, e nos casos de extinção da pessoa jurídica, pelo encerramento da liquidação também acontece na mesma proporção.

O lucro contábil ajustado pelos cálculos de adições, exclusões ou compensações é prescrita ou autorizadas pela jurisprudência da legislação fiscal, que será precedida da apuração do lucro do exercício, com a soma do lucro operacional e dos resultados não operacionais e das participações, mesmo com toda a clareza precisa tem que haver observância dos preceitos da lei societária.

Lucro Arbitrado

O lucro da arbitragem corresponde ao cálculo do imposto de renda sendo usados por contribuintes ou autoridades fiscais. De acordo com os regulamentos da Administração Tributária Federal Brasileira, a arbitragem de lucros é um método de cálculo da base do imposto de renda por meio das autoridades fiscais e é aplicável a situações em que uma pessoa jurídica não cumpre as obrigações necessárias.

Os lucros da arbitragem são mais usados para iniciativas das autoridades fiscais. No entanto, também pode ser utilizado como contribuinte da própria movimentação da empresa, os lucros da arbitragem são usados em circunstâncias especiais ou quando a receita total é conhecida.

Simples Nacional

Podem optar pelo Simples Nacional, as entidades que se enquadrarem nas definições da Lei Complementar nº 123, desde que não exerçam atividades impeditivas de participar do regime.

O Simples Nacional recolhe mensalmente um único documento de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições: Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ; Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS; Contribuição para o PIS/PASEP; Imposto sobre Operações à Circulação de Mercadorias - ICMS; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS; Contribuição Patronal Previdenciária - CPP.

O Simples Nacional, indicado para micro e pequenas empresas com faturamento anual de até R\$3.600.000,00 (a partir deste mês de janeiro de 2018 este limite subiu para R\$4,8 milhões). Aqui não existe um valor fixo, o cálculo do imposto a ser pago é feito de acordo com a atividade exercida pela empresa, o chamado CNAE. É ele que determina em qual anexo e qual a alíquota percentual a empresa irá pagar sobre cada nota emitida, mas por ainda se tratar de um tipo de regime simplificado, os impostos (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, INSS, IPI, ICMS e ISS), ainda são pagos em uma única guia mensal, a DAS, que corresponde ao imposto calculado sobre a somatória de todas as notas fiscais emitidas pela empresa ao longo do mês. (Conselho Regional de Contabilidade - CRCRJ, 2018)

O Simples nacional é um regime diferenciado dos outros de forma a incentivar as empresas que torna os processos fiscais e tributários menos burocráticos e econômicos. Porém, possui suas particularidades e tem como base as categorias de atividades possuindo uma tabela para um chamado de Anexos.

Fator R

Produzindo efeitos a partir de 01.01.2018 com a publicação da Lei Complementar nº 155/2016 e regulamentação dada pela Resolução CGSN nº 135/2017, o FATOR R possui nova funcionalidade no Simples Nacional, a qual consiste em definir o anexo de tributação baseando-se na mão de obra empregada na atividade da empresa.

Antes mesmo da Lei Complementar nº 155/2016 o FATOR R já existia no Simples Nacional, mas até 31.12.2017 esse índice trazia impacto na determinação da alíquota das empresas tributadas no anexo V.

A partir de 2018, a determinação do FATOR R tem como objetivo estabelecer o anexo de tributação das empresas prestadoras de serviços no Simples Nacional, que poderá ser tributada no anexo III ou V.

Aplicação do Fator R

Uma das principais alterações aplicadas pela Lei Complementar nº 155/2016 refere-se à extinção do anexo VI de determinadas atividades de serviços. Sendo assim, as empresas prestadoras de serviços pertencentes ao anexo excluído passaram a se enquadrar no novo anexo V. Devido a tal alteração, criou-se um método de cálculo, denominado de Fator R para determinar, de acordo com o resultado encontrado, a tributação no anexo III de alíquota inicial de 6% ou no anexo V de alíquota inicial de 15,5% das prestadoras de serviços no que diz respeito ao recolhimento dos impostos no Simples Nacional (SANTOS, 2018).

Os autores Fabretti; Fabretti e Fabretti (2019), explanam que o Art. 18º, § 24 da Lei Complementar nº 123/2006 considera para o cálculo do Fator R: folha de salários, incluídos os encargos, o montante pago, nos doze meses anteriores ao período de apuração, a título de 13(treze)remunerações às pessoas físicas, decorrentes do trabalho, acrescido do montante efetivamente recolhido a títulos de contribuição patronal previdenciária e FGTS, incluídas as retiradas de pró-labore.

O Fator R consiste na relação entre a folha de salários nos 12 meses anteriores ao período de apuração, dividida pela receita bruta total acumulada auferida nos mercados internos e externos nos 12 (doze) últimos doze meses ao período de apuração da empresa. Após esta divisão, se o resultado encontrado for inferior a 28% a empresa será tributada pelo anexo V e conseqüentemente fará o recolhimento dos impostos com alíquotas maiores, independente se na legislação sua atividade econômica for enquadrada pelo anexo III.

Caso o resultado for igual ou superior a 28%, a empresa será tributada pelo anexo III e, portanto, irá recolher os impostos com menores alíquotas, independentemente de a mesma ser enquadrada no anexo V. Lembrando que a empresa pode ser tributada em um ou mais períodos tanto no anexo III quanto no anexo V, conforme o cálculo obtido pela razão entre sua folha de salários juntamente com os valores que a empresa faturou. (SANTOS, 2018)

Estudo de Caso

A fim de demonstrar na prática a relevância do Planejamento Tributário em empresas prestadoras de serviços, foi realizado um Estudo de Caso em uma empresa prestadora de serviços odontológicos, localizada na cidade de Araçatuba – SP, onde iniciou suas atividades em junho de 2016, cujo o regime de tributação em que se encontra no período analisado é o Simples Nacional, lembrando que o foco deste Estudo de Caso é analisar esta empresa na escolha de seu regime tributário, visando a diminuição de gastos por tributos e analisar seu enquadramento no fator R de acordo com o seu código de serviço.

Será abordado também uma possível alteração do regime atual para o Lucro Presumido. Posteriormente, serão demonstrados os resultados obtidos através da apuração dos tributos incidentes sobre o faturamento, apresentando as alíquotas e formas de tributação de ambos regimes para análise das mesmas e comparação, para verificar qual o regime que melhor se encaixa para o segmento da empresa nos exercícios dos anos calendários de 2019 e 2020.

O quadro 01 mostra as faixas, as partilhas de receitas brutas, alíquotas e parcelas a deduzir para as atividades de serviços do anexo III:

Quadro 01 - Anexo III, Atividades de Serviços – Lei Complementar nº 123/2006.

Faixa	Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	Alíquota	Valor a deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	6,00%	-
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	11,20%	9.360,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	13,50%	17.640,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	16,00%	35.640,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	21,00%	125.640,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	33,00%	648.000,00

Fonte: Crepaldi (2021)

Quadro 02 - Mostra as faixas, as partilhas de receitas brutas, alíquotas e parcelas a deduzir para as atividades de serviços do anexo V:

Faixa	Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	Alíquota	Valor a deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	15,50%	-
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	18,00%	4.500,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	19,50%	9.900,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	20,50%	17.100,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	23,00%	62.100,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	30,50%	540.000,00

Fonte: Crepaldi (2021)

Com base nos quadros descritos, é perceptível que as alíquotas do anexo V são mais elevadas em comparação com o anexo III. Para efeito de aplicação do Fator R, levam-se em conta alguns aspectos importantes como: os valores da folha de

pagamento, incluídos os encargos e retiradas de pró-labore dos últimos 12 meses anteriores ao período a ser apurado e a receita bruta total acumulada auferida nos mercados internos e externos pela empresa nos últimos 12 meses anteriores ao período de apuração.

Tabela 1: Apuração anexo III Simples Nacional 2019

Faturamento	Receita Bruta	Fator R	Alíquota Efetiva	DAS
Janeiro	R\$ 9.280,00	43,909870984763000%	7,151784717987310 %	R\$ 663,69
Fevereiro	R\$7.800,00	45,224943637358100%	7,037835674550760 %	R\$ 554,58
Março	R\$ 18.480,00	47,302233024203400%	6,860249461472190 %	R\$ 1.267,77
Abril	R\$ 13.120,00	46,824021706244300%	6,879798279811990 %	R\$ 902,63
Abril	R\$ 10.300,00	47,028802591695800%	6,863209280732140 %	R\$ 706,91
Junho	R\$ 14.740,00	47,204839046096100%	6,861544879371480 %	R\$ 1.011,39
Julho	R\$ 27.960,00	48,172896599058100%	6,769545357726080 %	R\$ 1.892,76
Agosto	R\$ 4.150,00	45,564451790141400%	7,018908717307300 %	R\$ 993,18
Setembro	R\$ 13.550,00	47,778128286014700%	6,825657202944270 %	R\$ 924,88
Outubro	R\$ 29.410,00	49,505679854042600%	6,706049548684460 %	R\$ 1.972,25
Novembro	R\$ 13.150,00	49,265500689130700%	6,751542227080460 %	R\$ 887,83
Dezembro	R\$ 45.290,00	52,326358189416400%	6,487246362217410 %	R\$ 2.938,07
TOTAL	R\$ 217.310,00	-	-	R\$ 14.715,94

Fonte: Estudo de Caso, 2021

Tabela 2: Apuração anexo III Simples Nacional 2020

Competência	Receita Bruta	Fator R	Alíquota Efetiva	DAS
Janeiro	R\$ 13.230,00	47,930693479361300%	6,8927891031245 70%	R\$ 911,92
Fevereiro	R\$ 17.900,00	47,271392473603500%	6,9765544625936 30%	R\$ 1.248,80

Março	R\$ 20.970,00	45,683868038740900%	7,1529574541681 10%	R\$ 1.499,98
Abril	R\$ 9.750,00	45,362852376267300%	7,1960645078495 90%	R\$ 701,62
Mai	R\$ 9.760,00	46,040729166666700%	7,1375000000000 00%	R\$ 696,62
Junho	R\$ 10.780,00	45,985247541982100%	7,1279561472200 50%	R\$ 768,39
Julho	R\$ 10.600,00	46,673749446657800%	7,0565737051792 80%	R\$ 748,00
Agosto	R\$ 16.530,00	50,598662127169800%	6,7116524407787 50%	R\$ 1.109,44
Setembro	R\$ 28.630,00	49,901744737341200%	6,7622985018016 30%	R\$ 1.936,05
Outubro	R\$ 15.380,00	46,152008849557500%	7,0584070796460 20%	R\$ 1.085,58
Novembro	R\$ 33.230,00	48,913709487191600%	6,7842807944520 40%	R\$ 2.254,42
Dezembro	R\$ 37.390,00	44,699741435035600%	7,1663865546218 50%	R\$ 2.679,51
TOTAL	R\$ 224.150,00	-	-	R\$ 15.640,31

Fonte: Estudo de Caso, 2021

Apuração dos tributos pelo Lucro Presumido

Para fazer a apuração dos tributos PIS, COFINS, CSLL e IRPJ é necessário saber o faturamento da empresa, pois é através do faturamento que será aplicado os devidos percentuais das alíquotas previsto na legislação de cada tributo.

PIS e COFINS no Regime Lucro Presumido

Para apuração do PIS e COFINS são utilizadas as receitas de cada mês por suas respectivas alíquotas, já que o lucro presumido é o regime de incidência cumulativa no qual os impostos e contribuições pagos na operação anterior não são abatidos na operação seguinte, respectivamente as alíquotas são de 0,65% e 3%.

A fim de melhor entendimento, serão demonstrados através de tabelas os cálculos efetuados e valores apurados em 2019 e 2020 para o PIS e COFINS.

Tabela 3: Apuração do PIS e COFINS do período de 2019

Competência	Receita Bruta	PIS (0,65%)	COFINS (3%)
Janeiro	R\$ 9.280,00	R\$ 60,32	R\$ 278,40

Fevereiro	R\$ 7.880,00	R\$ 51,22	R\$ 236,40
Março	R\$ 18.480,00	R\$ 120,12	R\$ 554,40
Abril	R\$ 13.120,00	R\$ 85,28	R\$ 393,60
Mai	R\$ 10.300,00	R\$ 66,95	R\$ 309,00
Junho	R\$ 14.740,00	R\$ 95,81	R\$ 442,20
Julho	R\$ 27.960,00	R\$ 181,74	R\$ 838,80
Agosto	R\$ 14.150,00	R\$ 91,96	R\$ 424,50
Setembro	R\$ 13.550,00	R\$ 88,08	R\$ 406,50
Outubro	R\$ 29.410,00	R\$ 191,17	R\$ 882,30
Novembro	R\$ 13.150,00	R\$ 85,48	R\$ 394,50
Dezembro	R\$ 45.290,00	R\$ 294,39	R\$ 1.358,70
Total	R\$ 217.310,00	R\$ 1.412,52	R\$ 6.519,30

Fonte: Estudo de Caso, 2021

No ano de 2019, conforme a demonstração da tabela acima, foram apurados pelo Lucro Presumido os respectivos valores totais de R\$ 1.412,52 para PIS e R\$ 6.519,30 para COFINS.

Tabela 4: Apuração do PIS e COFINS do período de 2020

Competência	Receita Bruta	PIS (0,65%)	COFINS (3%)
Janeiro	R\$ 13.230,00	R\$ 86,00	R\$ 396,90
Fevereiro	R\$ 17.900,00	R\$ 116,35	R\$ 537,00
Março	R\$ 20.970,00	R\$ 136,31	R\$ 629,10
Abril	R\$ 9.750,00	R\$ 63,38	R\$ 292,50
Mai	R\$ 9.760,00	R\$ 63,44	R\$ 292,80
Junho	R\$ 10.780,00	R\$ 70,07	R\$ 323,40
Julho	R\$ 10.600,00	R\$ 68,90	R\$ 318,00
Agosto	R\$ 16.530,00	R\$ 107,45	R\$ 495,90
Setembro	R\$ 28.630,00	R\$ 186,10	R\$ 858,90
Outubro	R\$ 15.380,00	R\$ 99,97	R\$ 461,40
Novembro	R\$ 33.230,00	R\$ 216,00	R\$ 996,90
Dezembro	R\$ 37.390,00	R\$ 243,04	R\$ 1.121,70
Total	R\$ 224.150,00	R\$ 1.456,98	R\$ 6.724,50

Fonte: Estudo de Caso, 2021

Em 2020, os respectivos valores totais apurados no PIS e COFINS, pelo Lucro Presumido, são de R\$ 1.456,98 e R\$ 6.724,50.

IRPJ e CSLL no Regime Lucro Presumido

Conforme a Lei 12.814/2013 da tributação pelo Lucro Presumido, a apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido,

é realizada trimestralmente e utiliza como base de cálculo o valor presumido.

Para encontrar a base de cálculo do valor presumido, aplica-se o percentual de presunção que varia com o tipo de atividade empresarial sobre o faturamento da empresa. Em seguida, aplica-se suas respectivas alíquotas de 15% para IRPJ juntamente com seu adicional de 10% caso o valor presumido for maior que R\$ 60.000,00 e 9% para CSLL.

Os cálculos de apuração do total devido do IRPJ e CSLL foram elaborados da seguinte forma conforme a tabela a seguir:

Tabela 5: Apuração do IRPJ no período de 2019.

2019	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total Anual
Receita de Serviços	35.640,00	38.160,00	55.660,00	87.850,00	217.310,00
Base de Cálculo (32%)	11.404,80	12.211,20	17.811,20	28.112,00	69.539,20
(=) IRPJ a Recolher (15%)	1.710,72	1.831,68	2.671,68	4.216,80	10.430,88
(=) CSLL a Recolher (9%)	1.026,43	1.099,01	1.603,01	2.530,08	6.258,53

Fonte: Estudo de Caso, 2021

Tabela 6: Apuração do IRPJ no período de 2020.

2020	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total Anual
Receita de Serviços	52.100,00	30.290,00	55.760,00	86.000,00	224.150,00
Base de Cálculo (32%)	16.672,00	9.692,80	17.843,20	27.520,00	71.728,00
(=) IRPJ a Recolher (15%)	2.500,80	1.453,92	2.676,48	4.128,00	10.759,20
(=) CSLL a Recolher (9%)	1.500,48	872,35	1.605,89	2.476,80	6.455,52

Fonte: Estudo de Caso, 2021

Nas tabelas nº 5 e 6, são demonstrados os cálculos do IRPJ e CSLL, nos dois anos estudados pelo Lucro Presumido. Os valores apurados do IRPJ são de R\$ 10.430,88 e 10.759,20, na CSLL são de R\$ 6.258,53 e 6.455,52 em 2019 e 2020.

Análise Final

O setor de serviços representa a principal fatia do PIB brasileiro representando 72,8% em relação a outros setores, englobando uma grande variedade de negócios, de pequenos comércios a instituições financeiras e de ensinos sendo também a principal geradora de empregos no país. Devido a este motivo, o profissional contábil passou a ter outros olhos dentro das organizações,

deixando de fazer serviços padrões para serviços de análise contábil dando suporte para tomada de decisões aos gestores empresariais.

Mediante ao Estudo de Caso realizado na empresa odontológica, através do Planejamento Tributário elaborado, foi possível a comparação entre os Regimes Tributários Simples Nacional e Lucro presumido, onde a empresa optou pela melhor forma de tributação, pois o Simples Nacional demonstrou mais econômico do que no Lucro Presumido em todos os exercícios realizados.

Como pode ser observado no estudo, o valor total dos tributos a recolher calculados nos dois anos é de R\$ 30.356,26 no Simples Nacional e R\$ 47.147,93 no Lucro Presumido, percentualmente 64% superior aos valores apurados no Simples Nacional, ou seja, R\$ 16.791,67 a mais pelo Lucro Presumido. O suficiente para nos mostrar que o Planejamento Tributário deve ser elaborado antes mesmos da escolha da forma de tributação, evitando que as empresas recolham tributos indevidamente.

Conclusão

O Planejamento Tributário é uma ferramenta que vem obtendo uma maior atenção das empresas, principalmente no cenário que estamos vivendo atualmente pela crise sanitária do Covid-19, que atingiu quase todos os setores economicamente, foi o estopim para que as empresas procurassem mais essa ferramenta como forma de diminuir os custos para sobrevivência no mercado.

Com o objetivo geral da pesquisa, foi notório a relevância do Planejamento Tributário dentro das empresas com uma série de benefícios, dentre as principais a diminuição ou eliminação dos tributos de forma lícita o que reduz automaticamente os custos das empresas, a recuperação de tributos recolhidos indevidamente e o afastamento de contingências fiscais como multas e sonegação fiscal.

Os objetivos secundários nos mostraram a importância da definição do melhor Regime Tributário para as empresas sendo o primeiro passo para a elaboração do Planejamento Tributário. Em específico o Simples Nacional para empresas Prestadoras de Serviços devido ao enquadramento do fator R, pois se não for bem definido, pagará mais encargos tributários do que se estivessem enquadrados no Lucro Presumido.

Assim, através da Pesquisa bibliográfica e do Estudo de Caso na empresa de serviços odontológicos foi confirmado o pressuposto teórico, concluindo que o Planejamento Tributário possibilita a redução dos tributos utilizando-se das brechas da legislação tributária, criando variadas alternativas antes do fato gerador, auxiliando os gestores das empresas nas tomadas de decisões, para alcançarem seus objetivos e metas traçadas.

Referências Bibliográficas

BRASIL. LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966. **Disposições Gerais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm. Acesso em 02 ago. 2021.

NAKAGAWA, Fernando. **Brasil tem maior carga tributária da América Latina**. 2016. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-maior-carga-tributaria-da-america-latina--diz-ocde,10000021608>. Acesso em: 13 jul. 2021.

CREPALDI, Silvio. **Planejamento Tributário: teoria e prática**. 3ª. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

_____. **Planejamento tributário: Teoria e Prática**. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. **Planejamento Tributário: Teoria e Prática**. 4ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2021

FABRETTI, Láudio C.; FABRETTI, Denise; FABRETTI, Dilene R. **As Micro e Pequenas Empresas e o Simples Nacional: Tratamentos Tributário, fiscal e comercial**. São Paulo: Atlas, 2019.

SANTOS, Cleônimo. **Simples Nacional**. 5. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2018.

Indicadores fundamentalistas, com base no método avaliação por múltiplos, e o valor das ações da empresa *Minerva Foods*

Fundamental indicators, based on the valuation method by multiples, and the value of shares of the company Minerva Foods

Gabriel Guimarães Silva¹
Guilherme Mendes da Silva Junior²
Walcir Gonçalves de Lima³
Cleide Henrique Avelino⁴
Fabiane Cristina Spironelli⁵

RESUMO

O presente estudo objetiva avaliar a relevância da Análise Financeira na avaliação e determinação do preço justo das ações da empresa *Minerva Foods*, por meio do método avaliação por múltiplos. Para isso, buscou-se calcular os indicadores fundamentalista da empresa *Minerva Foods* e relacioná-los ao valor de mercado de sua ação, além de calcular a média dos indicadores do segmento empresarial em que a empresa faz parte para estimar o valor justo. A metodologia adotada foi o Estudo de Caso e o Referencial Bibliográfico, os quais possibilitaram chegar ao resultado de que é possível mensurar o valor justo de uma ação, através da aplicação do método avaliação por múltiplos.

Palavras – chave: Análise Financeira, Indicadores Fundamentalista, Método Avaliação por Múltiplos

ABSTRACT

This study aims to evaluate the relevance of Financial Analysis in the evaluation and determination of the fair price of *Minerva Foods* shares, through the valuation method by multiples. For this, it was sought to calculate the fundamentalist indicators of the company *Minerva Foods* and relate them to the market value of the share. In addition to calculating the average of the indicators of the business segment in which the company is part to estimate the fair value. The methodology adopted was the case study and the bibliographic reference, which made it possible to reach the result that it is possible to measure the fair value of a share, through the application of the valuation method by multiples.

Keywords: Financial Analysis, Fundamentalist Indicators, Valuation Method by Multiples

Introdução

¹ Acadêmico do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

² Acadêmico do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

³ Contador; Mestrado em Contabilidade Avançada; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁴ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁵ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

A análise financeira pode assumir diferentes configurações e, assim, ser utilizada para diversos fins. Entre eles, encontra-se a avaliação de empresas, a qual será o foco desse estudo. Dentre os aspectos da avaliação de empresas, está a mensuração do valor de ações, a qual busca possibilitar um subsídio para a tomada de decisão dos investidores.

Isso se torna relevante pelo fato de que mais investidores surgem a cada ano, buscando alocar seus recursos financeiros para obter melhores retornos do que a poupança, e estes necessitam de ferramentas para que possam adentrar na bolsa valores sem que amarguem grandes prejuízos.

Assim, o presente estudo buscou pesquisar a relevância da Análise Financeira para a avaliação da empresa, em que se utiliza de indicadores fundamentalistas, baseado no método de avaliação por múltiplos, para determinar o valor justo das ações da empresa *Minerva Foods*.

Essa situação foi explicitada buscando confirmar, ou não, que o valor justo de uma ação pode ser mensurado por meio do método da avaliação por múltiplos e, assim, viabilizar a tomada de decisão de um investidor, pois esse método utiliza indicadores de outras ações similares para estimar qual deveria ser o valor das ações da empresa que está sendo analisada.

Além disso, para que fosse possível responder a esse pressuposto, foi necessário calcular os cinco indicadores da análise fundamentalista da empresa em estudo nos 4 trimestres de 2019; relacionar esses indicadores ao preço de mercado em determinadas datas e calcular a média dos indicadores do setor empresarial de carnes e derivados disponível no site da B3.

Por fim, a metodologia utilizada foi o Estudo de Caso e o Referencial Bibliográfico, realizado sobre os indicadores dos trimestres de 2019 da empresa *Minerva Foods*, que pertence a um segmento de mercado composto por seis empresas de grande porte.

Análise Financeira

A análise financeira tem o intuito de verificar como a empresa está situada financeiramente até aquele presente momento. Conforme Padoveze (2013, p. 3), *a análise de balanço ou análise financeira consiste em um processo meditativo sobre os números de uma entidade, para avaliação de sua situação econômica, financeira,*

operacional e de rentabilidade.

Por sua vez, a análise financeira necessita de informações para que possa ser desenvolvida. Assim, as demonstrações financeiras são a base de informações em que a análise irá se sustentar.

Ao definir as demonstrações financeiras, percebe-se que elas se referem às principais fontes de informação, sendo consideradas muito relevantes para análise, uma vez que fornecem todos os dados necessários sobre a situação econômico-financeira atual da empresa para permitir a visualização das perspectivas futuras. (ALVES; LAFFIN, 2018)

A importância da Análise Financeira

A análise financeira pode ser aplicada em diversas áreas em que se busca conhecer melhor a situação econômico-financeira de uma empresa, uma vez que, segundo Málaga (2017), a análise de demonstrações financeiras é uma habilidade essencial em trabalhos que envolvam gestão de investimentos, alocação de recursos, finanças corporativas, concessão de crédito, entre outros.

A análise financeira é importante para muitos profissionais, incluindo investidores, credores e reguladores. Independentemente do ramo ou tamanho da organização, os gerentes que dispõem da capacidade de análise podem diagnosticar os males de sua empresa, formular ações corretivas e prever as consequências financeiras de suas ações. Nesse caso, a análise das demonstrações financeiras destaca-se como ferramenta básica para auxiliar os gestores na compreensão da situação econômico-financeira da empresa, o que é realizado por meio de diversos indicadores de análise. (ALVES; LAFFIN, 2018)

Sendo assim, observa-se que é imprescindível que seja feita a aplicação da análise financeira nas empresas, já que, com essa ferramenta, é possível obter várias informações sobre diversos setores e áreas da empresa analisada.

Análise Financeira na avaliação de empresas

Quando se utiliza a análise financeira na avaliação de empresa, verifica-se que é possível obter um panorama de informações mais amplo em relação aos seus aspectos econômicos e financeiros, para instruir os investidores.

Desse modo, a análise das demonstrações financeiras acaba sendo uma parte

essencial da avaliação corporativa. Por meio desse mecanismo, os investidores coletam informações históricas sobre sua capacidade de pagamento, endividamento, lucratividade e rentabilidade. (SANTOS, 2019)

Desse modo, sem a avaliação do valor de uma empresa, os investidores acabariam colocando seus recursos financeiros de forma descuidada nas empresas. Situação essa que, possivelmente, traria prejuízos financeiros, uma vez que não obteriam meios de garantir uma certa segurança no investimento que decidissem realizar.

Assim, a análise financeira é uma área que reúne interesses de pesquisadores e profissionais do mercado, e tem como objetivo desenhar modelos e indicadores que proporcionem avaliações justas, aplicáveis e práticas de quanto vale uma empresa. Dentre as diversas técnicas de avaliação existentes, uma das mais comumente usadas é a avaliação por múltiplos. (MATIAS, 2007)

Método Avaliação por múltiplos

O método de avaliação por múltiplos, também chamado de método de avaliação relativa, é baseado no fato de que o valor de uma empresa pode ser estimado em função de múltiplos de outras empresas comparáveis. Na avaliação relativa, o valor do ativo deve ser estimado comparando o preço do ativo com ativos semelhantes, traçando um padrão de comparação, que pode ser baseado no lucro, receita ou variáveis setoriais e específicas. (SILVA, 2019)

As denominadas empresas comparáveis (ou semelhantes) são empresas que operam no mesmo setor de atividade e apresentam riscos, porte e retornos semelhantes à empresa que está sendo avaliada. A avaliação relativa é um método muito popular no mercado, principalmente porque os resultados são simples, rápidos e intuitivos. (ASSAF NETO, 2019)

Embora o processo de tomada de decisão de investimento em ações, muitas vezes, desenvolva-se de forma mais intuitiva, é essencial uma avaliação mais racional desses ativos para se posicionar no mercado de forma razoável. Os modelos de avaliação procuram, essencialmente, projetar o comportamento futuro dos ativos financeiros e fazer previsões com relação às alterações nos seus preços de mercado. (ASSAF NETO, 2018)

Assim, o retorno esperado dependerá da forma com que o investidor se

insere nesse meio, seja agindo de forma intuitiva, seja agindo de forma consciente ao analisar profundamente o investimento que realizará.

Etapas da avaliação por múltiplos

Para realizar a avaliação por múltiplos, segundo Damoradan (2018, p. 55), três passos são essenciais na avaliação por múltiplos:

- 1. Encontrar ativos comparáveis que são precificados pelo mercado.*
- 2. Ampliar os preços de mercado até uma variável comum, para gerar preços padronizados que sejam comparáveis entre os diferentes ativos.*
- 3. Ao comparar os valores padronizados, fazer ajustes para compensar as diferenças entre os ativos*

Assim, é fundamental que se saiba escolher as empresas que têm fatores em comum, para que a comparação e a análise seja a mais fiel possível. No entanto, ainda que as empresas sejam semelhantes, elas possuem características que diferem entre si. E para que isso não atrapalhe na análise, é necessário padronizá-las em variáveis equivalentes.

Quando se usa múltiplos para avaliar empresas, geralmente não um conceito claro do que sejam valores altos ou baixos para os indicadores usados. Usar o valor médio como medida de comparação é perigoso em qualquer múltiplo. Faz mais sentido usar a mediana. A fim de evitar valores atípicos ou desvios extremos, os serviços especializados que calculam e relatam os valores da tendência central de múltiplos retiram das amostras esses valores, ou forçam com que os múltiplos a serem iguais ou inferiores a um número fixo. (DAMORADAN, 2018)

Indicadores Fundamentalistas

Indicadores fundamentalistas, ou múltiplos, são a relação entre o preço de uma ação e outra variável de negócio (como retorno, liquidez, risco e valor patrimonial). Ao criar um múltiplo, o valor da empresa é confrontado com outras informações importantes sobre seu negócio para identificar oportunidades de investimento. A avaliação por múltiplo pode ser considerada um método de avaliação baseado no conceito de valor relativo. Isso significa que, ao precificar uma empresa, múltiplos de outras ações similares são utilizadas com a finalidade de estimar qual deveria ser o valor da empresa analisada. (SANTOS, 2019)

Preço/Lucro (P/L)

A relação preço-lucro é um dos quocientes mais tradicionais no processo de análise de ações e é amplamente utilizada pelos investidores. É calculado com base na relação entre o preço de compra de um título (investimento ou valor de mercado) e seu lucro unitário periódico, lucro por ação. (ASSAF NETO, 2018)

Preço/EBITDA

O cálculo do LAJIDA / EBITDA tem como objetivo obter o valor do caixa, ou mais precisamente, obter o potencial de geração de caixa. O valor caixa corresponde ao valor gerado pelos ativos genuinamente operacionais, antes de se considerar a depreciação, não incluindo receitas e despesas financeiras e antes dos efeitos dos impostos sobre o resultado, imposto de renda e contribuição social, no caso do Brasil. (MARTINS, 1998)

Assim, para calcular a taxa de incidência $P / EBITDA$, é preciso saber o preço da ação e o EBITDA para o período selecionado. (MATIAS, 2007)

Preço/Valor Patrimonial (P/VPA)

O P/VPA corresponde ao preço de uma ação dividido pelo valor patrimonial correspondente a ela, sendo esse o indicador que diz o quanto os investidores estão dispostos a pagar pelo patrimônio líquido da empresa. (REIS, 2017)

Preço/Receita (P/R)

Esse múltiplo pressupõe que o caixa gerado em uma determinada ramo é função direta do faturamento. Porém, não leva em consideração a estrutura de despesas fixas e variáveis de forma que o percentual de caixa gerado pelo faturamento não seja constante, mesmo em empresas com o mesmo nível de gestão. (SOUTES; SCHVIRCK; MACHADO, 2006)

Dividend Yield

A base do múltiplo de rendimento de dividendo é que a ação é o valor presente nos dividendos que se espera que ela gere e é amplamente usada como uma ferramenta de comparação. O *dividend yield* corresponde ao percentual entre os dividendos da empresa pagos por ação e o preço dessa ação. (MATIAS, 2007)

Estudo de Caso

Através da plataforma de investimento Trademap, foram coletados dados financeiros dos quatro trimestres de 2019 das empresas Minerva *Foods*, Jbs, Brf, Excelsior, Marfrig e Minupar, todas pertencentes ao grupo de Carnes e derivados da bolsa de valores B3.

Além disso, por meio do site *Infomoney*, foi possível ter acesso a históricos de cotações de ações referentes às empresas analisadas durante o período. Nele, foram selecionadas as cotações vigentes do dia 20/05/2019, referente ao 1º trimestre; do dia 20/08/2019, referente ao 2º trimestre; do dia 21/11/2019, referente ao 3º trimestre; e do dia 02/04/2020, referente ao 4º trimestre.

Essas datas foram escolhidas ao acrescentar cinco dias na data limite para a entrega das informações trimestrais, as quais, segundo Reis (2019) são entregues até quarenta e cinco dias após o término do trimestre do exercício social. Com exceção do último trimestre de exercício do ano, que não obedece ao prazo de quarenta e cinco dias.

Além disso, o intuito de escolher essas datas foi o de que os demonstrativos financeiros estivessem disponíveis para que o investidor pudesse analisar e calcular o preço justo da empresa.

Análise de Dados

Os dados coletados foram, por meio do software Excel, analisados e transformados em indicadores fundamentalistas, como P/L, P/PVA, P/EBITDA e P/Receita, com exceção do indicador *Dividend Yield*, o qual a empresa em análise não possuía informações. Além do mais, foi calculado e transformado em tabela a correlação entre o preço das ações e os indicadores, e determinado o preço justo da ação Minerva *Foods*.

Correlação dos indicadores com a cotação

A correção entre os indicadores é uma forma de mostrar como eles se interagem após alguma mudança de suas variáveis, uma vez que o aumento da cotação de uma ação pode ser influenciado, ou não, pelo aumento de algum indicador fundamentalista. Dessa forma, ao analisar essa correlação, é possível determinar se o indicador afeta o valor da cotação e, assim, selecionar quais dos

indicadores serão utilizados para o cálculo do valor justo. Para isso, foram utilizadas as informações referentes à empresa *Minerva Foods*.

Indicador Preço/Lucro

A tabela a seguir representa, em determinada data, a cotação da ação e do indicador P/L da *Minerva Foods*, em cada trimestre. Em seguida, mostra-se a variação percentual entre os trimestres.

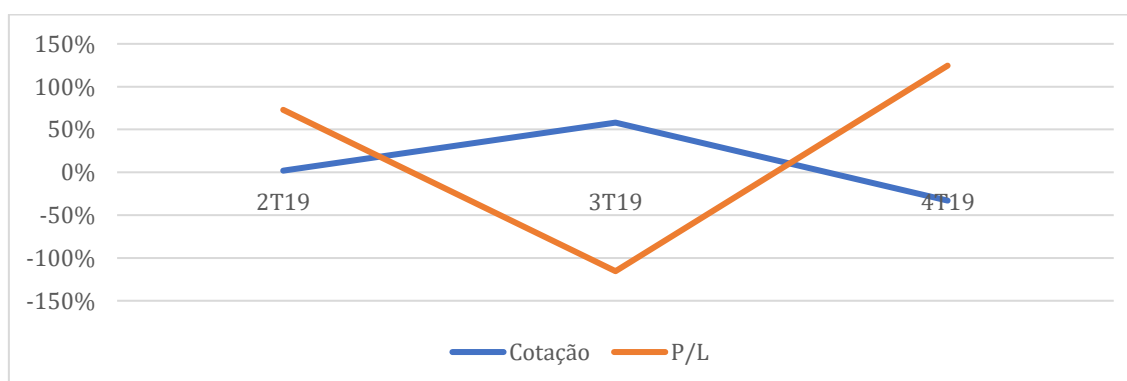
Tabela 1 - Variação da cotação e do indicador P/L

DADOS	1T19	2T19	3T19	4T19
Cotação	7,23	7,36	11,63	7,79
P/L	-90,38	-24,53	-52,86	12,98
VARIAÇÃO (%)	1T19	2T19	3T19	4T19
Cotação		2%	58%	-33%
P/L		73%	-115%	125%

Fonte: Estudo de Caso, 2021

O gráfico a seguir representa o acréscimo ou decréscimo percentual que o indicador P/L e o valor da ação obtiveram em três trimestre, a partir do segundo trimestre de 2019.

Gráfico 1 - Correlação entre a variação percentual da cotação e a do indicador P/L



Fonte: Estudo de Caso, 2021

Analisando esse indicador, verifica-se que nos três primeiros semestres, conforme a tabela, houve resultados negativos. Isso foi causado devido aos prejuízos que a empresa obteve nesse período. Essa situação colaborou para essa divergência de correlação entre o indicador e o preço da ação, uma vez que à medida que o preço

sobe, o indicador desce. Dessa forma, esse indicador não foi objeto de cálculo para a determinação do valor justo.

Indicador Preço/PVA

A tabela a seguir mostra, em determinada data, a cotação da ação e do indicador Preço/PVA da Minerva Foods, em cada trimestre. Em seguida, mostra-se a variação percentual entre os trimestres.

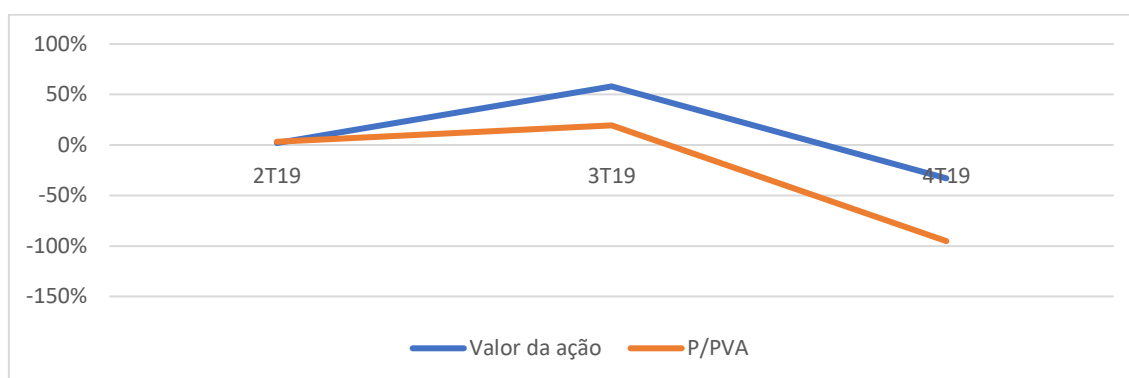
Tabela 2 - Variação da cotação e do indicador P/PVA.

DADOS	1T19	2T19	3T19	4T19
Cotação	7,23	7,36	11,63	7,79
P/PVA	-7,30	-7,08	-5,70	-11,13
VARIAÇÃO (%)	1T19	2T19	3T19	4T19
Valor da ação		2%	58%	-33%
P/PVA		3%	19%	-95%

Fonte: Estudo de Caso, 2021

O gráfico a seguir representa o acréscimo ou decréscimo percentual que o indicador Preço/PVA e o valor da ação obtiveram em três trimestres, a partir do segundo trimestre de 2019.

Gráfico 2 - Correlação entre a variação percentual da cotação e a do indicador P/PVA.



Fonte: Estudo de Caso, 2021

Após a análise, observa-se a existência de indicadores negativos, resultantes do patrimônio da empresa que se manteve com saldo negativo durante o período analisado. Portanto, embora o indicador tenha obtido uma correlação equivalente com a movimentação do preço da ação, ele não foi utilizado para o cálculo do preço

justo, tendo em vista que a diferença entre o indicador da ação *Minerva Foods* e o indicador do grupo que ela pertence foi excessivamente distante.

Indicador Preço/EBITDA

A tabela a seguir mostra, em determinada data, a cotação da ação e do indicador Preço/EBITDA da *Minerva Foods*, em cada trimestre. Em seguida, mostra-se a variação percentual entre os trimestres.

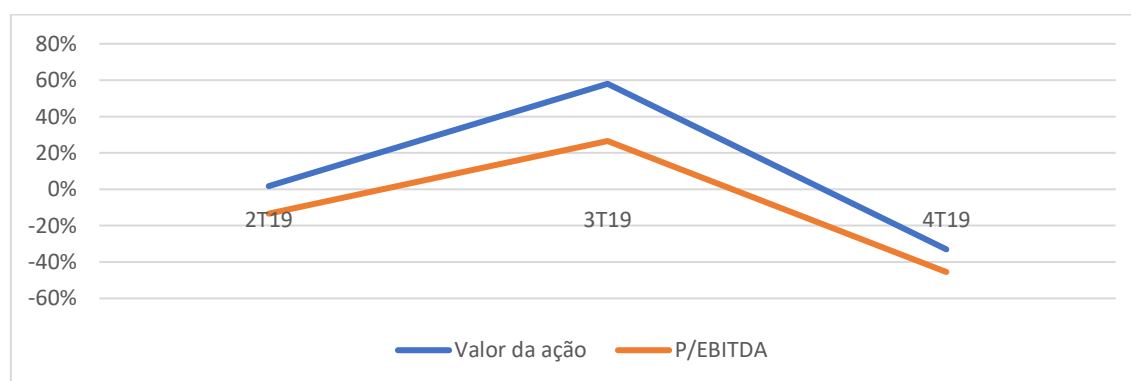
Tabela 3 - Variação da cotação e do indicador P/EBITDA.

DADOS	1T19	2T19	3T19	4T19
Cotação	7,23	7,36	11,63	7,79
P/EBITDA	8,81	7,62	9,64	5,25
VARIAÇÃO (%)	1T19	2T19	3T19	4T19
Valor da ação		2%	58%	-33%
P/EBITDA		-13%	27%	-46%

Fonte: Estudo de Caso, 2021

O gráfico a seguir representa o acréscimo ou decréscimo percentual que o indicador Preço/EBITDA e o valor da ação obtiveram em três trimestre, a partir do segundo trimestre de 2019.

Gráfico 3 - Correlação entre a variação percentual da cotação e a do indicador P/EBITDA.



Fonte: Estudo de Caso, 2021

Os resultados obtidos nos 4 trimestres mostram uma forte correlação entre o indicador e o preço da ação. Assim, observa-se que há uma forte tendência desse indicador em espelhar o movimento do preço da ação e propiciar uma fonte de comparação para a determinação do preço justo.

Indicador Preço/RECEITA

A tabela a seguir mostra, em determinada data, a cotação da ação e do indicador Preço/RECEITA da Minerva Foods, em cada trimestre. Em seguida, mostra-se a variação percentual entre os trimestres.

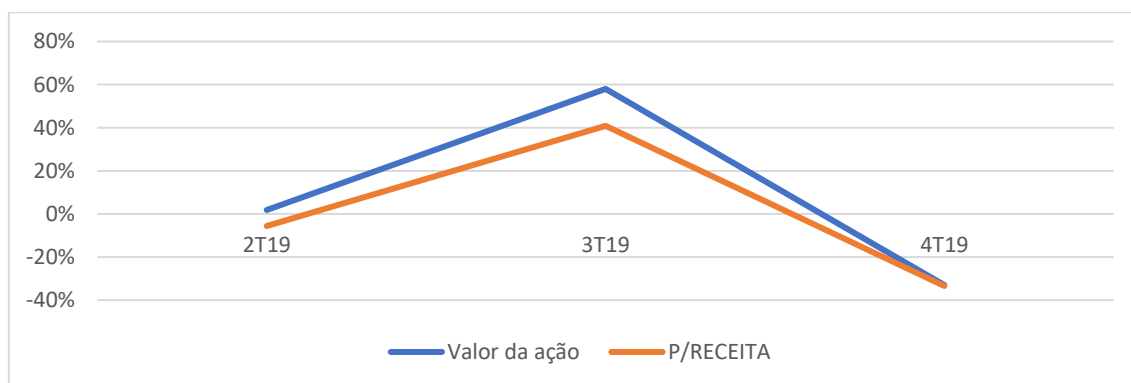
Tabela 4 - Variação da cotação e do indicador P/RECEITA.

DADOS	1T19	2T19	3T19	4T19
Cotação	7,23	7,36	11,63	7,79
P/RECEITA	0,73	0,69	0,97	0,65
VARIAÇÃO (%)	1T19	2T19	3T19	4T19
Valor da ação		2%	58%	-33%
P/RECEITA		-6%	41%	-33%

Fonte: Estudo de Caso, 2021

O gráfico a seguir representa o acréscimo ou decréscimo percentual que o indicador Preço/RECEITA e o valor da ação obtiveram em três trimestres, a partir do segundo trimestre de 2019.

Gráfico 4 - Correlação entre a variação percentual da cotação e a do indicador P/RECEITA.



Fonte: Estudo de Caso, 2021

Ao associar o indicador com o preço da ação, verifica-se que houve uma forte correlação entre os dois. Dessa forma, esse indicador foi útil para a comparação entre as outras empresas do grupo e para o cálculo do preço justo.

Preço justo

A tabela a seguir contempla os múltiplos calculados para a empresa Minerva Foods e a mediana referente ao grupo Carnes e derivados ao qual a empresa em

análise pertence.

Tabela 5 – Múltiplos da empresa *Minerva Foods* e do Grupo Carnes e derivados da B3

MÚLTIPLOS	DADOS	1T19	2T19	3T19	4T19
P/L	Minerva	-90,38	-24,53	-52,86	12,98
	Mediana Grupo	8,36	43,97	50,72	18,56
P/PVA	MINERVA	-7,30	-7,08	-5,70	-11,13
	Mediana Grupo	1,60	2,81	1,77	1,64
P/EBITDA	MINERVA	8,81	7,62	9,64	5,25
	Mediana Grupo	14,21	11,11	10,42	7,41
P/RECEITA	MINERVA	0,73	0,69	0,97	0,65
	Mediana Grupo	1,07	1,07	1,12	0,80

Fonte: Estudo de Caso, 2021

Inicialmente, percebe-se que os dois primeiros indicadores, P/L e P/PVA, possuem resultados negativos que fazem com que se distanciem excessivamente da mediana do grupo. Esse fato foi consequência de que entre as 6 empresas do grupo, algumas possuíam resultados negativos em 2019. Dessa maneira, eles não foram utilizados para o cálculo do preço justo, para que não distorcessem a avaliação.

Em relação aos indicadores P/Ebitda e P/Receita, observa-se que os múltiplos da ação *Minerva Foods* estão abaixo da mediana do grupo, o que fornece sinais de que a ação, durante aquele ano, estava desvalorizada frente às demais ações do seu setor.

Cálculo do preço justo médio por meio dos indicadores P/EBITDA e P/RECEITA

Na tabela a seguir, o preço justo foi obtido multiplicando-se a cotação da ação pela razão entre o índice do grupo e o índice da empresa *Minerva Foods*. Para que o cálculo possuisse maior precisão, somente os indicadores com maior correlação e não negativos foram utilizados para o cálculo. Por fim, foi calculada a média entre os preços justos para se obter o preço justo médio.

Tabela 6 – Múltiplos da empresa *Minerva Foods* e do Grupo Carnes e derivados da B3

MULTIPLOS	DADOS	1T19	2T19	3T19	4T19
Cotação – Minerva		R\$ 7,23	R\$ 7,36	R\$ 11,63	R\$ 7,79
P/EBITDA	Minerva	8,81	7,62	9,64	5,25
	Mediana Grupo	14,21	11,11	10,42	7,41
PREÇO JUSTO P/EBITDA		R\$ 11,66	R\$ 10,73	R\$ 12,57	R\$ 10,99

Cotação – Minerva		R\$ 7,23	R\$ 7,36	R\$ 11,63	R\$ 7,79
P/RECEITA	Minerva	0,73	0,69	0,97	0,65
	Mediana Grupo	1,07	1,07	1,12	0,80
PREÇO JUSTO P/RECEITA		R\$ 10,59	R\$ 11,45	R\$ 13,42	R\$ 9,59
PREÇO JUSTO MÉDIO		R\$ 11,13	R\$ 11,09	R\$ 13,00	R\$ 10,29

Fonte: Estudo de Caso, 2021

Após a análise da tabela, em conjunto com as outras informações anteriores, verifica-se que em 20/05/2019, referente 1º trimestre de 2019, foi estipulado um preço justo médio de R\$ 11,13 para a ação que se encontrava com preço de mercado de R\$ 7,23. Essa perspectiva de crescimento não foi concretizada até 20/08/2019, referente ao 2º trimestre de 2019, em que o preço de mercado obteve um leve aumento até R\$ 7,36. No entanto, ainda havia a perspectiva de que a ação alcançasse o patamar de 11 reais conforme calculado no preço justo do 2º trimestre.

Já na data 21/11/2019, referente aos resultados do 3º trimestre de 2019, percebe-se que o valor de mercado de R\$ 11,63 alcançou e ultrapassou o valor justo médio calculado anteriormente de R\$ 11,09.

Posteriormente, com o novo valor justo calculado referente ao 3º trimestre, havia a expectativa do valor de mercado alcançar os 13 reais. Todavia, conforme é observado, em 02/04/2020, referente ao 4º trimestre, não houve o alcance desse objetivo, que, entre outros fatores, não obteve êxito por ser o ano de 2020, um ano atípico em que as ações da bolsa de valores B3 diminuíram de valor por causa do impacto econômico causado pela pandemia do coronavírus.

Análise Final

A análise financeira proporciona diversos indicadores e métodos que podem ajudar o investidor a obter informações e dados para a tomada de decisão. Um desses métodos, o método de avaliação por múltiplos, que se utilizando de indicadores fundamentalistas, permitiu mensurar o valor justo da ação Minerva Foods nos quatro trimestres de 2019.

Como foi possível observar, se o investidor, tomando como base o preço justo calculado no primeiro trimestre, decidisse adquirir as ações para vendê-las quando atingisse o preço justo estipulado, conseguiria obter um lucro considerável após 6 meses de espera.

Por fim, percebe-se que o Estudo de Caso realizado foi relevante para o tema

da análise financeira, ao evidenciar como o método de avaliação por múltiplos pode servir de ferramenta para uma tomada de decisão no longo prazo.

Conclusão

Conclui-se que a análise financeira se mostra relevante para a avaliação de empresas ao possibilitar a utilização de métodos, como o método de avaliação por múltiplos, para determinação do valor justo e a obtenção de retornos financeiros.

Essa situação só foi possível por meio do alcance parcial dos objetivos referentes ao cálculo de quatro dos cinco indicadores da análise fundamentalista da empresa em estudo, além da correlação encontrada ao relacionar os indicadores ao preço de mercado das ações. E, por fim, por meio do cálculo da mediana, ao em vez da média, dos indicadores do setor empresarial de Carnes e Derivados para a estimação do valor justo da ação da *Minerva Foods*.

Dessa forma, confirmando o pressuposto teórico, conclui-se também que o valor justo de uma ação pode ser mensurado por meio do método da avaliação por múltiplos e, assim, viabilizar a tomada de decisão de um investidor, o qual irá optar pela aquisição, ou não, de ações ao longo do tempo.

Referências Bibliográficas

ALVES, Aline; LAFFIN, Nathália H. F. **Análise das demonstrações financeiras**. Porto Alegre: Sagah, 2018.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

_____. **Métrica de Valor e Avaliação de Empresas**. São Paulo: Atlas, 2019.

DAMODARAN, Aswath. **Valuation: como avaliar empresas e escolher as melhores ações**. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

PADOVEZE, Clóvis L.; BENEDICTO, Gideon C. D. **Análise das Demonstrações Financeiras**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2013.

REIS, Tiago. **Informações trimestrais: saiba mais sobre esse tipo de divulgação**. 2019. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/informacoes-trimestrais/>. Acesso em: 16 out. 2021.

_____. **P/VPA: importante indicador para a análise de um investimento**. 2017. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/p-vpa/>. Acesso em: 16 out. 2021.

SANTOS, José O. **Valuation**: um guia prático. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

SILVA, Ricardo da S. *et al.* **Avaliação de empresas**. 1. ed. Porto Alegre: Sagah, 2019.

SOUTES, Dione O.; SCHVIRCK, Eliandro; MACHADO, Márcia R. C. **Métodos de Avaliação utilizados pelos profissionais de investimento**. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisas em Administração - ENANPAD, 2006.

MÁLAGA, Flávio K. **Análise de demonstrativos financeiros e da performance empresarial**: para empresas não financeiras. 3. ed. São Paulo: Saint Paul, 2017.

MARTINS, Eliseu. **EBITDA – O que é isso?** Temática Contábil e Balanços, Boletim IOB 06/98. São Paulo, 1998.

MATIAS, Alberto B. **Análise Financeira Fundamentalista de Empresas**. São Paulo: Atlas, 2007.

DIREITO

Defensoria Pública e a efetividade do acesso à justiça no Brasil

Public Defender's Office and the effectiveness of access to justice in Brazil

Gustavo Leal Barbosa¹
Nilton Godoy Trigo²
João Geraldo Nunes Rubelo³
Helton Laurindo Simoncelli⁴

RESUMO

A cada dia, vemos aumentar os casos de pessoas que estão buscando no Judiciário uma forma de resolver seus litígios. A defensoria Pública faz um papel muito importante nesse acesso à justiça. É a ponte que liga quem não tem condições de arcar com um advogado ao judiciário. Assim, o presente trabalho irá abordar os aspectos dessa instituição, o conceito do que seria a justiça e seu acesso e as formas de assistência jurídica e gratuita no Brasil. No primeiro capítulo, foi apresentado o acesso à justiça e o conceito de Justiça. No segundo capítulo, trata-se da Defensoria como instituição e os aspectos dela. E o terceiro capítulo foca em um estudo diagnóstico feito pelo Ministério público com parcerias, a respeito de como a instituição é vista no Brasil.

Palavras-Chave: Defensoria, Justiça, Assistência, Acesso

ABSTRACT

Every day, we see an increase in the cases of people who are looking to the Judiciary for a way to resolve their disputes. The Public Defender's Office plays a very important role in this access to justice, it is the bridge that connects those who cannot afford a lawyer to the judiciary. Thus, the present work will address aspects of this institution, the concept of what justice and its access would be, and the forms of free legal assistance in Brazil. In the first chapter, access to justice and the concept of justice were presented. The second chapter deals with the Defender's Office as an institution and its aspects. And the third chapter focuses on a diagnostic study carried out by the Public Ministry with partnerships, regarding how the institution

Keywords: Defender, Justice, Assistance, Access

Introdução

O presente artigo visa demonstrar a evolução do acesso à justiça e a garantia que cada cidadão consiga ter seus direitos resguardados e caso necessário consigam encontrar amparo no sistema judiciário, mais especificadamente a importância da defensoria, o efetivo exercício dentro do estado democrático de direito. Considerando que vivemos em um país aonde a maioria da população é pobre e a lei é para todos, é necessário um mecanismo que permita o ingresso de todas as pessoas

¹ Acadêmico do 10º termo do curso de Direito no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UNISALESIANO Campus Araçatuba.

² Prof. Mestre em Direito e Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO de Araçatuba.

³ Filósofo e Mestre em Geografia. Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO de Araçatuba.

⁴ Coordenador de curso de Direito e Mestre em Direito do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO de Araçatuba.

desprovidas de condições para pagar as despesas processuais, a justiça. O tema, portanto, está inserido no Direito Constitucional e Processual. Observa-se uma evolução crescente do conceito de acesso à justiça e, onde o entendimento de leis e dos tribunais também sofre constantes flexibilizações e modificações acerca do tema.

Ao longo do projeto, procuramos demonstrar que para termos um verdadeiro estado democrático de direito é necessário que todos, sem qualquer tipo de discriminação de forma unanime tenham amparo, caso se sintam com seu direito resguardado por lei, ameaçado

Evolução do acesso à justiça

Desde que o ser humano deu o primeiro passo para se organizar em grupos, foi possível verificar a existência de conflito, o conflito tornando-se uma característica inerente a qualquer sociedade. Além disso, para se distinguir dos bárbaros, naquela época, a justiça era feita com as mãos, e o lema Olho por olho, dente por dente prevalecia, os modernos finalmente estabeleceram o judiciário, que tem a responsabilidade e a função de resolver os litígios de forma pacífica e com o conforto do sentimento de justo.

No entanto, levando em consideração os processos com altas custas judiciais e a instabilidade do judiciário, o acesso a essa "nova" forma de conflitos de resolução, a chamada justiça, nem sempre é para a maioria das pessoas na sociedade. É fácil e até óbvio, o sistema e a escassez de servidores públicos e juízes dificultam a efetividade das visitas aos cidadãos.

A Constituição Cidadã incide não só no acesso, mas também na assistência aos cidadãos de baixa renda, pois o Estado proporcionará aos cidadãos de baixa renda, justiça adequada e gratuita a quem provar recursos insuficientes.

Nesse sentido, é necessário analisar o posicionamento da Constituição da República Federal do Brasil de 1988 a respeito do acesso das pessoas a justiça e seu impacto no mundo jurídico. Também irá discutir como os princípios constitucionais afetam uma conveniência ou inconveniência dos julgamentos judiciais.

Um importante agente nessa situação é a Defensoria Pública, que é uma instituição mantida pelo Estado e garantida pela Carta Magna, que tem como função fornecer diversos graus para grupos vulneráveis O importante é que os princípios

constitucionais de acesso à justiça são mais amplos e complexos do que parece a primeira vista. Esta é a verdadeira entrada para uma ordem jurídica justa, porque o acesso à justiça é mais do que apenas o reconhecimento dos procedimentos legais. Para a obtenção de direitos de acesso efetivos, é imprescindível que o maior número de pessoas possa demandar integralmente e se defender, sendo fundamental, ao final, que o juiz tome uma decisão coerente e justa.

Para que os juízes locais ou nacionais exerçam bem suas funções judiciais, certos princípios constitucionais devem ser respeitados, como isonomia, igualdade, contradição e ampla defesa, e o uso de petições de direitos e outros, ajudarão a formar uma decisão melhor e mais segura do tribunal condenatório.

Grande parte dos princípios constitucionais encontra-se no artigo 5º da Carta Magna, que ensina desde o início que todos são iguais perante a lei, sem qualquer diferença. Ainda com base na inteligência do mesmo artigo, constatamos que um princípio básico do acesso à justiça é: lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. Este dispositivo contém a verdadeira essência do direito constitucional a justiça.

Ao concretizar esta garantia, nossa conhecida “Constituição em ações judiciais ou extrajudiciais, serviços e jurisdição.

Os obstáculos do acesso à justiça

Há muitas pautas no que diz respeito a concretizar o acesso à justiça, tendo em vista que esse seria um direito básico garantido até na constituição. Mas acaba sendo uma utopia, pois esse acesso enfrenta vários obstáculos.

A seguir, comentaremos a respeito de alguns obstáculos que segundo doutrinadores, limitam o efetivo acesso à justiça.

O obstáculo econômico, segundo Reis; Zveibil e Junqueira (2013, 20):

Diz respeito à carência de recursos financeiros que permitam à pessoa custear as despesas do processo judicial e os honorários advocatícios. Apesar de a CF/88 prever a inafastabilidade da jurisdição (art. 5º XXXV), essa regra se torna letra morta quando se trata de pessoa necessitada, e por isso o filósofo Ovídeo sentenciava: “o tribunal está fechado para os pobres.

Um conceito similar, está na obra de Cappelletti; Garth (1998, 17), mas eles chamam por custas judiciais, que seria:

Nesse caso, a menos que o litigante em potencial esteja certo de vencer – o que é de fato extremamente raro, dadas as normais incertezas do processo – ele deve enfrentar um risco ainda maior do que o verificado nos Estados Unidos. A penalidade para o vencido em países que adotam o princípio da sucumbência é aproximadamente duas vezes maior – ele pagará os custos de ambas as partes

Há mais um obstáculo econômico mencionado pelos autores, seria os honorários advocatícios, no caso segundo eles, seria o mais importante na despesa para as partes, pois antes de tudo, para acessar o judiciário tem que analisar a primeira situação: os custos do tempo do advogado. Ficou claro então, como o obstáculo econômico se tornou um empecilho significativo no acesso à justiça.

O obstáculo cultural, ainda seguindo a linha de raciocínio de Reis; Zveibil e Junqueira (2013, 20):

Por obstáculo cultural, a doutrina basicamente aponta o desconhecimento dos direitos como óbice ao acesso à justiça. A pessoa que desconhece seus direitos tem menos chances de fazê-los valer, afinal, ela sequer sabe que possui.

Fica claro como a falta de informação dificulta o acesso a justiça, no Brasil, fica mais claro isso em pessoas com menos recursos financeiros, não chega a essas pessoas informações de que ela pode sim acessar o judiciário, mesmo sem recursos e ir atrás de seus direitos.

Cappelletti; Garth (1998, 24) deixam bem claro isso:

Além dessa declarada desconfiança nos advogados, especialmente comum nas classes menos favorecidas, existem outras razões óbvias por que os litígios formais são considerados tão pouco atraentes. Procedimentos complicados, formalismo, ambientes que intimidam, como o dos tribunais, juízes e advogados, figuras tidas como opressoras, fazem com que o litigante se sinta perdido, um prisioneiro num mundo estranho.

Então a desconfiança por falta de informações, limitam as pessoas que tem menos recursos a acessar o judiciário.

Exclusão e desigualdade social

Conforme já analisado, vários são os fatores que acabaram por excluir alguns do acesso à justiça. Tome-se como exemplo, o encargo financeiro do processo é um fator que acaba reduzindo o interesse dos cidadãos em buscar soluções para os conflitos por meio das instituições judiciais.

No entanto, é necessário definir a priori quais setores da sociedade são encaixados nessa margem. Afinal, o que significam as minorias étnicas? O termo minoria falta de definição precisa, ainda mais legal. No entanto, é necessário entender que cabe ao estado encontrar uma maneira para grupos com esse sentimento de inferioridade exerçam seus direitos. Canotilho (2003, p. 387) adicionado ao conceituar minorias:

Minoria será, fundamentalmente, um grupo de cidadãos de um Estado, em minoria numérica ou em posição não dominante nesse Estado, dotado de características étnicas, religiosas ou linguísticas que diferem das da maioria da população, solidários uns com os outros e animados de uma vontade de sobrevivência e de afirmação da igualdade de facto e de direitos com a maioria.

Então, o conceito de minorias não é necessariamente um grupo menor que o outro. Indo pelo raciocínio lógico considera-se minoria um grupo numérico comparado a outro, mas também características que tornas as pessoas inferiores as outras. Ainda assim o efeito é o mesmo: essas pessoas enfrentam maiores dificuldades no acesso ao judiciário, o Estado precisa aumentar a eficácia de seus direitos mínimos.

Esta pesquisa será baseada em minorias consideradas menos favorecidas financeiramente. A pobreza é uma das consequências de um mundo globalizado. Final do século 20 e entrando no início do século 21, a pobreza mudou em todo o mundo. No entanto, pode-se dizer que ainda há muito trabalho a ser feito antes que a desigualdade comece a mudar. Demo (2006, 82) explicou:

A estrutura da desigualdade permanece intacta, mas, em compensação, os pobres estão um pouco menos pobres, um resultado típico do atual programa Bolsa Família: é adequado no plano da assistência, porque é devida por direito; é inadequado no plano do confronto político, porque o abafa. Os pobres são tão pobres que qualquer migalha interessa, e com esse preço vendem facilmente a alma.

Na verdade, a desigualdade é generalizada no país, e o objetivo do plano de distribuição de renda acima é, até certo ponto, aliviar essa diferença. No entanto, esse ponto não é importante para a análise deste estudo. É necessário apenas concluir que, apesar do progresso contemporâneo, a desigualdade social continua a ser aplicada. Andando na rua você vê a desigualdade social, são muitas e muitas as pessoas que se encontram em estado de extrema pobreza. Em todos os centros por meio de algumas moedas, você encontra pessoas na rua procurando os alimentos de que precisam para a vida tirando troco em semáforos.

Deve-se notar que a constituição o impõe como um de seus fundamentos a eliminação da pobreza e reduzir a desigualdade social e regional. Ocorre que atualmente, reduzir a desigualdade não é apenas sinônimo de distribuição de renda. Fornecer aos cidadãos assistência judiciária eficaz também pode levar à desigualdade a diminuir muito. Obviamente, o Brasil tem se mostrado um “ótimo” agente na distribuição de renda e acaba levando a um aumento nos níveis de renda e desigualdade.

O termo pobreza não pode ser definido universalmente. No entanto, pode-se dizer que essa é uma situação de necessidade, caso em que o indivíduo não pode manter um padrão mínimo de vida consistente com o padrão mínimo de sobrevivência, de acordo com as relações sociais estabelecidas em cada contexto histórico. Rocha (2003, 9) conceitua:

Pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. Para operacionalizar essa noção ampla e vaga, é essencial especificar que necessidades são essas e qual nível de atendimento pode ser considerado adequado. A definição relevante depende basicamente do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico.

Portanto, pode-se dizer que existe pobreza nas famílias com renda familiar que estão abaixo do nível mínimo necessário para atender às suas necessidades para se adequar aos grupos sociais em que vivem. Pobreza é considerada as ações das pessoas e o resultado de seu pensamento e interpretação. Portanto, pobreza decorre da desigualdade social.

Desigualdade e pobreza sempre fizeram parte da construção da história do país. Várias vezes foram incluídas na pauta de discussão. Porém, ainda não há medidas eficazes para resolver o problema. Garcia (2003, 9) adiciona:

Foram criadas riqueza e renda suficientes para produzir alterações significativas nas condições de vida da grande massa da população brasileira que é carente de tudo. No entanto, a riqueza existente, a produzida e a renda criada sempre foram apropriadas concentradamente por minorias que sofrem de um estado crônico de ganância infeciosa.

O estado tem a responsabilidade de regular a situação por meio de políticas públicas para reduzir a desigualdade. É bem conhecido que o mito da cultura da pobreza, segundo o qual os pobres não melhoram suas condições de vida porque não querem, desfaz-se, sempre na dura frieza das evidências empíricas e históricas. (ABRANCHES, 1998, 16)

Percebe-se que houve pouca mudança no desenvolvimento social do Brasil. Embora tenha havido muitas pesquisas e discussões sobre este tópico. Acontece que a Nova Lei de Processo Civil (2015) por meio da inovação tentou mudar isso, ainda assim a pobreza também afeta o judiciário e, mais especificamente, a execução a justiça dessas pessoas.

A defesa pública como instituição democrática e indispensável

A Constituição de 1988 revela o aspecto importante dessa instituição porque determina a expressão e os instrumentos dos regimes democráticos, portanto conforme explica, Silva (2014, 23):

A democracia que o Estado Democrático de Direito realiza há de ser um processo de conveniência social numa sociedade livre, justa e solidária (art.3º, I), em que o poder emana do povo, e deve ser exercido em proveito do povo, diretamente ou por representantes eleitos (art.1º, parágrafo único); participativa, porque envolve a participação crescente do povo no processo decisório e na formação dos atos de governo; pluralista, porque respeita a pluralidade de ideias, culturas e etnias e pressupõe assim o diálogo entre opiniões e pensamentos divergentes e a possibilidade de convivência de formas de organização e interesses diferentes da sociedade; há de ser um processo de liberação da pessoa humana das formas de opressão que tão depende apenas do reconhecimento formal de certos direitos individuais, políticos e sociais, mas especialmente da vigência de condições econômicas suscetíveis de favorecer o seu pleno exercício.

Em consequente:

O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Esta é cláusula que contém imposição constitucional. Não se diz que o Estado 'poderá prestar', ou que 'deverá prestar'. Diz que ele tem a obrigação de realizar a prestação determinada na norma constitucional. [...]. A assistência integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos vem configurada, relevantemente, como direito individual no art.5º, LXXIV. Sua eficácia e efetiva aplicação, como outras prestações estatais, constituirão um meio de realizar o princípio da igualização das condições dos desiguais perante a Justiça. Nesse sentido, é justo reconhecer que a Constituição deu um passo importante, prevendo, em seu art. 134, a Defensoria Pública como instituição essencial à função jurisdicional, incumbida da orientação jurídica e defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV.

Obviamente, não há outra forma de garantir que os direitos dos mais pobres sejam garantidos, a não ser por instituições que se empenham ativamente para atingir esse objetivo, por não possuírem o mínimo conhecimento jurídico. Obviamente, não se trata de uma tentativa de ignorar a importância de outras instituições no acesso efetivo à justiça, mas os defensores têm desempenhado esse papel de forma básica e priorizada, assim afirma Sadek (2004)

A igualdade democrática efetiva-se na atuação da Defensoria Pública. A assistência jurídica àqueles que não tem condições de pagar um advogado rompe as barreiras impostas pela estrutura econômica. Ou, em outras palavras, impede que a igualdade de todos perante a lei seja contaminada pelas desigualdades econômica e social. Por outro lado, a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos que não possuem recursos é condição básica para a solução de controvérsias de forma pacífica. Desta forma, o papel das Defensorias é absolutamente essencial para a realização de um Estado Democrático de Direito, assentado em princípios igualitários.

Portanto, a Defensoria Pública, em conjunto com outras instituições que têm funções básicas de justiça, deve promover a democratização e garantir que ninguém seja privado de assistência judiciária por falta de recursos sociais ou financeiros.

A Alegação do Estado Democrático de Direito

Bobbio (2004) define a democracia de forma que nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, de um modo especial, o direito de tornar-se maioria, em paridade de condições.

Alves (2014, 280) diz, *como função essencial a justiça, a Defensoria Pública possui a irrenunciável incumbência de garantir a perpetuidade da democracia e a continuidade da ordem jurídica, afastando a tendência humana ao autoritarismo e a concentração de poder.*

Subsequente, a Defensoria Pública realiza fiscalizações durante o processo eleitoral para controlar a legalidade, legitimidade e moralidade das ações administrativas e legislativas dos representantes eleitos pelo povo, e garante que o povo participe plenamente na administração nacional e na elaboração de leis, além de permitir que todos tenham acesso a uma justiça e o pleno efetivo de seu direito.

Estudos diagnósticos – Defensória Pública no Brasil

I Diagnóstico (2004)

No que diz respeito a Característica institucional, chegou à conclusão que mesmo havendo normais gerais para sua organização (LC 80/94), a instituição se mantém com características diferentes no país, especialmente, quanto a estrutura, orçamento e remuneração dos membros. E, a limitação da autonomia institucional da defensoria, bem como a capacidade de autogestão, por estar ligada ao poder executivo.

No que diz respeito à abrangência do serviço, foi concluído que: 1) o alcance do serviço é de 42,3 % das comarcas existentes, 57, 7% das comarcas não tem atendimento da defensoria. 2) os Estados com pouco desenvolvimento social são os menos favorecidos com o serviço de defensoria e piores são as assistências jurídicas. 3) em 2003, o número de defensores públicos no Brasil chegou há 5.310, mas ativos mesmo só estavam 3. 154. 4) a cada 100.000 habitantes existem 1,86 de defensor público e na mesma proporção de habitantes existem 7,7 juízes.

No que diz respeito aos gastos, há muitas divergências quanto às despesas por habitante com o sistema de justiça e defensoria pública. As unidades da Federação gastam R\$ 71,67 por habitante com o judiciário e R\$ 3,91 com a defensoria pública. As despesas nas unidades de federação com a defensoria variam entre R\$ 0,01 a R\$ 11,93 por habitante, ou de R\$ 0,02 a R\$ 15,71, por habitante que recebe até dois salários mínimos. Ficando assim, R\$ 108,00 o custo médio efetuado pela defensoria, variando nas unidades que tem pelo país de R\$ 27,40 a R\$ 432,30.

Quanto ao desempenho/produtividade, 76% das ações ajuizadas ou respondidas no país, pela defensoria, são de natureza civil e 24% são da esfera criminal. Quanto à produtividade, em 2003, cada defensor do país realizou 1594,3 atendimentos, com uma média de 308,2 ações cíveis e 112,8 ações criminais e participação em 298,7 audiências.

II Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil (2006)

A característica institucional, mais especificamente sua autonomia orçamentária, em 2003 45% das DPs, tinha iniciativa de proposta orçamentária e, em 2005, aumentou para 68%.

A respeito da Abrangência do serviço, em 2003, havia 5310 cargos, em 2005 esse número saltou para 6575, um aumento de 21,7%. Com a inauguração da defensoria em SP E RN aumentou o número total e cargos em 440, 400 apenas no estado de SP. Em comparação com os dados em 2003 houve um aumento de 11,50% do quadro, pois em 2005 havia 3624 defensores em atividade, aumentou 374 defensores em atividade.

Ainda em relação a Abrangência do serviço há de destacar os dados que dizem respeito ao número de comarcas atendidas e não atendidas pela Defensoria. 39,7% do total de comarca que existe no país tem atendimento da defensoria, 60,3% não contam com atendimento. Como mostrado no estudo I, os estados com maior índice de pobreza não possuem amparo da instituição. Ex: A Defensoria do Maranhão está presente em apenas 4,1% das comarcas. No diagnóstico I, em um total de 1973 comarcas existentes, a defensoria atendia 839 comarcas, num valor correspondente a 42,3% de comarcas atendidas. No estudo II foi constatado 2.510 comarcas pelo país, 996 eram amparadas pela entidade o que corresponde a quase 40% de cobertura de atendimento.

Em relação aos gastos da entidade, as unidades da federação, por ano, gastam com a defensoria R\$ 0,06 a R\$ 10,16 em média 5,10 por habitante (esse estudo tem como base crianças acima de 10 anos), ou de R\$ 0,06 a R\$ 11,27 R\$ 5,97 por habitante que ganha acima de 3 salários mínimos (o público alvo da instituição). O II estudo mostra também a comparação de gastos da federação no que diz respeito a poderes da justiça (judiciário e Ministério Público) e defensoria. A federação gasta

em média R\$ 71,30 com Judiciário, R\$ 25,37 com o MP por habitante e apenas R\$ 3,33 é enviado a Defensoria pública.

Seu desempenho/produtividade pode se notar nesse II estudo que, as ações ajuizadas ou respondidas de natureza civil, correspondem a 73%, conseqüentemente, de natureza criminal corresponde a 27%. No que tange sua produtividade, cada defensor público em 2005, efetuou 1.689 atendimentos, comparado a 2003 houve um aumento de 19% de atendimentos efetuados pela defensoria pública, sendo 4.523.771 em 2003 e e 6.565.616 em 2005.

III Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil (2009)

Em se tratando da Característica institucional, o III estudo nos mostra: 1) o número de defensores públicos gerais, com autonomia para criar cargos iniciais da carreira e serviços auxiliares teve um aumento, de 6 estados para 52% das Unidades da Federação. 2) em 925 das instituições houve um aumento da autonomia em relação ao poder executivo. 3) Nesse III estudo 10 defensoria contam com ouvidoria, 4 a mais que no estudo anterior.

Em relação à Abrangência do serviço, comparado a 2005, o número de defensores aumentou e 9,16% no ano de 2008. Em 2005 havia 6.575 cargos, no ano de 2008 subiu para 7.177. Comparando o aumento de cargos nos estudos anteriores, nesse estudo III teve um aumento de 23,92%.

No que tange aos gastos, assim como o III estudo, levou como base a população acima de 10 anos e com 3 salários mínimos, igual ao segundo estudo. A federação gastou com a defensoria em média no ano de 2008, um valor de R\$ 6,43 por habitante (maior que 10 anos), e RS 8,76 por habitante que ganha até 3 salários mínimos.

Não foi mostrado no III estudo a comparação de gastos com outras instituições de justiça, só apenas do poder judiciário e Ministério público nas unidades da federação, teve um gasto de 5,34% para o poder judiciário, 2,02 para o MP e 0,40 para a defensoria.

Quando ao Desempenho/ Produtividade houve um aumento de 66,59% de ações ajuizadas ou respondidas de 2006 até 2008. As de natureza civil correspondem a 84% das ações ajuizadas ou respondidas, um aumento de 11% comparado ao estudo anterior. Teve também um aumento na produtividade

comparado ao estudo II, em 2005 a média era de 1.689 atendimentos por defensor público, em 2008 esse número foi para 2.301. Outra visível mudança foi o número de acordos extrajudiciais na área cível no decorrer de três anos, 82.646 em 2006, 114.939 em 2007 e 136.480 em 2008.

IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil (2015)

O IV estudo, no que tange a Característica institucional, observou um aumento de proposta orçamentária das defensorias públicas estaduais, apenas 38% em 2009, das defensorias tinham essas propostas, já em 2014, esse número subiu para 88%. Infelizmente, na somatória de todas as propostas apresentadas, só 34,75% foram aceitas. Ficando bem explícito a limitação das defensorias estaduais perante o executivo estadual.

No que se refere a Abrangência do serviço, entre 2008 e 2014, o número de cargos de defensores públicos aumentou 27,8%. Em 2014, foi um total de 5.512 cargos preenchidos. Nesse ano de 2014 ainda, as defensorias atenderam a 1088 comarcas de 2.727 existentes representando 39,89% de abrangência do atendimento. No estudo anterior, no ano de 2008, a média de abrangência dos atendimentos foi de 42,72%. Então pode se notar que, mesmo os cargos ocupados tenham aumentado em 2014, os atendimentos as comarcas diminuíram se comparado a 2008.

No que corresponde aos Gastos/ pagamentos com cada possível pessoa que precisaria da defensoria, as entidades da federação gastaram de RS 6,28 a R\$ 150,87 com as pessoas acima de 10 anos e recebam ate 3 salários mínimos. Esse diagnóstico não mostrou a diferença de gasto com outros órgãos de justiça, nem comparação ao rendimento pelo Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública nas unidades da Federação.

Sobre ao Desempenho/ Produtividade, aumentou em 86% o número de ações ajuizadas e respondidas, entre 2009 a 2014, sendo 1.119.685 em 2009, 1.359.246 em 2010, 1.598.087 em 2011, 1.555.168 em 2012, 1.978.196 e 2013 e 2.078.606 em 2014. Outra visível mudança de aumento foi em questão ao número de atendimentos feitos pela defensoria estadual no período de 2009 a 2014, sendo 3.762.606 em 2009, 5.060.331 em 2010, 6.497.047 em 2011, 7.352.275 em 2012, 8.167.155 e 2013 e 10.380.167 em 2014, um aumento de 176%.

O mais importante, sobre a produtividade, infelizmente diminuiu. Em 2008 em média cada defensor realizou 2.057 atendimentos, no ano de 2014 esse número caiu para 1.869 atendimentos, nenhum outro estudo tinha mostrado uma diminuição no quesito de produtividade, mesmo com um aumento de defensor público. Então, pode se concluir que, como diminuiu a cobertura de atendimentos, isso influenciou a redução da produtividade, já que tem profissionais em locais que não tem um aumento de demanda.

Conclusão

O artigo em teve como finalidade abordar o tema da efetividade do acesso à justiça no Brasil e como a Defensoria Pública exerce um papel significativo no estado democrático de direito e na justiça para todos. Buscando assim, esclarecer as questões pertencentes ao tema, sua tipificação na nossa legislação, bem como a efetividade da Lei, ou seja, as limitações para efetivação no atual contexto social.

É necessário que o poder público formule políticas sociais para que todos consigam acessar o judiciário, não só acessar como também que seja garantindo, às pessoas que necessitam, uma atenção igual ao particular. As políticas públicas e investimentos do Estado são essenciais para que as pessoas conheçam o direito que elas possuem e assim poderem ir buscá-lo.

Em relação ao tema abordado, muitas pessoas sequer sabem da possibilidade de acessar o judiciário sem custas financeiras e essa falta de informação dificulta o estado democrático de direito. A Defensoria é fundamental para que isso aconteça; é por meio dela que o cidadão que não tem condições de pagar um advogado consiga ter seu direito resguardado. Como foi mostrado na pesquisa, ainda faltam verdadeiros investimentos da defensoria para que ela consiga alcançar a todos e dê um serviço de boa qualidade.

A luta para o acesso à justiça sempre foi constante, e aos poucos, ela foi evoluindo ao ponto de que todos consigam ter esse acesso, mesmo aqueles que não têm recursos financeiros para as demandas judiciais. Essa luta não pode parar, tendo em vista que ainda assim o plano orçamentário para a Defensoria Pública é menor que o do Poder Judiciário e Ministério Público. É o investimento necessário para efetivar uma justiça de qualidade para todos.

Referências Bibliográficas

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 2004.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1988.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política**: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira. Campinas: Armazém do Ipê, 2006

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Estudo Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, 2004.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **II Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, 2006.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **III Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, 2009..

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça - Secretaria de Reforma do Judiciário, 2015.

REIS, Gustavo A. S; ZVEIBIL, Daniel G.. **Comentários à lei da Defensoria Pública**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SILVA, José A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**, 2008.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Guarda compartilhada entre genitor e avós: direito dos netos

Shared custody between parents and grandparents: grandchildren's right

Amanda Manzatti Neves¹
Cibele Rodrigues²
João Geraldo Nunes Rubelo³
Helton Laurindo Simoncelli⁴

RESUMO

O presente artigo visa analisar a possibilidade de compartilhar a guarda entre um dos pais e os avós. Nesse contexto, passa-se pelo conceito e principiologia do Direito de Família e sobre o poder familiar. Estuda-se também o conceito e as características da guarda, analisando as suas modalidades e sua fixação em prol do melhor interesse do menor. Por fim e não menos importante, passando antes pelo direito de visitas dos pais e dos avós, chega-se ao estudo do tema central do artigo: a possibilidade de fixação da guarda compartilhada entre o genitor e os avós, explanando sobre como a jurisprudência vem enfrentando o tema para ver, ao final, sobre a plena possibilidade de estabelecimento dessa modalidade de guarda.

Palavras-chave: Avós, Direito de Família, Guarda Compartilhada

ABSTRACT

This article aims to analyze the possibility of sharing custody between a parent and grandparents. In this context, the concept and principles of Family Law and family power are discussed. The concept and characteristics of custody are also studied, analyzing its modalities and its fixation in favor of the minor's best interest. Last but not least, going through the right of parents and grandparents to visit, comes the study of the central theme of the article: the possibility of establishing shared custody between the parent and grandparents, explaining how the jurisprudence comes facing the theme to see, at the end, about the full possibility of establishing this type of custody.

Keywords: Grandparents, Family Right, Shared Custody

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar o tema da guarda dos filhos menores, mais precisamente aquela compartilhada entre um dos pais e os avós. O ponto central está na questão da guarda dos filhos na ausência de um dos genitores. A indagação a ser feita é se os avós, diante da ausência do genitor ou da genitora, podem compartilhar a guarda da criança e do adolescente. Assim, para se chegar ao objetivo final, este artigo será dividido em três capítulos.

¹ Acadêmica do 10º termo do curso de Direito no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

² Professora; Doutora em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da USP; Docente no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

³ Filósofo e Mestre em Geografia; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁴ Coordenador do curso de Direito e Mestre em Direito do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

No primeiro capítulo serão estudados o conceito, as características e os princípios aplicáveis ao Direito de Família, fazendo-se uma necessária explanação sobre os principais deles, bem como passando pelo estudo do instituto do poder familiar, suas características, como a irrenunciabilidade, a intransferibilidade, a inalienabilidade e a imprescritibilidade, bem como as obrigações e os direitos que emanam desse poder, pois os filhos têm o dever de obediência e os pais têm o dever de assegurar o bem-estar dos filhos.

Será visto que, tratando-se o poder familiar de um dever dos pais visando ao melhor interesse dos filhos menores, caso deixem de cumprir essas incumbências podem incidir nas hipóteses de suspensão ou extinção do poder familiar.

Por sua vez, no segundo capítulo serão vistos os principais aspectos sobre a guarda, analisando suas espécies, unilateral, compartilhada e alternada, vantagens e desvantagens, contextualizando o assunto com o princípio-mor do melhor interesse da criança e do adolescente.

Finalmente, ao adentrar no tema objeto do presente trabalho, serão analisados os principais aspectos do direito de visitas dos pais e dos avós e que a guarda compartilhada deve sempre estar em consonância com as reais necessidades dos menores, explicando-se que a definição da modalidade de guarda deve ser avaliada em cada caso concreto, considerando as peculiaridades de cada núcleo familiar, em respeito ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente.

Chegando-se ao ponto final do estudo, ver-se-á que os Tribunais já vêm aplicando, corretamente, a guarda compartilhada entre o genitor e os avós, cumprindo a determinação constitucional da proteção integral e do respeito ao melhor interesse do menor.

Direito de Família

A família é um núcleo de pessoas que se cuidam e promovem a autonomia uns dos outros, pois se encontra na encruzilhada da cultura atual e da sociedade moderna, sendo a mesma modelada através dos tempos. Entende-se por família o conjunto de pessoas que possuem grau de parentesco entre si e vivem na mesma casa, formando um lar.

No âmbito do Direito de Família também existem princípios, os quais podem ser definidos como a base, origem ou fundamento em que se assenta qualquer

matéria, os quais têm a função de nortear, trazendo o ponto de partida para determinado assunto. Estabelecem parâmetros ao intérprete, na medida em que orientam a solução de conflitos.

Em análise dos institutos do Direito Privado contidos na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), será vista a extrema importância que se deve atribuir à constitucionalização do Direito de Família, expressão que designa o fator de inclusão do Direito Civil no âmbito constitucional, possibilitando sua efetiva aplicabilidade no que se refere aos temas sociais jurídicos de grande importância.

Nesse sentido, de rigor analisar os princípios aplicáveis ao Direito de Família, iniciando-se pela dignidade da pessoa humana. Com o passar dos anos, notou-se que os valores mudaram e foram inseridos no texto constitucional, igualando os cônjuges e todos os filhos, advindos ou não desta relação, garantindo assim o desenvolvimento da dignidade de cada um deles.

É o princípio mais importante do Direito de Família e do Direito como um todo, pois abrange os demais existentes, ou seja, é o princípio dos princípios. Dispõe o artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal (BRASIL, 1988), que o Estado Democrático de Direito tem a dignidade da pessoa humana como um de seus fundamentos, demonstrando sua extrema importância para o valor atribuído a todos os seres humanos.

Por sua vez, outro princípio é o da liberdade, que é decorrência da dignidade da pessoa humana. Essa é a ideia da doutrinadora Dias, 2016:

A liberdade e a igualdade foram os primeiros princípios reconhecidos como direitos humanos fundamentais, de modo a garantir o respeito à dignidade da pessoa humana. O papel do direito é coordenar, organizar e limitar as liberdades, justamente para garantir a liberdade individual. Parece um paradoxo. No entanto, só existe liberdade se houver, em igual proporção e concomitância, igualdade. Inexistindo o pressuposto da igualdade, haverá dominação e sujeição, não liberdade (DIAS, 2016, p. 75).

Tal princípio se mostra cada vez mais presente nas relações familiares, assegurando ao indivíduo a liberdade de escolha sobre qual tipo de união deseja, seja ela hétero ou homossexual, a dissolução do matrimônio por circunstâncias que tornam a vida em comum insuportável, dentre outras opções existentes.

A solidariedade familiar está prevista no artigo 3º, inciso I, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), o qual impõe ao Estado, como objetivo fundamental da República, o dever de assegurar a todos uma sociedade solidária.

Tratando-se de solidariedade, entende-se ser ela um laço que une os membros da família reciprocamente, ou seja, é o dever de cuidado entre os cônjuges ou companheiros e os filhos, seja material ou moralmente.

A solidariedade que se refere aos filhos se atribui no dever de sustento, guarda e educação até a fase adulta, para que seja desenvolvida a personalidade de cada um. Sob o aspecto material, a solidariedade é tratada como umas das razões pela qual existe o direito de alimentos entre os membros da família, para que possam viver de maneira digna, o que evidencia como os princípios da solidariedade e da dignidade se encontram diretamente ligados.

O princípio da igualdade entre os filhos criou uma revolução no conceito de família legítima, uma vez que os filhos havidos fora do casamento eram considerados ilegítimos, vistos com discriminação por parte da sociedade.

Com o advento da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em seu artigo 227, §6º, passou-se a tratar de forma igualitária não apenas os filhos advindos do casamento, como também os adotados, ficando superada a discriminação contida na legislação anterior.

Assim, atualmente não se admite qualquer forma de discriminação da sociedade no tocante à filiação.

O princípio da igualdade entre cônjuges e companheiros está consagrado no §5º do artigo 226 da Constituição Federal de 1988: *Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher* (BRASIL, 1988), pondo fim ao poder marital, possibilitando que a mulher exerça tarefas que antes eram destinadas somente ao chefe (homem) da sociedade conjugal.

Nota-se que a igualdade entre o homem e mulher atribuiu a essa última uma série de direitos, como, por exemplo, o de pleitear alimentos ao seu cônjuge ou companheiro, e o contrário também – o cônjuge ou companheiro pode pleitear alimentos em face da mulher.

Segundo Gonçalves, a igualdade completa entre os cônjuges se deu com o advento da Constituição Federal de 1988, que dispôs que a sociedade conjugal seria exercida igualmente pelo homem e pela mulher. (GONÇALVES, 2021)

A mesma igualdade existente no casamento está presente na união estável, pois essa foi reconhecida como entidade familiar pelo artigo 226, §3º, da Constituição Federal de 1988. (BRASIL, 1988)

O princípio do melhor interesse da criança e do adolescente visa garantir o respeito aos interesses da criança e do adolescente pelo Estado, pela sociedade e por sua própria família, uma vez que o artigo 227, *caput*, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) estabelece ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A proteção da criança e do adolescente se refere a direitos fundamentais que têm por objetivo a garantia do desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social para que nessa fase tão importante eles se desenvolvam de forma plena.

Pelo princípio da afetividade, os laços que unem os membros de uma família passam a ter o mesmo valor que recebem os parentes consanguíneos, gerando mudanças significativas na doutrina e na jurisprudência.

São esses os ensinamentos de Dias (2009 *apud* DIAS 2016, p. 85), a qual identifica na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) quatro fundamentos essenciais:

*(a) a igualdade de todos os filhos independentemente da origem (CF 227 § 6.º); (b) a adoção, como escolha afetiva com igualdade de direitos (CF 227 §§ 5.º e 6.º); (c) a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, incluindo os adotivos, com a mesma dignidade da família (CF 226 § 4.º); e (d) o direito à convivência familiar como prioridade absoluta da criança, do adolescente e do jovem (CF 227) (DIAS 2009 *apud* DIAS 2016, p. 85).*

Assim, protegem-se os novos modelos de família que estão surgindo, ganhando cada vez mais força, tendo como finalidade assegurar a dignidade da pessoa humana a todos os seres, independentemente de sua situação familiar.

Já a função social da família pode ser definida conforme a previsão do artigo 226, *caput*, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), ao dispor que a família é a base sociedade, tendo proteção especial do Estado, ou seja, ela é a célula mãe, de onde emanam cidadãos para a sociedade como um todo.

Um exemplo de função social da família seria o parentesco civil decorrente da parentalidade (mãe e pai) socioafetiva, podendo servir também para afastar a desnecessária discussão da culpa em alguns processos de separação (para os que

ainda a consideram existente), ou admitir outros motivos para a separação (por exemplo, casos de infidelidade pela *internet*).

No âmbito do poder familiar, necessário trazer à colação a lição de Gonçalves:

Modernamente, graças à influência do Cristianismo, o poder familiar constitui um conjunto de deveres, transformando-se em instituto de caráter eminentemente protetivo, que transcende a órbita do direito privado para ingressar no âmbito do direito público. Interessa ao Estado, com efeito, assegurar a proteção das gerações novas, que representam o futuro da sociedade e da nação (GONÇALVES, 2021, p. 416).

Portanto, cabe aos pais proteger seus filhos e lhes assegurar um crescimento saudável no âmbito familiar, e assim estarão cumprindo os direitos e deveres que lhes são impostos.

O poder familiar possui algumas características essenciais, quais sejam, é irrenunciável, intransferível, inalienável e imprescritível, e pode decorrer tanto da parentalidade natural como da filiação legal e da socioafetiva, bem como as obrigações que ele origina são personalíssimas.

No estudo deste instituto observa-se que ele constitui um múnus público de interesse do Estado, pois este fixa normas para seu exercício e bom desempenho, ou seja, é um poder-dever de ordem pública.

Consoante a legislação brasileira, com fundamento na Constituição Federal (BRASIL, 1988), os pais possuem deveres quanto à pessoa de seus filhos, que são vistos quando do exercício do poder familiar, sempre visando à proteção da pessoa que se encontra em desenvolvimento.

Dentro desse contexto, compete aos pais, quanto à pessoa dos filhos menores, o dever de dirigir a criação e educação dos filhos menores, que para Gonçalves é o mais importante de todos:

Incumbe aos pais velar não só pelo sustento dos filhos, como pela sua formação, a fim de torná-los úteis a si, à família e à sociedade. O encargo envolve, pois, além do zelo material, para que o filho fisicamente sobreviva, também o moral, para que, por meio da educação, forme seu espírito e seu caráter (GONÇALVES, 2021, p. 421).

A problemática é no sentido de que os pais não têm só o dever de zelar pelo sustento material dos filhos, mas também, por meio da educação, contribuírem para a formação de uma pessoa de caráter. A não obediência a esse dever pode acarretar a perda do poder familiar. A perda desse poder não isenta os pais do sustento dos

filhos, havendo a obrigação de prestar alimentos mesmo que estejam em poder somente da mãe.

Tê-los em sua companhia e guarda é um dever-direito que cabe a ambos os pais, pois a quem cabe criar incumbe guardar. Também incumbe aos pais representá-los, até os 16 anos, nos atos da vida civil, e assisti-los, após essa idade e até completarem os 18 anos, nos atos em que forem partes, suprindo-lhes o consentimento.

Reclamar os filhos de quem ilegalmente os detenha, por meio de ação de busca e apreensão, também faz parte do poder familiar. Outra característica do poder familiar é exigir que os filhos prestem obediência e respeito aos pais, além dos serviços próprios de sua idade e condição, sem prejuízo de sua formação.

Tratando-se o poder familiar de um dever dos pais buscando o interesse dos filhos menores, caso deixem de cumprir esse dever que lhes incumbe pode ocorrer a suspensão ou a extinção do poder familiar.

Segundo afirma Dias, o Estado moderno é legitimado a entrar no interior da família para defender os filhos menores que ali vivem, reservando-se lhe o direito de fiscalizar o adimplemento de tal encargo, sob pena de suspensão ou até mesmo extinção do poder familiar. (DIAS, 2016)

Portanto, deixando de cumprir com seus deveres em relação aos filhos, os pais sofrerão a intervenção estatal, a fim de assegurar a proteção das crianças e dos adolescentes, que pode ocorrer por meio das hipóteses de suspensão e extinção do poder familiar.

A suspensão constitui uma sanção aplicada aos pais pelo não cumprimento dos deveres que lhe são inerentes. Trata-se de medida menos grave que a extinção, pois sujeita a revisão. Sendo temporária, a suspensão permanecerá enquanto se achar necessária, ou seja, deixando de existirem os motivos que levaram à suspensão, volta o pai ou a mãe, ou ambos, a exercer o poder familiar.

Diversamente da suspensão, a extinção do poder familiar é a sanção de maior abrangência, pois se trata de uma infração a um dever mais relevante para a vida da criança. Na definição de Dias, veja o conceito de extinção do poder familiar: *A perda do poder familiar é sanção de maior alcance e corresponde à infringência de um dever mais relevante, sendo medida imperativa, e não facultativa.* (DIAS, 2016, p. 796)

Por decisão judicial extingue-se o poder familiar do pai ou da mãe que castigarem imoderadamente o filho, deixarem-no em abandono, praticarem atos contrários à moral e aos bons costumes, incidirem, reiteradamente, nas faltas previstas no artigo 1.637 do Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002) e entregarem de forma irregular o filho a terceiros para fins de doação.

Da guarda: administração e afetividade

Tem-se que a guarda é um dos atributos do poder familiar, que é direito e dever exercido por ambos os genitores, em igualdade de condições, não se alterando com a ruptura do relacionamento, seja o casamento ou união estável.

A guarda unilateral ou uniparental ocorre quando o filho menor fica com a mãe ou com o pai, aquele que revele melhores condições para exercê-la, ou seja, no exercício da guarda, significa atender o melhor interesse da criança, e que mais aptidão tenha para propiciar aos filhos afeto nas relações com ele e com o grupo familiar, saúde, segurança e educação ou por terceiro, sendo predeterminado os períodos de visita de um ou do outro que não detém a guarda. Geralmente, a opção de tal modelo ocorre quando não existe um bom relacionamento entre os pais, principalmente mesmo após a separação.

Nesse modelo, é dever do genitor guardião a responsabilidade de criar, educar e decidir sobre todas as questões de interesse do menor, sem precisar consultar o outro genitor, cabendo ao outro guardião a fiscalização das decisões tomadas, e, se necessário pode buscar ajuda do poder judiciário para resolver questões para melhor interesse do menor.

No tocante à guarda compartilhada, é novo instituto que surgiu para atender ao melhor interesse dos filhos e também dividir a responsabilidade de criação e educação dos filhos entre os pais. A guarda compartilhada permite o convívio familiar, sempre visando atender às necessidades dos filhos no que se refere ao seu bem-estar.

De acordo com Gonçalves, 2021:

Trata-se, naturalmente, de modelo de guarda que não deve ser imposto como solução para todos os casos, sendo contraindicado para alguns. Sempre, no entanto, que houver interesses dos pais e for conveniente para os filhos, a guarda compartilhada deve ser incentivada. Esta não se confunde com a guarda alternada, em que o filho passa um período com o pai e outro com a mãe. Na guarda compartilhada, a criança tem o

referencial de uma casa principal, na qual vive com um dos genitores, ficando a critério dos pais planejar a convivência em suas rotinas quotidianas e, obviamente, facultando-se as visitas a qualquer tempo. Defere-se o dever de guarda de fato a ambos os genitores, importando numa relação ativa e permanente entre eles e seus filhos. [...] A guarda compartilhada pode ser estabelecida, portanto, mediante consenso ou determinação judicial. Caso não convencionalizada na ação de separação, divórcio ou dissolução da união estável, pode ser buscada em ação autônoma. Também pode ser requerida por qualquer dos pais em ação própria (GONÇALVES, 2021, p. 283).

Trata-se do novo instituto de guarda jurídica que, no Brasil, foi regulamentado em 2008, na qual ambos os genitores têm a responsabilidade legal sobre os filhos menores, compartilhando todas as atividades importantes relativas à vida do menor como: educação, criação, afeto, cuidado, ao mesmo tempo e na mesma intensidade, embora vivam em lares separados.

O princípio determinante do novo instituto é o melhor interesse do menor e a continuidade da convivência familiar, através do bom relacionamento do pai e da mãe, visando prioritariamente ao bem-estar físico e psicológico do menor.

O Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002) impõe ao magistrado, em caso de separação judicial e de divórcio, o dever de zelar pela relação de proximidade entre o menor e o genitor ao qual a guarda não foi concedida, devendo o juiz recusar a homologação de acordo omissivo nesse sentido e fixar os dias de convívio entre o genitor privado da guarda e o filho.

A seu turno, a guarda alternada consiste na entrega da guarda jurídica e material para ambos os pais, no entanto, de forma alternada e em épocas determinadas. Desse modo, os dois genitores poderão exercer de forma integral o poder familiar, no tempo em que for determinado a eles.

Ressalta-se que os períodos podem ser anuais, mensais ou semanais, dependendo do acordo. Finalizado o prazo, as funções se invertem, passando, assim, para o outro genitor a guarda do menor.

A guarda compartilhada tem como objetivo manter o exercício comum da autoridade parental, mesmo após a ruptura do laço conjugal, proporcionando a cada um dos genitores o direito de participar das decisões importantes relacionadas à vida dos filhos.

O direito de convivência com ambos os genitores é a principal vantagem da guarda compartilhada. O desenvolvimento social e psicológico é primordial para que as crianças cresçam num ambiente familiar de forma saudável.

O bem-estar físico e emocional do filho é ponto fundamental na guarda compartilhada, pois atende as necessidades básicas da prole. Observa-se que a guarda compartilhada apresenta vantagens não só aos filhos, como também aos pais.

Dias, 2016 diz que a guarda conjunta ou compartilhada significa:

[...] mais prerrogativas aos pais, fazendo com que estejam presentes de forma mais intensa na vida dos filhos. A participação no processo de desenvolvimento integral dos filhos leva à pluralização das responsabilidades, estabelecendo verdadeira democratização de sentimentos (DIAS, 2016, p. 883).

A ideia central é manter os laços de afetividade amenizando os efeitos que a separação sempre acarreta nos filhos e possibilitar o exercício da função parental de forma igualitária, exercendo assim, o princípio da igualdade previsto na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que preceitua a igualdade do homem e da mulher, garantindo que o poder familiar deve ser exercido em condições iguais de direitos e deveres, além de proporcionar uma aproximação sadia e importante na relação materna e paterna, onde ambos estão visando ao bem estar do filho.

Como já visto em linhas anteriores, esse postulado traduz a ideia de que, na análise do caso concreto, o aplicador do direito, ou seja, advogado, defensor público, promotor e juiz, deve buscar a solução que proporcione o maior benefício possível para a criança ou adolescente, que dê maior concretude aos seus direitos fundamentais. No estudo da colocação da criança ou do adolescente em família substituta, o princípio do melhor interesse se faz presente de forma marcante.

Direito dos avós em relação aos netos e Direito de visitas dos pais e avós

Toda pessoa tem o direito de conviver e de manter laços afetivos, não sendo limitado somente ao âmbito dos pais e dos filhos, devendo também ser estendido a outros parentes.

O rompimento do casamento (e/ou da união estável) extingue os direitos e deveres relativos aos cônjuges, mas não se estende, porém, aos direitos e deveres referentes aos filhos.

As visitas precisam ter regras específicas quanto aos dias, intervalo entre uma e outra, horário de retirada e de entrega dos filhos, além de outras disposições.

É nesse sentido a lição de Boschi (2011, p. 07), *para quem o direito à visita deve ser estabelecido em quantos dias, o intervalo existente entre eles, e qual deve ser o horário para pegar e entregar os filhos, entre outros elementos necessários.*

A regulamentação de visitas dos avós ocorreu inicialmente na França e após na Espanha, alavancando-se, posteriormente, também pela Europa, dando início a decisões jurisprudenciais e previsão em diplomas legais, atingindo todos os demais países.

O direito de visitas busca manter o vínculo de um convívio familiar quando existe o rompimento da família, fato que deve ser analisado quando pesar o desenvolvimento dos filhos que estão sofrendo com o processo de separação e necessitando de proteção integral.

A Lei 12.398 de 28 de março de 2011 (BRASIL, 2011) consolidou novas regras para o exercício do poder familiar, ampliando os direitos e deveres para uma maior parcela dos membros familiares, uma vez que adicionou o parágrafo único ao artigo 1.589 do Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002): *O direito de visita estende-se a qualquer dos avós, a critério do juiz, observados os interesses da criança ou do adolescente.*

A inovação legal tornou incontroversa a importância do relacionamento entre avós e netos, e a fundamental importância do convívio entre eles para um melhor desenvolvimento da criança.

Mais precisamente no âmbito da guarda compartilhada com os avós, nas últimas décadas, doutrina e jurisprudência têm buscado o resguardo do interesse dos filhos nos conflitos familiares, período em que a legislação pátria passou por avanços consideráveis. Entretanto, à medida em que a legislação avança, é necessário que a interpretação dessas se venha acompanhando as mudanças ocorridas na sociedade.

Assim, atualmente o §5º do artigo 1.584 do Código Civil (BRASIL, 2002) deve ser aplicado com a observância do princípio constitucional da supremacia do interesse do menor, sendo de rigor a análise sistemática do dispositivo, uma vez que não há previsão expressa sobre a guarda compartilhada entre pais e avós.

A propósito, uma convivência contínua da criança com os avós, aliada à ausência de um dos pais, é fator de extrema relevância para a decretação da guarda compartilhada entre avós e o genitor supérstite. Conforme Venosa, [...] *a guarda*

poderá ser deferida aos avós [...] da criança e do adolescente, desde que haja ambiente familiar compatível. (VENOSA, 2006, p. 293)

O Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002) impõe ao magistrado, em caso de separação judicial e de divórcio, o dever de zelar pela relação de proximidade entre o menor e o genitor ao qual a guarda não foi concedida, devendo o juiz recusar a homologação de acordo omisso nesse sentido e fixar os dias de convívio entre o genitor privado da guarda e o filho.

Considerando que em casos específicos os avós têm o dever legal alimentar em relação aos netos, impõe-se indagar se não teriam também o direito, quando não o dever, de exercer a guarda compartilhada dos netos (que porventura estejam privados da companhia de um dos pais) quando o genitor supérstite não possuir condições (materiais/financeiras/temporais) para prestar toda a assistência e atenção aos menores, em sua peculiar condição de seres em desenvolvimento.

Por que não é possível a um pai, que reconheça suas limitações, compartilhar a responsabilidade sobre os menores com os avós, se tal agir inequivocamente contribui para o bem-estar da prole?

Nesse contexto, os avós são figuras de relevo e essenciais para restabelecer o equilíbrio psíquico e psicológico dos menores, proporcionando-lhes, pela guarda compartilhada, uma relação de continuidade com a própria família de origem quando um dos seus pais vem a falecer.

Muito embora o §5º do artigo 1.584 do Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002) preveja a hipótese de conferir a guarda do menor a uma pessoa que não seja o seu genitor, inexistente referência à modalidade de guarda (se será conjunta ou compartilhada). E a interpretação restritiva da norma conduz à conclusão de ser impossível compartilhar a guarda quando essa é deferida a terceiro.

O que se percebe da nova redação dos artigos 1.583 e 1.584 do Diploma Civil (BRASIL, 2002) é que a norma pretendeu reservar só aos pais o direito de compartilhar responsabilidades.

Porém, com base nos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade, da continuidade das relações familiares, da convivência familiar e do melhor interesse do menor, entende-se que a guarda de uma criança, conforme as suas carências e a necessidade do genitor supérstite, pode ser compartilhada entre este e os avós (pais do genitor falecido).

Isso porque, muitas vezes, o maior interesse da criança e do adolescente, privado da presença de um dos seus pais, é completamente respeitado quando o outro genitor, que enfrenta dificuldades, compartilha a guarda com os avós daquele. Caso seja necessário, o menor tem direito a que sua guarda seja compartilhada entre o genitor supérstite e os avós.

Nesse cenário, sendo possível a guarda pelos avós, nada impede, ao contrário, tudo recomenda que seja estabelecida a guarda compartilhada entre um dos pais e os avós, desde que a medida se revele apta a preservar o melhor interesse do menor.

O Poder Judiciário tem recebido grande número de processos de modificação de guarda ajuizados pelos avós guardiães dos netos. A esse respeito, veja-se a interpretação externada pelo Superior Tribunal de Justiça:

Civil e processual. Pedido de guarda compartilhada de menor por tio e avó paternos. Pedido juridicamente possível. Situação que melhor atende ao interesse da criança. Situação fática já existente. Concordância da criança e seus genitores. Parecer favorável do ministério público estadual. Recurso conhecido e provido. I. A peculiaridade da situação dos autos, que retrata a longa coabitação do menor com a avó e o tio paternos, desde os quatro meses de idade, os bons cuidados àquele dispensados, e a anuência dos genitores quanto à pretensão dos recorrentes, também endossada pelo Ministério Público Estadual, é recomendável, em benefício da criança, a concessão da guarda compartilhada. II. Recurso especial conhecido e provido (BRASIL, 2010).

Assim, a conclusão é de que a guarda compartilhada entre os avós e um dos genitores, ao proporcionar um maior convívio familiar, bem como a maior participação de todos na criação e na educação dos menores, revela-se como o modelo que leva à efetivação do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente.

Considerações finais

Viu-se que o Direito das Famílias atualmente encontra seu sustentáculo na Constituição Federal (BRASIL, 1988), a qual é responsável por implantar definitivamente um Direito Civil de matiz constitucional, diferente do que ocorria, outrora, na vigência do Código Civil de 1916 (BRASIL, 1916), até 1988.

Nessa linha de raciocínio, foi editado o Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002), seguindo todos os paradigmas impostos pela Constituição Cidadã, o que foi objeto de estudo na presente monografia.

Ademais, segundo o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), é dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Foi possível analisar que a família deixou de ser compreendida como núcleo econômico e reprodutivo tão somente, avançando para uma compreensão socioafetiva da entidade familiar, surgindo novas representações sociais, distintas daqueles outrora simbolizados nos casos de relacionamentos interpessoais de outros tempos. Por tudo isso, a família é o lugar adequado em que o ser humano nasce inserido, merecendo especial proteção do Estado.

Mostrou-se que na guarda unilateral é dever do genitor guardião a responsabilidade de criar, educar e decidir sobre todas as questões de interesse do menor, sem precisar consultar o outro genitor.

Já a respeito da guarda compartilhada viu-se que consiste no instituto que surgiu para atender ao melhor interesse dos menores e também dividir a responsabilidade de criação e educação dos filhos entre os pais, uma vez que a guarda compartilhada privilegia o convívio familiar, sempre tendo como norte as necessidades dos filhos no que se refere ao seu bem-estar.

No tema central do presente artigo, pôde-se ver que, na falta de um dos genitores, não há qualquer vedação a que os avós exerçam a guarda compartilhada dos netos conjuntamente com o genitor supérstite, uma vez que tal medida privilegia a proteção integral dos menores e atende ao seu melhor interesse.

E considerando que a família, a sociedade e o Estado, após o advento da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), passaram a ter responsabilidades quanto à proteção das crianças e dos adolescentes, surge a guarda compartilhada como uma das formas que melhor atende ao melhor interesse dos menores.

Referências Bibliográficas

BOSCHI, Fábio B. **Direito de visita**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL, Constituição Federal. **Constituição da República Federativa**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 set. 2021.

_____, Lei nº 3.071 de 1 de janeiro de 1916. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm>. Acesso em: 20 set. 2021.

_____, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 20 set. 2021.

_____, Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.147.138-SP**. Relator: Ministro Aldir Passarinho Junior, Brasília, 11 de maio de 2010.

DIAS, Maria B. **Manual de direito das famílias**. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

GONÇALVES, Carlos R. **Direito Civil Brasileiro: Direito de Família**. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2021, v. 06.

VENOSA, Sílvio de S. **Direito Civil: Direito de Família**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

O servidor público e a proposta de emenda à constituição PEC 32

The public servant and the proposed amendment to the constitution PEC 32

Rogério Mendonça Ferreira ¹
Cláudio Aparecido Bonfim Trevizan ²
João Geraldo Nunes Rubelo ³
Helton Laurindo Simoncelli ⁴

RESUMO

Este artigo tem como objeto de estudo a reforma administrativa e as modificações legislativas na forma organizacional do Estado. Tendo em foco o ingresso do servidor na administração pública, o objetivo proposto para este estudo é realizar uma comparação da investidura em cargo, emprego, ou função pública através de concurso público, na legislação vigente, em face da contratação do servidor através de processo seletivo simplificado, proposto pela PEC 32. Estas duas realidades convergem para a legislação que nós temos e o que se propõe na reforma administrativa, e quais serão os seus efeitos para o funcionalismo público, comparando os resultados na legislação de dois países, o Reino Unido e a França.

Palavras-chave: Reforma Administrativa, Servidor Público

ABSTRACT

The object of this article is the administrative reform and legislative changes in the organizational form of the State. Focusing on the entry of civil servants into public administration, the objective proposed for this study is to make a comparison of the investiture in public office, employment, or function through public competition, in the current legislation, against the hiring of civil servants through a simplified selection process, proposed by PEC 32. These two realities converge on the legislation we have and what is proposed in the administrative reform, and what will be its effects for the civil service, comparing the results in the legislation of two countries, the United Kingdom and France.

Keywords: Administrative Reform, Civil Servant

Introdução

Esse artigo estudará o que é a reforma administrativa do Estado, procurando enfrentar a legislação vigente e o teor da Proposta de Emenda à Constituição PEC 32, para poder demonstrar o que se pode alcançar com essa mudança, caso aprovada pelo Congresso Nacional, e as suas implicações no funcionalismo público.

¹ Acadêmico do 10º termo do curso de Direito no centro Universitário Católico Salesiano Auxilium- UniSalesiano Campus Araçatuba/SP.

² Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba/SP.

³ Filósofo e Mestre em Geografia. Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO de Araçatuba

⁴ Coordenador de curso de Direito e Mestre em Direito do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO de Araçatuba.

Dentre outras propostas, a PEC 32 propõe o processo seletivo simplificado, e simultaneamente, fragiliza os servidores públicos, retirando-lhes a estabilidade, e como consequência, por um lado, ficaria mais fácil o ingresso no funcionalismo público por processo seletivo, mas, por outro lado, ficaria mais fácil a saída dos servidores que não terão a estabilidade.

De fato, são reconhecidos o concurso público e a formação profissional como uma estratégia ou forma privilegiada para a aquisição de conhecimento do saber fazer e agir, e os méritos exigidos para a investidura nos cargos, empregos, ou função pública.

Portanto, é um tema delicado, colocado pelo Governo Federal, que atrai tanta atenção, ainda mais se considerarmos a sua abrangência e o impacto sobre a estrutura dos serviços públicos no país.

Avaliando o impacto da PEC32, e o servidor público no direito comparado do Reino Unido e da França, pretende-se, comparar e avaliar a importância do servidor público desses países que contribui para a introdução de mudanças nos serviços públicos de outros países.

Os conceitos de servidor público

São vários os conceitos ou definições que têm sido dados a respeito do servidor público, entre os mais importantes citaremos os seguintes:

Meirelles (2016, p.80) entende que *os servidores públicos são subespécies do gênero agentes públicos administrativos*. Assim, torna-se imperioso conceituar agentes públicos e agentes administrativos, para conceituar o servidor público.

Os agentes públicos repartem-se inicialmente em cinco espécies ou categorias bem diferenciadas, a saber: agentes políticos, agentes administrativos, agentes honoríficos, agentes delegados e agentes credenciados, que, por sua vez, se subdividem em subespécies.

O agente público é toda pessoa física que desempenha, definitiva ou transitoriamente, alguma função estatal, ou em outras palavras, é toda pessoa física que presta serviços ao Estado e às pessoas jurídicas da administração indireta.

Para Di Pietro (2019, p. 1216) os agentes públicos se classificam em:

A pessoa que presta serviços ao Estado, às pessoas jurídicas da Administração Pública Indireta e às pessoas jurídicas de direito privado instituídas pelo Estado. Os agentes públicos podem ser classificados em quatro grandes grupos: 1) agentes políticos; 2) servidores públicos; 3) militares; 4) particulares em colaboração com o poder público.

Assim, servidor público é o agente público em sentido amplo. Medauar (2018, p. 256) define o servidor como:

Na linguagem técnico-jurídica reina confusão, parecendo difícil fixar com nitidez o sentido das diversas expressões existentes. A Constituição Federal dá preferência à expressão “servidores públicos”, com a qual intitula uma seção; usa também o termo “servidor” em quase todos os dispositivos da matéria. Assim, a Constituição Federal atribui a essa locução o sentido amplo, que tradicionalmente se conferia à expressão “agentes públicos”, para abranger todos aqueles que mantêm vínculo de trabalho com o Poder Público. Em textos legais menos recentes, é dado sentido amplo à expressão “funcionário público”, pois era a de uso mais frequente antes da Constituição Federal de 1988, por exemplo, o art. 327 do Código Penal.

O servidor público estatutário é um servidor do Estado, designado por disposição da lei para ocupar cargo, emprego ou função pública mais elevada da estrutura orgânica para assumir funções de representação, iniciativa, decisão e comando.

Para Mello (2015), são as mais simples e indivisíveis unidades de competência exercida por um agente, previstas em número certo, com denominação própria, retribuídas por pessoas jurídicas de direito público e criadas por lei.

É interessante observar que, no grande âmbito dos servidores públicos, existe uma classificação, que pode levar ao estabelecimento de uma hierarquia que distingue alguns servidores de outros, conforme as funções que cada um desempenha, da qual que, na prática, e no cotidiano, utiliza-se o termo “funcionário público” para todos os funcionários da administração pública.

O Concurso público, o estágio probatório, e a estabilidade

Os cargos públicos são ocupados por servidores públicos admitidos através do concurso público, e cumprido o estágio probatório de 3 (três) anos, garantindo assim a estabilidade.

A regra disposta na CF em seu Título III, Capítulo VII, Seção II que trata dos Servidores Públicos, determina a forma de ingresso, a estabilidade, a formação técnica e o sistema de seleção por mérito.

Segundo Araújo (2018), o concurso público é, portanto, requisito formal essencial para o ato administrativo de provimento em caráter efetivo de cargo ou de preenchimento de emprego público, sem o qual o ato é nulo.

Mello (2015, p. 287) destaca que:

O que a CF visou com os princípios da acessibilidade e do concurso público foi, de um lado, ensejar a todos iguais oportunidades de disputar cargos ou empregos na Administração direta e indireta. De outro lado, propôs-se a impedir tanto o ingresso sem concurso, ressalvadas as exceções previstas na Constituição, quanto obstar a que o servidor habilitado por concurso para cargo ou emprego de determinada natureza viesse depois a ser agraciado com cargo, ou emprego permanente de outra natureza, pois esta seria uma forma de fraudar a razão de ser do concurso público.

Para além destes aspectos, sobre as exceções Mello (2015, p. 284) enfatiza que:

A Emenda Constitucional 51/06, incluiu um § 5º no art. 198 (regulamentado pela Lei 11.350/06), por força do qual ficou prevista a admissão de agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias mediante processo seletivo público. Ninguém sabe exatamente o que seja "processo seletivo público". Esta expressão surgiu para designar, no passado, o concurso efetuado para admissão a empregos (isto é, quando se tratava de cargos a serem providos).

O Estágio probatório é o período que antecede a estabilidade, concedida ao servidor que ingressa na Administração Pública ou a quem tenha sido provido em outro cargo. O servidor público está sujeito à avaliação especial de desempenho durante o período de (3) três anos, findo o qual será concedida a nomeação definitiva.

Rigolim (2012, p. 94) defende que:

O concurso, por mais acurado e extensivo que tenha sido, é de fato incapaz de assegurar só por si que todos os aprovados detenham capacidade física e sanidade mental — nem sempre de fácil apuração — exigidas para o cargo. E às vezes o próprio exame médico também o é, restando ao estágio probatório oferecer mais informações sobre o servidor.

A estabilidade consiste no direito constitucional a não perda do cargo, senão pelas razões estabelecidas na própria CF. Assim, a estabilidade é um direito com finalidade de garantia.

Para ter a estabilidade, segundo Rossi (2020), é necessário bom desempenho durante o período de estágio probatório, e avaliação especial de desempenho por Comissão instituída para essa finalidade. art. 41, § 4º, da CF.

Em resumo, a estabilidade, que possui regime jurídico constitucional, é fruto do Poder Constituinte; consubstancia-se em um direito e obedece ao princípio da continuidade. Já o estágio probatório, que possui regime jurídico administrativo, é fruto do Poder Legislativo; consubstancia-se em um dever; e obedece ao princípio da eficiência.

A proposta da PEC 32

Segundo o novo modelo de administração pública proposta pelo governo, a forma de gerir e manter os serviços públicos é interagir e colaborar, captar e incentivar talentos, e inserir o Brasil no mundo da produtividade.

Modesto (2020) ilustra bem o que vem sendo exposto:

Há uma federalização do regime dos servidores em vários aspectos da matéria (remuneração acesso a cargos comissionados, carreira etc.). A proposta para a nova redação do Art. 39 prevê que Lei complementar federal disporá sobre normas gerais sobre os seguintes temas: I - gestão de pessoas; II - política remuneratória e de benefícios; III - ocupação de cargos de liderança e assessoramento; IV - organização da força de trabalho no serviço público; V - progressão e promoção funcionais; VI - desenvolvimento e capacitação de servidores; e VII - duração máxima da jornada para fins de acumulação de atividades remuneradas.

Já é de domínio público, a reforma administrativa elaborada no âmbito da PEC 32, que atualmente está pronta para entrar na pauta de votações no Plenário (PLEN).

Com a PEC 32, havia a oportunidade em trazer para o debate o texto que aprimoraria a legislação existente acerca do servidor público, mas tecnicamente, o texto apresentado tem diversos equívocos do direito administrativo, do direito econômico, do direito constitucional, das leis complementares, dos estatutos e de técnicas legislativas. Portanto, ela deve passar por adequações para poder dar sustentação à legislação infraconstitucional, que deverá vir depois.

Para Oliveira (2020):

A PEC 32 possui graves problemas em sua forma e em seu conteúdo. Quanto à forma, ela foi encaminhada ao Congresso Nacional e não passou por um

debate ampliado entre o Governo, os especialistas, universidades, as entidades de classe do funcionalismo público, seus respectivos sindicatos, bem como pela sociedade civil organizada. No que diz respeito ao conteúdo, a PEC 32 ataca principalmente os servidores e empregados públicos das áreas da saúde e educação, esquecendo os demais âmbitos da Administração Pública. Ela não versou sobre as normas gerais sobre a administração pública direta e indireta, as entidades paraestatais e as de colaboração, etc. Ela focou exclusivamente nos servidores, empregados públicos e na organização administrativa muito pouco.

Pochmann (2020), em entrevista a agência câmara, pondera que a reforma não parece ter um objetivo de longo prazo e adota um modelo de contratação que vigorou na República Velha, antes de 1930, quando os gestores tinham liberdade para contratar sem concurso.

Nós estamos jogando fora, na verdade, um patrimônio, um ativo, que demorou muitos anos para ser construído. No meu modo de ver, é um equívoco imaginarmos que esse receituário vai oferecer qualquer perspectiva de melhora. Pelo contrário, ao que parece é que nós estamos tendo como futuro a volta ao passado.

No ingresso por seleção simplificada, haverá vínculo por prazo determinado, que substituirá a contratação temporária, e ainda cargos de liderança e assessoramento, em substituição a cargos comissionados e funções gratificadas.

Lucchesi (2021, p.50) diz que:

Há, no entanto, uma significativa alteração: atualmente os cargos de confiança são destinados às funções de direção, chefia e assessoramento. Além destas hipóteses, a PEC 32/2020 prevê que os cargos de liderança podem ser destinados também para atribuições técnicas, o que alarga consideravelmente a possibilidade de admissão de servidores sem concurso em toda a Administração Pública. De igual forma, não haverá mais a exigência de que parte dos cargos em comissão deve ser exercida por servidores de carreira em percentuais a serem previstos em lei, o que dará margem para que o gestor preencha 100% dos cargos de liderança com pessoas não concursadas ou que não tenham vínculo algum com a Administração pública.

Pela proposta da PEC 32, a categoria Serviços Exclusivos, no que lhe concerne, abrange os setores do Estado responsáveis pelo fomento, regulamentação e fiscalização, sendo aquelas categorias que exercem atribuições relacionadas à expressão do Poder Estatal, não podem ter convênios com a iniciativa privada, e serão protegidos do corte de despesas de pessoal.

Quanto aos setores que continuarão no organograma do Estado e manterão a estabilidade, são os Poderes Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público, e todos os setores do Executivo relacionados com a formulação e planejamento de políticas públicas.

A avaliação de desempenho

Os números que o Governo Federal apresentou ao entregar a PEC 32, é que no serviço público federal, 0,4% dos servidores não são admitidos após o estágio probatório, sendo praticamente um instrumento pró-forma que existe hoje, e precisa ser aprimorado pelo vínculo de experiência, para que aqueles que sejam investidos no cargo sejam de fato servidores que demonstraram uma aptidão uma adequação do seu perfil profissional.

Segundo a Agência Câmara de Notícias, na reforma administrativa, o líder do governo defendeu a possibilidade de demitir os servidores que não tiverem o desempenho adequado e de premiar os que trabalham melhor, o que não é possível hoje.

A Constituição Federal prevê 3 condições da perda da estabilidade, crime, processo administrativo disciplinar (PAD); e a reprovação nas avaliações de desempenho durante o estágio probatório, incluída na Emenda Constitucional no 19, mas nunca foi regulamentada.

Oliveira (2020) entende que:

É fato que demissões por insuficiência de desempenho tem um nível percentual muito baixo, mesmo no setor privado. No entanto, para quem acompanha o debate sobre a reforma esse parece ser o ponto crucial a ser modificado e, não é. O foco nesse tema reforça um discurso que surgiu com força na campanha presidencial de 1990, de combate aos marajás, e tem servido para desqualificar os servidores e a administração pública.

A regulamentação da avaliação de desempenho precisa funcionar primeiramente para poder de fato gerir o desempenho dos servidores para aprimorá-los, mas também para aqueles casos que tendem a ser mínimos de insuficiência reiterada de desempenho, possa efetivamente haver o desligamento do servidor.

De acordo com Quintino (2020):

Poderá ser feito o desligamento do servidor por sentença judicial (de órgão colegiado, não necessário ser transitada em julgado) e será enviado um projeto de lei para regulamentar a avaliação de desempenho e permitir o desligamento por insuficiência.

O mais adequado profissionalmente seria uma avaliação de desempenho começando no estágio probatório, avaliação de desempenho para o ingresso, avaliação de desempenho para o critério de remuneração diferenciada, e avaliação de desempenho para a dispensa por falta de qualificação.

No artigo de Pimenta (2021), O ministro da Economia Paulo Guedes, em audiência na Câmara dos Deputados, salientou que os servidores públicos devem passar por avaliações periódicas antes de ganharem a estabilidade.

Carnaúba (2021, p.22) diz que se aprovada, a PEC 32 cria as seguintes categorias de servidores públicos pós 1988:

- a) Os que ingressaram no serviço público antes da EC 19/98;*
- b) Os que ingressaram posteriormente; entretanto, ambos com estabilidade.*
- c) Os servidores que exercem cargos típicos de Estado, também dotados de estabilidade.*
- d) Os servidores de vínculo indeterminado, que não exercem cargos típicos de Estado e que não possuem estabilidade.*

O ideal é que a PEC 32 consiga aprimorar e inserir no texto Constitucional essa possibilidade de valoração da avaliação de desempenho desde o início da carreira, isso de fato teria um grande resultado, e alguns instrumentos jurídicos hoje disponíveis já poderiam funcionar, inclusive no que diz respeito, por exemplo, ao estágio probatório que é de 3 (três anos), para se chegar à estabilidade.

O Servidor Público do Reino Unido

A extensão de funcionários de um Estado como parte do serviço público no Reino Unido, apenas os servidores da Coroa (funcionários do Governo Nacional) são referidos como funcionários públicos, ao passo que os funcionários das Autoridades Locais (condados, cidades e administrações semelhantes) são geralmente designados por funcionários da administração pública local.

Fisher (1998, p. 181) explica essa distinção:

Sempre houve uma distinção legal entre os órgãos públicos que eram agentes e servidores da Coroa e os que não eram. Até a Lei do Parlamento do Reino Unido de 1947, o primeiro não podia ser processado em tribunal, enquanto o último podia. Ironicamente, mas talvez típico da constituição britânica, o único órgão chamado Agentes da Coroa não tinha imunidade da Coroa. Há uma série de exceções na Lei de Processos da Coroa, que permite que certos órgãos públicos (por exemplo, as forças armadas) mantenham imunidade legal. Mas, geralmente, a lei deu às pessoas o direito de reparar os erros cometidos por organizações públicas.

O serviço civil no Reino Unido inclui funcionários da Coroa, do Governo Central, funcionários não parlamentares ou funcionários do governo local.

Wright (1999, p.242) os descreve como:

Um funcionário público é um funcionário da Coroa que trabalha em uma competência civil que não é: o titular de um cargo político (ou judicial); ou detentor de certos outros cargos em relação a cujo mandato foi feita provisão especial; um funcionário da Coroa a título pessoal, pago pela classificação civil.

Dado que os funcionários são contratados pela Coroa, e não por departamentos individuais, podem ser transferidos entre departamentos sem formalidade e sem perda de direitos laborais. É bastante comum que um grande número de funcionários públicos passe a trabalhar para um departamento totalmente diferente com apenas algumas horas de antecedência.

Esta é a parte inusitada do serviço público britânico, pois eles não despedem ninguém. Eles sempre preferem movê-los para outro lugar, o que é muito estranho. (Riddell, 2019)

“A Coroa” cumpre no plano nacional o mesmo papel que o “Estado” desempenha no plano internacional. O Executivo representa a Coroa / Estado. A Coroa e o Estado perduram; governos vêm e vão. “A Coroa”, pelo menos para este propósito, não inclui a Sua Majestade, portanto, aqueles empregados pela Monarca não são funcionários públicos.

O Servidor Público da França

A expressão Servidor Público designa todas as pessoas que ocupam empregos civis no Estado, autarquias, hospitais públicos ou estabelecimentos com

missão de serviço público na França. Os funcionários públicos estão sujeitos a vários regimes jurídicos. Alguns são titulares, outros são contratados.

Pochard (2015, p.02) os define como:

O funcionário público pode ser definido como todos os agentes empregados pelas autoridades públicas (o Estado, as autoridades locais), para realizar a diversidade de suas missões (administração geral, defesa, segurança, justiça, educação, saúde, etc.). A maioria desses funcionários são funcionários públicos, ou seja, eles se beneficiam do estatuto dos funcionários públicos; mas alguns deles são funcionários não titulares (ANT), e outros são abrangidos por regras específicas que podem ser assimiladas ao serviço público, tais como trabalhadores do estado ou profissionais hospitalares. Entretanto, esta definição não é suficiente para explicar o que a função pública representa na França. Uma dimensão mais funcional, ou mesmo finalista, deve ser acrescentada, relacionada ao papel a ela atribuído.

Num sentido mais restrito, nomeadamente na linguagem jurídica, o funcionário público refere-se a todos os agentes com estatuto de servidores públicos. Eles são divididos em níveis hierárquicos e em numerosos órgãos que geralmente correspondem aos diferentes setores das profissões.

Naçabal *et al* (2017, p.54) distingue a situação dos funcionários públicos:

A ética, os direitos e obrigações dos funcionários públicos preservam a centralidade do estatuto: os acordos coletivos não são obrigatórios e certas disposições legais são aplicáveis aos agentes contratuais. A legislação de ética, construída sobre uma lógica de unidade, preserva as especificidades da função pública territorial e, de modo mais geral, da função pública, embora seja possível às vezes fazer algumas comparações com o direito do trabalho.

Na França, os funcionários públicos são mais frequentemente recrutados por concurso, e classificados em um grau da hierarquia administrativa do Estado. Eles mantêm os seus empregos para toda a vida, a menos que o profissional renunciar, ou ser demitido por má conduta.

Na linguagem comum, o termo funcionário público se aplica a um grupo maior de pessoas que trabalham em serviços públicos.

Pochard (2011, p.25) assim os descreve:

É certo que os servidores públicos ainda não são funcionários como os demais, porque não estão a serviço de interesses particulares, mas do interesse público, sendo de certa forma a manifestação do poder público na condução das políticas públicas, e que têm a este respeito em particular as

prerrogativas do poder público. Devem, portanto, ser os garantidores do respeito pelos princípios e objetivos da ação pública. Daí, regras muito específicas para o exercício das suas funções, em particular a sua submissão ao poder hierárquico e obrigações estritas em matéria de neutralidade, reserva na expressão, desinteresse e deontologia mais geral. Mas, simultaneamente, os funcionários públicos têm cada vez mais atributos que são comuns a eles com outros trabalhadores. Cada vez mais, tendemos a aplicar as mesmas regras a eles. Também não faltam profissões sujeitas a regras éticas que, por vezes, são igualmente exigentes.

A função pública Francesa, em sentido estrito, inclui todos os agentes que ocupam postos permanentes do Estado, autarquias locais (municipal departamental ou regional).

Molinié, (2011, p.115), compara os números de funcionários públicos:

Em 31 de dezembro de 2007, a função pública tinha 5,3 milhões de funcionários, ou seja, 21% do emprego total (assalariado e não assalariado) na França. Desse total, os funcionários públicos correspondem por quase 75%, os trabalhadores contratuais por mais de 20%, e outros funcionários, trabalhadores estatais, auxiliares de creche nas autoridades locais e médicos em hospitais públicos, que estão sujeitos a regimes legais específicos, por cerca de 4% do total. Em alguns ministérios, como o de Cultura, mais da metade do pessoal é contratual! O Estado não é o único interessado: os hospitais e as autoridades locais também empregam muitos funcionários contratuais. A proporção de pessoal não permanente na função pública local é atualmente de 23,5%.

Em direito, porém, deve ser feita uma distinção, entre os funcionários públicos, entre o pessoal estatutário, por um lado, e o pessoal contratual, por outro. Mas ainda é necessário diferenciar os funcionários e seu respectivo estatuto e os funcionários não efetivos. Além disso, o pessoal contratual pode ser abrangido tanto pelo direito privado como pelo direito público.

Conclusão

O regime jurídico dos servidores públicos é o conjunto de princípios e regras referentes a direitos, deveres e demais normas que regem a sua vida funcional. No âmbito de cada pessoa política, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, há um Estatuto, denominado regime jurídico Estatutário.

Com a reforma administrativa PEC 32, levanta-se uma questão primordial: a alteração do regime de contratação, mesmo que indispensável para o desenvolvimento do país em diversas áreas, pode também elevar o fosso existente entre os servidores recém-contratos sem estabilidade e os já existentes com

estabilidade, sem falar na diferença daqueles admitidos por concurso público e aqueles admitidos por outras modalidades de contratação.

Nessas novas modalidades de contratação, a administração pública poderá adotar como prática comum à renovação sucessiva de eventuais contratos de prestação de serviços, muitas vezes sem que a necessidade institucional seja tecnicamente determinada, ignorando suas limitações regulatórias, e para o funcionário contratado por esta modalidade de contratação, pela sua natureza, de forma alguma representará estabilidade laboral do mesmo, nem direito adquirido de vínculo permanente, que poderá ser rescindido a qualquer tempo, o que não ocorre com o servidor público estatutário que possui estabilidade no emprego e muitos privilégios que já são tacitamente consagrados na Constituição e no estatuto.

O tratamento dado a cada uma das instituições do Estado é de notável variedade, e a forma de classificação das suas instituições difere de uma lei para outra. Se somarmos a essa dispersão normativa, a proposta da reforma administrativa e as revogações tácitas há um retrocesso notavelmente.

Em outras palavras, não houve um estudo detalhado sobre quais Leis deveriam ser reformadas ou revogadas para que não se opusessem às novas que serão promulgadas, e que dará à nova regra, o caráter Constitucional e a faz prevalecer sobre todas as normas gerais ou especiais que a ela se opuserem, e mais uma vez, propondo uma reforma administrativa com mecanismos jurídicos e formais complementares, uma problemática que não pode ser resolvida dessa maneira.

As particularidades e relevâncias do tema parecem perpetuar antigas formas de administração pública. A este nível, constata-se que é necessário promover um debate mais amplo, o que implica uma atualização das estatísticas e dos conceitos propostos pela reforma administrativa, e o funcionalismo público deve ser entendido como uma garantia de justiça social estabelecida pela Constituição Federal.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Edmir N. **Curso de direito administrativo**. 8. ed. São Paulo : Saraiva, 2018.

BRASIL, **Proposta de Emenda à Constituição PEC 32/2020**. Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>. Acesso em: 20 de nov. de 2021.

CARNAÚBA, Aline S. L. **O Apartheid Inconstitucional no Serviço Público Brasileiro**, Org.: Renee do Ó Souza, Reforma Administrativa, Mizuno, 2021.

DI PIETRO, Maria S. **Direito administrativo**. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

FISHER, Carlos M. **Resource allocation in the public sector: values, priorities and markets in the management of public services**. London: Routledge, 1998.

LUCCHESI, Humberto C. **Reforma Administrativa. Que segurança jurídica nós temos, que segurança jurídica nós queremos?** Belo Horizonte: 2021

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo moderno**. 21. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

MEIRELLES, Hely L. **Direito administrativo brasileiro**. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

MELLO, Celso A. B. **Curso de Direito Administrativo**. 32. Ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

MODESTO, Paulo. **PEC 32 Notas Sobre a Proposta de Emenda Constitucional da Reforma Administrativa da Gestão Bolsonaro**,

BRASIL. ANO 2020 NUM 473. Disponível em:

<http://www.direitodoestado.com.br/colunistas/paulo-modesto/pec-32-notas-sobre-a-proposta-de-emenda-constitucional-da-reforma-administrativa-da-gestao-bolsonaro>. Acesso em: 20 out 2021.

MOLINIÉ, Agnès V. **Les fonctionnaires contre l'Etat: Le Grand Sabotage**. Paris: Éditions Albin Michel, 2011.

NAÇABAL, Sylvie.; MARQUES, Suzanne.; DAVID, Philippe.; GHEBBI, Chloé.; ESPINASSE, Frédéric. **Le congé bonifié des fonctionnaires territoriaux**. Centre interdépartemental de gestion de la petite couronne de la région Ile-de-France (CIG petite couronne): DILA, 2017.

OLIVEIRA, Antônio M. A. **Essa tal de PEC da Reforma Administrativa**. Le Monde Diplomatique Brasil. | Brasil 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/essa-tal-de-pec-da-reforma-administrativa>. Acesso em: 31 out. 2021.

OLIVEIRA, Ricardo **O debate sobre a reforma administrativa**, Poder 360. BRASIL 2020. Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/opinia0/economia/o-debate-sobre-a-reforma-administrativa-por-ricardo-de-oliveira/> . Acesso em: 20 nov. 2021.

PIMENTA, Guilherme. **Guedes defende avaliação do servidor público antes de ganhar estabilidade**, Jota, BRASIL 2021. Disponível em:

<https://www.jota.info/tributos-e-empresas/mercado/guedes-estabilidade-servidor-publico-11052021>. Acesso em: 20 nov. 2021

POCHARD, Marcel. **La Fonction Publique, Quelles Évolutions?** Cahiers Français. Paris: La documentation Française, Direction de l'information légale et administrative, 2015.

POCHARD, Marcel. **Les 100 mots de la fonction publique. Que Sais Je**. France: Presses Universitaires de France, 2011.

POCHMANN, Márcio. Agência Câmara. **Economistas ressaltam que grande parte dos gastos com servidores são despesas essenciais**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/705584-economistas-ressaltam-que-grande-parte-dos-gastos-com-servidores-saodespesas-essenciais/>. Acesso em: 30 out. 2021.

QUINTINO, Larissa. **O que muda no funcionalismo público com a reforma administrativa**. Revista Veja. Acervo Online 2020. Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/economia/o-que-muda-no-funcionalismo-publico-com-a-reforma-administrativa/> Acesso em: 30 out. 2021.

RIDDELL, Peter. **15 Minutes Of Power The Uncertain Life Of British Ministers**. London: Profile Books Ltd, 2019.

RIGOLIN, Ivan B. **Comentários ao regime único dos servidores públicos civis** 7. ed. rev. e atual. — São Paulo: Saraiva, 2012.

ROSSI, Licínia. **Manual de direito administrativo**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

WRIGHT, Tony. **The British political process**. London: Routledge, 1999.

PSICOLOGIA

Dispositivos de controle presentes nas universidades: uma análise dos impactos na vida de discentes que performam no feminino

Control devices at universities: an analysis of the impacts on the life of students who perform in the feminine

Ariel Masucato Rodrigues¹
Igor Matheus Caldeira Brassioli²
Joicimar Cristina Cozza³

RESUMO

Este artigo busca analisar os dispositivos de controle que estão presentes nas universidades diretamente ligados a corpos que performam no feminino e quais impactos estão continuamente ligados a estes, visando não só uma análise institucional das relações de poder, mas também as marcas que atravessam esses sujeitos acerca de sua história, por meio da análise foucaultiana e de entrevistas heteroautobiográficas semiestruturadas, feitas com dois corpos que se identificam com a performance de gênero no feminino que estudam na instituição UniSalesiano Católico Auxilium localizada na cidade de Araçatuba/SP.

Palavras-Chave: Dispositivos de Controle, Performance de Gênero, Heteroautobiografia

ABSTRACT

This article seeks to analyze the control devices that are present in universities directly linked to bodies that perform femininity and which impacts are continuously linked to these, aiming not only at an institutional analysis of power relations, but also the marks that cross these subjects about its history, through a Foucaultian analysis and semi-structured hetero-autobiographical interviews carried out with two subjects who identify with the gender performance in women who study at the institution Unisalesiano Católico Auxilium located in the city of Araçatuba/SP.

Keywords: Control Dispositives, Gender Performance, Heteroautobiography

Introdução

De acordo com Foucault (2014), em todos os tipos de sociedade, o corpo está sujeito a formas de dominação e controle que lhe impõe limitações, proibições e obrigações, sendo para ele as sociedades modernas definidas por sociedades disciplinares. Mas, foi a partir do século XVIII que as disciplinas se tornaram formas gerais de dominação. Inicia-se então o tempo em que se passa a olhar as futilidades, os detalhes, as coisas menores e as subjetividades para então melhor domesticar e controlar o homem, de acordo com as necessidades do Estado.

¹Acadêmico do 10º termo de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba

²Acadêmico do 10º termo de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba

³Professora do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Salesiano Campus Araçatuba, Doutoranda em Educação pela UNESP de Marília, Mestra em Medicina Preventiva/Saúde Coletiva pela FMUSP/SP, Especialista em Violência Doméstica pela USP/SP

Sendo assim, a escola se molda como uma máquina do poder disciplinar, da mesma forma como as prisões e os hospitais, percebendo-se na escola os funcionamentos do poder disciplinar e os mecanismos que buscam o controle dos corpos. Esses corpos ingovernáveis, que chamam atenção pela sua relação com a produção de indisciplinas, são alvos dos mecanismos de espaço fechado, do sistema de notas, das catracas para conter o fluxo de passagem, dos horários e do sistema de fileiras, para melhor domínio e utilidade das forças dos corpos. Notam-se os funcionamentos do poder disciplinar, os mecanismos que buscam o controle dos corpos, que chamam a atenção pela sua relação com a produção de indisciplinas, sendo esses mecanismos o espaço fechado, para melhor domínio e utilidade das forças dos corpos, como, por exemplo, as catracas para conter o fluxo de indivíduos que saem e entram na instituição, observados pelos porteiros, com horários determinados para entrada e saída, o sistema de notas que cria um sistema hierárquico, pois segrega, define e classifica o bom e o mau aluno, e as relações poder-saber exercidas na interação entre professor e aluno.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar suas sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. (FOUCAULT, 2014, p. 135).

O poder disciplinar não tem forma, ele é invisível, torna o sujeito um objeto para o funcionamento da máquina social, tendo como moldes disciplinares normas e regras que definem seu encaixe ou não a normalidade.

A noção de performatividade é um termo da socióloga pós-estruturalista estadunidense Judith Butler que provém da ideia de que o gênero é algo que foge dos padrões heteronormativos e binários.

Um corpo é performativo quando produz uma série de efeitos em um dinâmica de poder que se renova à medida que os discursos se constroem. Portanto, sexo e gênero são constituídos a partir de um contexto cultural. Sendo assim, há todo um construtivismo em torno do sexo e do gênero, normas que são ditadas por padrões ditos normais e aceitáveis que são formados a partir de visões biológicas, religiosas e culturais. Nesse contexto, há corpos que não se identificam e não se encaixam nesses padrões. (COLLING, ARRUDA, NONATO 2019 apud BUTLER, 2001)

De acordo com Recke (2018, p.95), *existe uma ideia preconcebida de correntes filosóficas feministas advindas de pensadoras como Simone de Beauvoir de que o gênero seja uma construção cultural e o sexo é uma vertente oposta e dita “natural” baseando--se em enunciados médicos e biológicos, criando assim uma ruptura entre sexo e gênero.* Neste ponto, Butler ousa com sua controversa afirmação de que não há distinção entre sexo e gênero, desconstruindo toda a ideia que se tinha de categorias opositivas (ou dicotômicas) e hierárquicas que estariam inscritas na longa tradição metafísica, tais como: essência/aparência; natureza/cultura; imaterial/material; alma/corpo. (RECKE, 2018)

Ainda de acordo com Recke (2018, p.96), *o problema que Judith Butler identifica em se tomar o gênero como uma espécie de substância ou de determinar que o gênero seja uma forma de essência do sujeito[...].o gênero não é um atributo do sujeito.* Também não é uma essência ou substância que define o sujeito. Gênero, para Butler, não pode ser entendido como algo fixo, dado, a priori. Gênero é algo constituído a partir de atos que se repetem.

Butler conceitua o gênero como performativo. E é pela própria natureza performativa do gênero, que identificamos uma tendência à naturalização. Deste modo, o gênero é performativo porque é constituído pela estilização de atos repetitivos. Ora, são justamente tais atos repetitivos e estilizados que, ao longo do tempo, construíram contraditoriamente a ideia de que o gênero é um atributo natural do ser. É isso que dá a aparência de substancialidade. (RECKE, 2018, p.97)

Vale distinguir expressividade e performatividade. De acordo com a interpretação de Fernanda Raquel, quando Butler se refere à expressividade entende-se a ação já dada a ser expressa, enquanto [performatividade] é uma ação a ser constituída. *Essa distinção nos ajuda a entender que o conceito de performatividade evidencia o fato de que o gênero não possui caráter de essência ou substância que pertença ao sujeito, mas se trata de algo que o sujeito performa.* (RECKE, 2018 *apud* RAQUEL, 2016, p.125) É nesse sentido que Butler afirmar que o gênero é performativo. De acordo com Butler, o gênero demonstra ser performativo, quer dizer, constituinte da identidade que pretende ser ou simula ser. Nesse sentido, *o gênero é sempre um fazer embora não um fazer por um sujeito que se possa dizer que preexista ao feito.* (RECKE, 2018 *apud* BUTLER, 2015, p.25)

Quando é dito sujeitos que performam no feminino, a já citada heteroautobiografia não se sujeitará a analisar os discursos apenas dos que se identificam como mulheres, mas também de homens que ao performarem hábitos preestabelecidos por uma sociedade patriarcal como femininos, sentem-se potencialmente marginalizados e fragilizados.

Pode-se observar uma certa influência de Foucault nas obras de Butler, mais precisamente na obra *História da Sexualidade* publicada no ano de 1993, em que o autor define o sexo como efeito dos poderes exercido sobre o corpo, dando abertura para a autora Judith Butler criar seus escritos sobre gênero e sexualidade.

Para analisar os dados e identificar os processos que atravessam os corpos, foi utilizado da heteroautobiografia, conceito criado pela historiadora, professora, pesquisadora e feminista brasileira Margareth Rago. A técnica consiste em coletar retalhos narrativos do sujeito, retalhos esses que nos conduzem a um entendimento acerca da história do indivíduo, suas trajetórias, seus desejos, as forças que o atravessam, visando acima de tudo produzir um espaço de escuta. Neste espaço buscam-se as falas de si e silêncios, no hibridizar dos corpos narram-se e escutam-se, produção heteroautobiográfica. (POLIZEL, 2018 *apud* RAGO, 2013) *Essa heteroautobiografia é um movimento que se afasta do padrão, é nômade, vai para todos os cantos e não vai a nenhum ao mesmo tempo.*

*Hetero acerca de dois corpos distintos que se encontram; biográfico conforme um dos corpos narra suas vivências, buscando lugares, espaços-tempo, sentimentos, percepções para contar; autobiográfica conforme o ouvinte reconhece o outro, criando um espaço de escuta permitindo a mistura dos dois corpos que se encontram; heteroautobiográfica, conforme ambos (des)(re)memoram suas vivências, se reconhecem juntos, se escutam juntos, escrevem juntos, produzem juntos esses retalhos. (POLIZEL, 2018 *apud* RAGO, 2013)*

A técnica expressa as vivências e as marcas deixadas nas relações de poder, marcas essas que são registros dos processos de subjetivação e da verdade discursiva.

A análise do discurso

As noções de discurso para Michel Foucault diferem da visão superficial e de senso comum que se tem sobre o tema, que basicamente as resumem em uma mensagem proferida oralmente em determinado local e para um público específico.

Foucault buscou esmiuçar e olhar por um viés crítico o poder e influência que o discurso gere sobre corpos e consequentemente na sociedade, o filósofo analisará as práticas discursivas na prática.

Mas o que há assim de tão perigoso nas pessoas falarem, qual o perigo dos discursos se multiplicarem indefinidamente? Onde é que está o perigo? (FOUCAULT, 1996, p. 8). A indagação que foi feita por Foucault na aula inaugural sobre a Ordem do Discurso no Collège de France, serve como ponto de partida para entender a complexidade de enunciados e a capacidade que os discursos tem de criarem saberes. De acordo com (FISCHER 2001 *apud* FOUCAULT 1986, p.133) *não há enunciado que não esteja apoiado em um conjunto de significados, mas o que importa é que esses signos se caracterizam por quatro elementos básicos: um referente (ou seja, um princípio de diferenciação. Um sujeito (no sentido de "posição" a ser ocupada), um campo associado (isto é, coexistir com outros enunciados) e uma materialidade específica, por tratar de coisas efetivamente ditas, escritas, gravadas em algum tipo de material, passíveis de repetição ou reprodução, ativadas através de técnicas, práticas e relações sociais.*

Funcionando como uma engrenagem que exerce através das relações de poder, os discursos produzem verdades, normas, sempre suprindo interesses sociais, manifestando-se para ditar o que e quais ações e práticas serão aceitas ou expurgadas, o que vai ser proibido e o que vai ser permitido, o que é normal e o que é patológico, formulando assim a subjetividade.

A noção de subjetividade aqui utilizada é a suplementada por Foucault, que a entende como um efeito de modos de subjetivação e [...] *a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo [...].* (ALVES; PIZZI, 2014 *apud* FOUCAULT, 2006, p. 236)

Segundo ALVES; PIZZI (2014) inevitavelmente a subjetividade é influenciada pelas relações de poder, e não se pode analisar uma sem levar a outra em consideração. Para Foucault, o poder não tem um caráter apenas opressor e dominador, mas também é um construtor de sujeitos e é exatamente esse o ponto onde subjetividade e poder se cruzam: na formação de indivíduos.

Retalhos Narrativos

Retalhos, vários fragmentos que se tira de algum corpo, é a partir desse conceito que a análise deste trabalho se baseou, retalhos narrativos de corpos que há tempos são fragilizados e hostilizados, corpos de estudantes universitários que além de serem atravessados por normas e regras institucionais, são atravessados e desvalorizados por normatividades sociais. A metodologia usada no trabalho foi a qualitativa, buscamos entender aspectos singulares e subjetivos dos sujeitos analisados, para um entendimento mais profundo dessas marcas coletadas, a partir da perspectiva dos indivíduos estudados, o material foi coletado através de entrevistas autoheterobiográficas e analisado através da análise do discurso baseada em conceitos foucaultianos. Para isso, escolhemos dois alunos do Centro Universitário UniSalesiano Auxilium da cidade de Araçatuba-SP, o convite foi feito através da rede social *WhatsApp*, logo que aceitaram, leram e aceitaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, marcamos então as entrevistas via *Google Meet*. Na data das entrevistas, antes de prosseguir as questões semiestruturadas, os entrevistados foram orientados mais uma vez de como prosseguiríamos dali em diante, a partir desse momento em diante, não só nas perguntas guia, mas como nos diálogos narrativos sobre a história de vida, apareceram conteúdos que serviram como material de análise para a pesquisa. Vale destacar que o questionário foi composto por questões abertas e tiveram como propósito conduzir o entrevistado a relatar suas vivências buscando fortalecer o discurso narrativo do sujeito em relação ao tema da pesquisa e nossos objetivos.

Podemos definir as questões semiestruturadas em: a) Por que você escolheu esse curso e como foi a sua preparação até aqui? B) Como foi a relação de sua família sobre seus estudos? C) Você já se sentiu intimidado ou subestimado no ambiente acadêmico? D) Em algum momento você já se sentiu contrariado ou que sua opinião fosse menos importante apenas pelo jeito que você se expressa no contexto acadêmico? D) O que você entende por feminilidade? Você se identifica com isso? E) Você já se se sentiu pressionado ou atrapalhado por conta das normas e regras da universidade? Você acha que isso influencia o aluno a ter um bom desempenho?

As respostas e narrativas foram gravadas através do software de gravação da plataforma *Google Meet*, reouvidas e transcritas, posteriormente tomamos notas dos conteúdos que emergiram para nos direcionarmos a análise discursiva.

Este processo do narrar a si, de produzir estes cacos é um carreador de subjetividades, mostrar marcas, recortes de um passado que ainda se faz presente. O narrar-se é também o inventar a si, o expor-se nos encontros com as tecnologias de poder que o constituíram, seja ferindo seu corpo ou resistindo a estes ferimentos. É esta exposição de suas experiencialidades que apresentam dor e valoração, representa formas e sentidos que são dados a própria vida. É um processo constitutivo, seletivo, de tradução, em que os significados não são os mesmos de antes, fazem-se significados outros e, são eleitos para serem narrados e registrados. (POLIZEL, 2019 apud FOUCAULT, 2015; RAGO, 2013; REGO; AQUINO; OLIVEIRA, 2006; CANTANI, 2006).

As narrativas apresentadas são uma união de dois corpos que são atravessados por uma performance de gênero no feminino, subjetivados e sujeitados por diversos dispositivos, sendo esses corpos:

a) Marizete, 41 anos, apresentando-se como Mari, uma mulher cisgênero heterossexual, casada. Graduanda em Psicologia, atualmente no 10º termo na instituição Unisalesiano Católico Auxilium – Campus Araçatuba

b) Sérgio, 21 anos, apresentando-se como um garoto homossexual, afeminado. Atualmente estagiando no último ano de Educação Física na instituição Unisalesiano Católico Auxilium – Campus Araçatuba

O espaço e a linguagem na narrativa da performance no feminino

Nos dois discursos, é notório que ambos são atravessados por interferências do espaço em que existem por conta de suas performances de gênero, como exemplo: [...] Eu achei um lugar machista, não achei legal, não gostei, e eu me sentia muito intimidada eram muitos meninos, as vezes eu ia fazer trabalho em grupo, algo que já não é fácil, não gostava nessa parte, eu achava que era um local misógino (MARIZETE), [...] no começo eu me sentia contrariado, intimidado, no começo é sempre a parte mais difícil, mas com o tempo a gente quer tanto revolucionar, tanto “quebrar o tabu”, que agora que eu estou nesse meio e sou de uma forma totalmente diferente... porque não começar por aqui? Por que eu não começo a mostrar que eu pinto a unha, que eu sou afeminado e pequeno, que eu tenho a capacidade de aprender a mesma coisa que eles? (SÉRGIO).

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária

de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social. (BORDIEU, 2012, p. 18)

O sistema patriarcal é tão impactante quanto as disciplinas e as biopolíticas para o estado capitalista neoliberal, podemos ver em várias esferas a reprodução de tais comportamentos herdados estruturalmente, seja na família, na escola, no trabalho e até mesmo na religião, desde pequenas frases que muitos pensam soar inofensivas até a violência explícita.

Nota-se que ambos se identificam com a performance do feminino através da verdade discursiva, que vamos chamar de linguagem, por exemplo: [...] eu acredito que me identifico com a feminilidade mais por imposição do que achar que sou assim, talvez porque eu venha de uma família evangélica, meu pai é pastor, então a gente foi criada de uma maneira que a gente só podia usar saia e só podia ter o cabelo comprido, eu fui sendo modelada desse jeito, acho que por isso que eu me identifico, foi difícil pra desconstruir pois era algo muito rígido (MARIZETE), [...] eu acho que é os rótulos, simplesmente os rótulos, é porque você tem que rotular alguma coisa, a partir do momento que você só se permite ser as pessoas não estão preparadas para jogar os rótulos pra cima e cada um faz o que quiser da forma que quiser e isso não significa nada, não, as pessoas tem essa necessidade de colocar rótulos. (SÉRGIO)

De acordo com Foucault (2014) em todas as sociedades existem normas, e o poder as utiliza para socializar e domesticar seus participantes. O autor chama atenção para o fato de que nossas normas podem ser definidas como estratégias diretas, que para ele, chamada de estratégia sem estratégia. As técnicas normalizadoras têm como objetivo segregar e manipular os que estão fora dessa normatividade, é através dessas normas que o biopoder estipula o que é o comportamento dito como normal e como desviante, sendo as instituições a maior porta dos regimentos que empregam essa normalidade.

O efeito da sanção normalizadora é complexo. Ele parte da premissa de que todos os indivíduos são formalmente iguais. Isso conduz a uma homogeneidade inicial a partir da qual se estabelece a norma de conformidade. Porém, uma vez posto este aparelho em movimento, há uma diferenciação e uma individuação cada vez mais sutis que separam e organizam os indivíduos objetivamente. (NASCIMENTO, 2009 apud DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 175).

Para Foucault (2019) a verdade/constatação, na forma de conhecimento talvez não passe de um caso particular da verdade/prova na forma do acontecimento; acontecimento que se produz podendo ser de direito repetido sempre e em toda parte. Ritual de produção que toma corpo numa instrumentação e num método a todos acessíveis e uniformemente eficaz; saída que aponta um objeto permanentemente de conhecimento e que qualifica um sujeito universal de conhecimento. Para o autor, foi graças a essa singularidade de produção de verdade que aos poucos foi cobrindo as outras formas de produção de verdade e, conseqüentemente, impôs essa forma como universal. Sendo assim, a verdade/constatação é apenas uma forma da verdade/prova, a nossa percepção de verdade é acontecimento, logo, podemos definir como estratégia e casualidade.

Existe uma conjuntura binária do sexo que, desconstruída nos estudos de Butler, auxilia-nos a dicotomizar os conceitos de naturalidade e cultura. Quando questionado sobre o que é feminilidade, o entrevistado, gay e afeminado, reproduz a seguinte ideia: [...]Vale eu falar que eu não sei? Porque eu realmente não sei. Então, se for pra falar da visão dos outros obviamente eu sei que é preconceito, que é estereotipo, eu sei o que eles acham o que é e o que não é (feminilidade) só que falando pra mim eu não consigo mais distinguir o que é feminino e não é.

Segundo Recke (2018 *apud* BUTLER 2000) *a relação entre natureza e cultura, pressuposta por alguns modelos do gênero como construção, supõe uma cultura ou uma agência do social que age sobre uma natureza, a qual é, ela própria, pressuposta como uma superfície passiva, fora do social, mas sua necessária contraparte.*

Sendo assim, levamos em consideração, que os critérios de localização, distinção, e diferenciação de atos e formas sexuais e gênero só se tornam enunciados através de influências do social, do externo. Sérgio não diferencia o feminino do masculino, enquanto Marizete, por exemplo [...] foi difícil pra desconstruir, pois era algo muito rígido, do tipo “você tem que usar saia!”, e quando eu via uma mulher de calça eu pensava “olha, que feio, não é feminino isso” ou “está de short, que coisa estranha”, as vezes eu queria colocar porque eu observava as pessoas usarem, eu me via no espelho e pensava “nossa, não pareço uma mulher” usa de exemplificações estéticas e de discursos intrínsecos e repressores para categorizar o que é feminino ou não.

Considerações finais

De acordo com os relatos de Marizete e Sérgio, ambos corpos que performam no feminino e universitários da instituição Centro Universitário UniSalesiano Auxilium localizada na cidade de Araçatuba-SP, percebemos que mesmo sendo corpos com pensamentos e comportamentos diferentes, são atravessados por dispositivos normativos regidos pela instituição, e que, de certa forma, esses dispositivos impactaram em algum momento na formação de ambos, não estritamente ligados ao ensino, mas com forte influência na psique destes, devido a um sistema patriarcal que há tempos deturpa e menoriza o corpo que performa no feminino. O presente trabalho indica alguns dos dispositivos encontrados nas narrativas coletadas que atravessam os corpos, mas muitos outros podem ser reconhecidos no processo heteroautobiográfico que não foram o foco do trabalho. O principal objetivo da pesquisa é entender como alguns desses dispositivos marcam e atravessam esses corpos e como esses sujeitos se formam a partir disso, e não entender quem são esses corpos que foram sujeitados e subjetivados.

Referências Bibliográficas

ALVES, Julia M. D.; PIZZI, Laura C. V.. Análise do discurso em Foucault e o papel dos enunciados: pesquisar subjetividades nas escolas. **Revista Temas em Educação**. João Pessoa, 2014, p. 81-94.

BATISTA, Fábio. Foucault e as heterotopias: espaço, poder-saber. *Griot: Revista de Filosofia*, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 1-16, 12 jun. 2020.

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

COLLING, Leandro; ARRUDA, Murilo S.; NONATO, Murillo N.. Perfechatividades de gênero: a contribuição das fechativas e afeminadas à teoria da performatividade de gênero. **Cadernos Pagu**, [S.L.], n. 57, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/nnMNWqQW7tjNCP9Kn9tgYJf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2021.

FISCHER, Rosa M. B.. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa** [online]. 2001, n. 114, p. 197-223. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300009>. Epub 01 Ago 2003. ISSN 1980-5314. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300009>. Acesso em: 08 out. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19. ed. São Paulo: Edições, Loyola, 2009a.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Tradução de Raquel Ramalhe.

NASCIMENTO, Eurípedes C.. A produção de conhecimento e verdade no contemporâneo. **Fractal: Revista de Psicologia**, [S.I.], v. 3, n. 22, p. 557-572, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/v98BtYBt3jxVvWvkXbyMWWk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 07 out. 2021.

POLIZEL, Alexandre L.. NARRATIVAS GAYS: tecnologia da normalidade e a violência simbólica. **Colloquium Humanarum**, [S.L.], v. 15, n. 2, p. 387-392, 1 dez. 2018. Associação Prudentina de Educação e Cultura (APEC). Disponível em: <http://www.unoeste.br/site/enepe/2018/suplementos/area/Humanarum/Educação/NARRATIVAS%20GAYS%20TECNOLOGIA%20DA%20NORMALIDADE%20E%20A%20VIOLÊNCIA%20SIMBÓLICA.pdf>. Acesso em: 19 maio 2021

POLIZEL, Alexandre L. Tecnologias de poder e a narrativa de si na constituição de um “corpo negro, mulher, trans”. **Diversidade e Educação**, [S.L.], v. 6, n. 1, p. 30-38, 6 out. 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/7876>. Acesso em: 09 abr. 2021

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: Unicamp. 2013

RECKE, Amanda. **Performatividade de Gênero: Judith Butler e uma crítica à alguns conceitos desenvolvidos pelas teorias feministas tradicionais**. Comfilotec. São Paulo - SP, p. 89

RODRIGUES, Andréa; MORAES, Marcos A.de O.; DOMINGUES, Mariana V.. O impacto da análise do discurso em práticas de ensino: experiências com leitura e escrita na escola. **Pensares em Revista**, [S.L.], n. 17, p. 220-240, 1 jan. 2020. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/pr.2020.47375>.

SILVEIRA, Fernando de A.; FURLAN, Reinaldo. Corpo e Alma em Foucault: postulados para uma metodologia da psicologia. **Psicologia Usp**, [S.L.], v. 14, n. 3, p. 171-194, 2003. **FapUNIFESP (SciELO)**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/MB7sG7z3wjwcsBDL8fZ7fL/?lang=pt>. Acesso em: 05 set. 2021.

SOUZA, Luís A. F.; SABATINE, Thiago T.; MAGALHÃES, Bóris R. (org.). Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito. Marília: **Cultura Acadêmica**, 2011.

VEIGA NETO, André. **Foucault e a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Geração Glass: o impacto das telas no desenvolvimento infantil

Glass Generation: the impact of screens on child development

Ana Beatriz M. de Sousa Lima¹

Nathalia B. Marçal Vieira²

Thais A. Mendes Rodrigues³

Flávia C. Santiago de Oliveira⁴

RESUMO

A relação entre tecnologia e sociedade transformou-se radicalmente com o surgimento dos aparelhos eletrônicos. Por conseguinte, as crianças nascem em um mundo onde as telas são indispensáveis desde os primeiros meses de vida. À luz de teorias do comportamento humano, buscou-se compreender o impacto ocasionado pelo uso de tecnologias no desenvolvimento de crianças com até 12 anos de idade. Por meio de uma pesquisa *online* com pais e cuidadores, evidenciou-se o uso precoce e excessivo de telas, com interferências nos hábitos de sono, rotina, aprendizagem e conteúdos acessados. De tal forma, conclui-se a importância da orientação e mediação parental, bem como o aprofundamento do tema, a fim de assegurar a saúde psicoafetiva e o desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: Ciência, Tecnologia e Sociedade, Desenvolvimento Infantil, Psicologia do Desenvolvimento

ABSTRACT

The relationship between technology and society has changed radically with the emergence of electronic devices. As a consequence, children are born into a world where screens are indispensable from the very first months of life. In the light of theories of human behavior, it was sought to understand the impact caused by the use of technologies on the development of children up to 12 years of age. Through an online survey with parents and caregivers, early and excessive use of screens was evidenced, with interference in sleep habits, routine, learning and contents accessed. Therefore, the importance of parental guidance and mediation is concluded, as well as the deepening of the theme, in order to ensure psycho-affective health and child development.

Keywords: Child development, Developmental Psychology, Science, Technology and Society

Introdução

O termo *Geração Glass* é usado para definir as crianças nascidas a partir de 2010, ano de lançamento do iPad pela multinacional Apple. *Glass* significa vidro em inglês, numa evidente referência às telas dos aparelhos eletrônicos. De acordo com Santana, Ruas; Queiroz (2021), as crianças desta geração nascem para um mundo em que a tecnologia é o alicerce fundamental na construção das novas formas de

¹ Acadêmica do 9º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba

² Acadêmica do 9º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba

³ Acadêmica do 9º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba

⁴ Psicóloga, Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem (UNESP Bauru), Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba

relações sociais, tornando crescente a inquietação de especialistas em saúde e educação sobre como o excesso de tecnologia impactaria os comportamentos infantis em desenvolvimento. A própria Organização Mundial da Saúde (2019) divulgou recentemente diretrizes sobre atividade física, comportamento sedentário e sono para crianças menores de cinco anos de idade, assumindo que existem lacunas quanto à extensão destas consequências e a necessidade da realização de estudos que envolvam também indicadores adicionais, como a possibilidade de alterações motoras, cognitivas e no desenvolvimento psicossocial.

Como se compreende a partir de Santana, Ruas; Queiroz (2021), aspectos socioeconômicos, ambientais, culturais e todas as relações estabelecidas com o meio externo influenciam de maneira direta na qualidade e na formação do desenvolvimento humano. De tal forma, torna-se inevitável pensar que crianças submetidas a déficits ou exacerbamento em qualquer aspecto dessas relações tendem a sofrer ganhos ou perdas com reflexos profundos na vida adulta. As recentes formas de organização social, virtual e em rede, e o novo espaço virtual imaginário vivido como concreto, modificaram não somente comportamentos, mas também a constituição psíquica dos homens, mulheres e crianças.

O aumento explosivo no uso de mídia interativa foi estudado por Hadders-Algra (2020), a partir de dados recentes dos Estados Unidos e da França. Enquanto no ano de 2011 o número de crianças americanas com um smartphone em casa era de 41%, em 2017 essa porcentagem aumentou para 95%. Já o tempo relativo gasto com dispositivos móveis aumentou de 4% para 35% e a maioria das crianças passou a utilizá-los: em 2014, de 30% a 44% das crianças menores de um ano e 77% a 90% das crianças de dois anos usavam os dispositivos.

Como explica Hadders-Algra (2020), o surgimento das telas sensíveis ao toque (*touchscreen*) tornaram os dispositivos móveis compatíveis com as habilidades motoras de crianças pequenas, por não exigirem uma considerável coordenação motora fina. Por volta de um ano, a maioria das crianças consegue bater de leve, tocar, deslizar e pressionar a tela. E com a onipresença dos dispositivos móveis, a mídia interativa tornou-se parte integrante da vida cotidiana das crianças.

A maior parte dos estudos sobre uso de tela por crianças abordou o uso passivo dessas mídias, relatando que as consequências geradas pelo aumento do

tempo de tela podem ser associadas a um maior risco de obesidade, efeito negativo no sono, causado pelo conteúdo estimulante da tela e sua luz azul, atraso cognitivo, de linguagem e socioemocional (HADDERS-ALGRA, 2020).

De acordo com Papalia; Feldman (2013), em cada etapa do desenvolvimento infantil são esperados comportamentos específicos na área cognitiva, motora, fisiológica e psicossocial, cuja previsão busca compreender o nível de desenvolvimento da criança e mapear possibilidades de intervenção em casos de atraso ou dificuldade. Na primeira infância, o tato é o primeiro sentido a ser progredido, por isso a criança gosta de pegar as coisas nas mãos, desenvolvendo principalmente o movimento de função “pinça”, que terá suma importância para a realização de tarefas cotidianas, pois envolve a coordenação motora fina com movimentos mais precisos e delicados e habilidades que acompanharão o indivíduo durante sua vida. Em nível visual, a criança começa a ampliar a percepção das cores, acuidade de foco, capacidade de observar objetos em movimentos e, conseqüentemente, ter reflexos rápidos. É também na primeira infância que o indivíduo desenvolve seu sistema de linguagem com palavras, números e imagens mentais, essenciais para as relações sociais.

Na segunda infância, os processos de evolução motor e cognitivo ocorrem de maneira mais rápida, exigindo também maior precisão de habilidade, a exemplo da coordenação motora, uso da linguagem de maneira correta e com formação de frases longas, distinção da fantasia e realidade, raciocínio transdutivo e uma convivência social seletiva (momento em que as crianças passam a escolher quem serão seus amigos, selecionando-os a partir de experiências positivas ou negativas). Nesse período, quatro hábitos devem estar completamente estabelecidos na rotina da criança: higiene, sono, alimentação e ordem. Na terceira infância, espera-se que a criança possua total precisão dos movimentos, saiba fazer uso de operações mentais para resolver problemas concretos, compreenda conceitos espaciais, de causalidade, categorização, raciocínio indutivo e dedutivo, números e matemática, atenção seletiva e capacidade de criar sons e ritmos. Para Papalia; Feldman (2013), a junção das habilidades desenvolvidas ao longo das três infâncias será utilizada para entender o ambiente, a si mesmo e os outros, preparando-as para as experiências da idade adulta.

Outro ponto salientado por Mata (2020), é que diante do cenário mundial decorrente da pandemia Covid-19, mudanças significativas ocorreram em diversos aspectos do comportamento infantil, como alterações de padrão do sono e da alimentação, isolamento social, irritabilidade, medo, solidão, tédio e maior tempo de exposição às telas. Diante disso, é essencial observar as novas maneiras de ser criança e suas expressões dentro da vida estabelecida em modo remoto, a fim de prevenir impactos e o comprometimento do desenvolvimento humano a curto e longo prazo.

Isto posto, contextualizar os conhecimentos psicológicos e educacionais em relação às evidências científicas sobre as influências da exposição prolongada a telas no crescimento e desenvolvimento das crianças, é imprescindível para compreender as alterações no desenvolvimento infantil. Uma compreensão global, com um olhar para cada pessoa de forma singular e integral, passa, portanto, pela raiz do seu desenvolvimento e pelas interferências do seu mundo constitutivo.

Dessa maneira, os objetivos do trabalho consistiram em investigar as alterações no desenvolvimento infantil decorrentes do uso de telas, tendo em vista a análise da correlação entre idade e tempo de tela, além de analisar mudanças de hábitos, hiperestimulação, conteúdo consumido e outros comportamentos.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa descritiva sobre o impacto do uso de telas – celular, tablet, televisão, computador e outros – no desenvolvimento infantil. Buscou-se entender quais aspectos, sejam estes cognitivos, sociais, motores ou emocionais, são mais expressivamente afetados em crianças da primeira à terceira infância (0 a 12 anos) de ambos os sexos. Obteve-se a resposta de 126 pais que preencheram os critérios de inclusão da pesquisa: a) idade das crianças entre 0 a 12 anos; b) preenchimento correto do formulário pelos pais.

A coleta de dados ocorreu *online*, por meio de um formulário desenvolvido pelas pesquisadoras na plataforma Google Forms. O questionário foi compartilhado pelas mídias sociais (WhatsApp, Instagram, Facebook) e incluiu perguntas de múltipla escolha envolvendo aspectos como rotina, hábitos de sono, alimentação, nível de linguagem e aprendizagem, tempo de uso de telas e entretenimento consumido.

Após a aprovação do Comitê de Ética sob parecer nº 5.233.602, o instrumento de pesquisa foi disponibilizado aos participantes com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ademais, a fim de minimizar quaisquer questionamentos ou desconfortos ocasionados, as pesquisadoras disponibilizaram um arquivo digital aos participantes com orientações práticas e informações sobre o assunto abordado.

A análise das informações foi realizada com o software *IBM SPSS Statistics 28.0*, utilizando estatística descritiva: frequências, porcentagens e medidas de tendência central, compreendidas à luz de teorias do desenvolvimento infantil e comportamento humano.

Resultados e Discussão

O estudo foi realizado com 126 participantes considerados válidos, dos quais 122 foram respondidos por mães (96,8%), 3 por pais (2,4%) e 1 por tio (0,8%). Os dados apresentados a seguir referem-se às informações obtidas sobre as crianças cuidadas pelos responsáveis.

Percebeu-se pouca discrepância em relação ao sexo da amostragem, composta por 59 meninas (46,8%) e 67 meninos (53,2%). A faixa etária analisada variou de 1 a 12 anos, com a média de idade 7,02 (DP=3,12). Para a compreensão dos dados, adotou-se a divisão das três fases da infância de acordo o desenvolvimento infantil (Tabela 1), explicadas por Papalia; Feldman (2013): a) crianças de 1 a 3 anos foram classificadas dentro da Primeira Infância (19,8%); b) dos 3 aos 6 anos dentro da Segunda Infância (23,1%) e; c) dos 6 aos 12 anos como Terceira Infância (57,1%).

Tabela 1 – Dados da faixa etária dividida de acordo com as fases da infância

	Frequência	Porcentagem (%)
1ª Infância	25	19,8
2ª Infância	29	23,1
3ª Infância	72	57,1
Total	126	100,0

Fonte: Elaborado pelas autoras

Tempo de uso de tela e suas repercussões

A partir das respostas sobre tempo de uso diário de dispositivos eletrônicos, constatou-se que 14,3% das crianças utilizam menos de 1 hora de tela por dia, 42,9% usam de 1 a 2 horas, 38,9% de 3 a 6 horas por dia, 1,6% mais de 6 horas e 2,4% da amostra não faz uso de telas. Além disso, pelo Teste de Correlação de *Spearman*, verificou-se que existe uma correlação positiva estatisticamente significativa entre idade e tempo de uso de tela ($r_s=0,36$; $p<0,01$), indicando que quanto maior a idade, maior o tempo de uso dos aparelhos eletrônicos.

A *American Academy of Pediatrics* (2013) recomenda que o tempo total de uso de telas deve ser limitado a no máximo 2 horas diárias, além de desencorajar a exposição de crianças menores de dois anos de idade aos aparelhos eletrônicos. De modo consonante, a Sociedade Brasileira de Pediatria (2016) alerta que o tempo de tela deve ser restringido e proporcional às idades e às etapas do desenvolvimento cerebral, mental, cognitivo e psicossocial das crianças e adolescentes. Considera-se, portanto, que ao menos 40,5% da amostra analisada excede o tempo de uso recomendado e que todos os participantes caracterizados dentro da Primeira Infância (0 a 3 anos) utilizam telas em alguma medida.

A exposição precoce aos dispositivos digitais torna-se um fator de risco à medida em que o desenvolvimento de estruturas e circuitos cerebrais ocorrem nos primeiros anos de vida, bem como a aquisição de capacidades fundamentais e necessárias para o aprimoramento de habilidades futuras mais complexas. A aprendizagem inicia-se muito antes da criança entrar na escola, especialmente na Primeira Infância, e é fortemente influenciada pelo meio em que a criança se encontra e com o qual interage, que por sua vez afetam todos os aspectos do seu desenvolvimento (NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA, 2014).

A análise também apontou que 82,5% da amostra apresenta comportamentos inadequados quando ficam sem aparelhos eletrônicos, como agitação, impaciência, tédio, choro, teimosia e agressividade. Tais dados entram em acordo com aqueles sugeridos pela *American Academy of Pediatrics* (2016), segundo os quais as características da personalidade também podem ser influenciadas pela quantidade de mídia consumida, resultando em um aumento da probabilidade de o bebê/criança desenvolver um temperamento considerado difícil ou de ter dificuldades de autocontrole e atrasos socioemocionais.

As alterações de comportamento observadas podem se relacionar ao alto risco de vício em dispositivos eletrônicos, como aponta um recente estudo realizado na Alemanha. Os efeitos da dependência em celular no corpo humano foram muito parecidos com a pesquisa acerca do abuso de drogas desenvolvida pela Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos. A pesquisa observou que o uso compulsivo de *smartphones* diminui a porcentagem de massa cinzenta do cérebro e libera dopamina da mesma maneira que acontece com indivíduos que usam cocaína. (HOVARTH *et al.*, 2020)

Implicações sobre o sono infantil

Outro aspecto observado foi que o momento de maior uso das telas acontece no período da tarde (46%) e da noite (46,8%). Percebeu-se, principalmente durante a Primeira e Segunda Infância, um predomínio do hábito de telas noturno e, mesmo a Terceira Infância, que tem um predomínio do uso vespertino, ainda apresenta um número significativo (21,4%) de crianças que utilizam telas à noite (Tabela 2).

Tabela 2 – Quantidade de crianças que fazem uso de telas em cada período do dia

	Manhã		Tarde		Noite		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)
1ª Infância	1	0,8	8	6,3	16	12,7	25	19,8
2ª Infância	4	3,2	9	7,2	16	12,7	29	23,1
3ª Infância	4	3,2	41	32,5	27	21,4	72	57,1
Total	9	7,2	58	46,0	59	46,8	126	100

Fonte: Elaborado pelas autoras
N=número de participantes; %=porcentagem

Os dados da pesquisa revelam que 20% das crianças na Primeira Infância dormem de 7 a 6 horas por noite e 36% de 8 a 9 horas. Na Segunda Infância, 55% das crianças dormem de 8 a 9 horas por noite. No entanto, de acordo com Papalia; Feldmam (2013), o padrão necessário de sono é maior: de 1 a 3 anos, as crianças necessitam em média de 11 horas de sono noturno e 3 horas de sono diurno; enquanto dos 4 aos 7 anos a maioria das crianças precisa de 11 horas de sono por noite, sem a necessidade de cochilos durante o dia.

As ondas de luz azul emitidas pelos aparelhos digitais e o excesso de estímulos visuais estão diretamente relacionados a alterações no processo de produção da melatonina, verificando-se, assim, uma possível influência do período de uso de telas nos padrões de sono da amostra. Conhecida como hormônio do sono, a redução da melatonina pode causar dificuldades para a criança dormir à noite e manter uma boa qualidade na fase de sono profundo, além de ocasionar o aumento de pesadelos, terrores noturnos e a interrupção do ciclo circadiano. (BOZZA, 2016)

Como apontam as diretrizes da OMS (2019) e da *National Sleep Foudation* (2022), dormir é tão importante quanto a alimentação e a higiene: a privação da quantidade de sono necessária implica em um aumento da sonolência diurna, na dificuldade de concentração, memorização e aprendizagem, diminuição do rendimento escolar, além de estar associada ao desenvolvimento de transtornos de déficit de atenção, ansiedade e hiperatividade. Considera-se preocupante, portanto, a correlação entre os padrões de uso de telas e de sono infantil dos participantes, visto que estão ligados a fatores essenciais do desenvolvimento infantil.

Conteúdos consumidos e mediação parental

De acordo com os dados obtidos, 64,3% das crianças têm pelo menos um aparelho eletrônico próprio (Tabela 3). Os aparelhos eletrônicos mais utilizados pelas crianças avaliadas nessa pesquisa são: celular, tablet, computador, videogame e televisão, em ordem respectiva decrescente. Quanto aos conteúdos consumidos de maneira mais relevante, 93 participantes declararam acessar *YouTube*, 75 participantes fazem uso de *Netflix*, 60 acessam *Jogos Online*, 27 assistem *Aulas Escolares* e 26 utilizam o aplicativo *TikTok*.

Tabela 3 – Quantidade de crianças com aparelho eletrônico próprio

	Possuem aparelho próprio		Não possuem aparelho próprio		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
1ª Infância	4	3,2	21	16,6	25	19,8
2ª Infância	18	14,3	11	8,8	29	23,1
3ª Infância	59	46,8	13	10,3	72	57,1
Total	81	64,3	45	35,7	126	100,0

Fonte: Elaborado pelas autoras

N=número de participantes; %=porcentagem

Em relação ao monitoramento do uso de tela pelos responsáveis, 38 cuidadores relataram estar sempre com as crianças no momento de exposição a algum aparelho eletrônico, enquanto 82 declararam estar presentes às vezes e 6 declararam nunca monitorarem as crianças (Tabela 4).

Tabela 4 – Monitoramento do uso de tela pelo responsável

	Sempre		Às vezes		Nunca		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N	(%)
1ª Infância	16	12,7	6	4,8	3	2,4	25	19,8
2ª Infância	14	11,1	15	12,0	0	0,0	29	23,1
3ª Infância	8	6,3	61	48,4	3	2,4	72	57,1
Total	38	30,0	82	65,2	6	4,8	126	100,0

Fonte: Elaborado pelas autoras
N=número de participantes; %=porcentagem

Na infância, o conhecimento lógico está fortemente submetido à fantasia e à imaginação, enquanto a linguagem ainda é predominantemente subjetiva e a noção de tempo não está consolidada. Esse período, portanto, é caracterizado pela vulnerabilidade psicológica e sexual das crianças, que ainda não conseguem julgar completamente o que lhes foi sugerido e não possuem maturidade cognitiva para compreender informações e temas complexos. (SCHELB, 2020)

Assim, considerou-se alarmante o dado de que aproximadamente 70% dos participantes estão sujeitos ao uso de aparelhos eletrônicos sem a supervisão contínua de algum responsável. Imagens e mensagens impróprias ou abusivas são capazes de influenciar negativamente o comportamento das crianças, visto que os critérios que regularão sua vontade, interesses e caráter ainda estão sendo formados, e o uso de telas não supervisionado aumenta expressivamente a possibilidade de a criança ter acesso a conteúdo inapropriados. (SCHELB, 2020)

No entanto, 26,3% da amostra, por exemplo, declarou ter acesso ao *Tik Tok*, aplicativo cuja faixa etária indicativa mínima é de 13 anos e 17,4% têm utilizam mídias que não possuem configurações de controle parental (tv aberta, *Tik Tok* e outras redes sociais). Além disso, 64,3% das crianças têm pelo menos um aparelho próprio, o que aumenta a probabilidade de contato com cenas inadequadas, quer se trate de um anúncio *pop-up* explícito em um jogo gratuito, vídeos mostrando personagens de desenhos animados infantis em situações adultas, fóruns que

promovem automutilação ou pesquisas que podem expô-las a informações perigosas. (LONDON GRID FOR LEARNING, 2018)

No Brasil, conforme explica Schelb (2020), as crianças são expostas com frequência à televisão aberta, vídeos, redes sociais e outros meios que disseminam músicas, cenas ou propagandas que, de forma explícita ou implícita, incentivam a prática sexual e a erotização precoce das crianças. De maneira semelhante, mesmo serviços de *streaming* por assinatura ou programas com classificação indicativa própria para crianças podem apresentar conteúdos inadequados, como *YouTube* e *Netflix*, dos quais 73,8% e 59,5% dos participantes declararam fazer uso, respectivamente.

Os dados obtidos também mostram que aproximadamente 20% das crianças com aparelho próprio têm até 6 anos, porém, a exposição prematura a mensagens visuais pornográficas ou obscenas pode estar relacionada ao aumento da probabilidade de assédio sexual *online*, aumento da probabilidade de vício em pornografia ou masturbação precoce, depressão, ansiedade, como também impacto negativo na aprendizagem. Ademais, o acesso à pornografia acontece pela primeira vez na infância, muitas vezes de maneira acidental, pela falta de uma supervisão constante dos responsáveis. (NATIONAL CENTER ON SEXUAL EXPLOITATION, 2022)

De acordo com Santos *et al.* (2020), quando a utilização das telas não é mediada pelos responsáveis, os aparelhos eletrônicos assumem o papel de educadores das crianças, transmitindo ideais e valores que nem sempre são positivos: desde jogos *online*, em que a morte e a violência são banalizadas e recompensadas, até desenhos em que os personagens são desobedientes ou cometem atos moralmente contraditórios. Esses comportamentos muitas vezes são representados como entretenimento virtual, mas não mostram as consequências resultantes na realidade, como a dor ou o sofrimento causado.

Para Maidel; Vieira (2015), ao se relacionar com um dispositivo eletrônico, a criança não precisa recriar nada. As respostas já lhes são apresentadas e a função do imaginário é anulada. Sem o afeto e a intermediação parental, a criança pode crescer limitada a imagens e falas padronizadas, com dificuldades para distinguir o mundo real do virtual.

A correspondência entre o uso de mídia pelos pais e dificuldades comportamentais em crianças tem sido foco de investigações científicas (Poulain et al., 2019), com conclusões indicadoras de que o uso de tecnologia de mídia móvel pelos pais se associa com pior responsividade, sensibilidade e atenção parental (...) e com maior hostilidade e menor foco de atenção em crianças (...) Uma hora assistida de televisão em um dia semanal por crianças pequenas, pré-escolares (até seis anos de idade) está associada com redução de 45 minutos diários de convívio com seus pai. (PEIXOTO; CASSEL; BREDEMEIER, 2020, p. 6).

De acordo com os dados obtidos, 26% dos cuidadores permitem que as crianças usem as telas para se acalmar/distrair, durante as refeições ou para dormir. Segundo Zimmerman (2007), a interação entre a família perdeu um espaço significativo e a presença dos pais – principais mediadores da criança e o mundo – foi substituída pelas telas. Os pais passaram a optar pelos recursos eletrônicos, entendendo-os como educativos ou escolhendo-os como meio de entreter as crianças, para evitar que façam bagunça ou chorem, terceirizando o papel de cuidador.

Os responsáveis veem a relação entre os filhos e a internet quase que exclusivamente de maneira positiva, sobretudo no que se refere à vida acadêmica e possibilidade futura de serem bem-sucedido profissionalmente, o que explicaria o número de participantes da pesquisa com aparelhos próprios ou a quantidade de horas de uso permitida pelos cuidadores. No entanto, embora para os responsáveis prevaleça a crença de que a mídia é educacional, três quartos dos programas educativos ofertados para o público infanto-juvenil nunca foram avaliados e, portanto, não são efetivamente comprovados como benéficos para o desenvolvimento de habilidades. (ABREU, 2019)

Por fim, como explica Costa; Almeida (2021), é de extrema importância que os pais se envolvam nesta fase do desenvolvimento da criança e mediem esse processo, tornando-o seguro, saudável e apropriado. Dessa forma, os resultados analisados sugerem uma alta exposição dos participantes aos impactos das telas, seja pela idade precoce e excesso do tempo de telas, ou pela falta de supervisão e controle sobre os conteúdos acessados.

Conclusão

A partir das informações coletadas, verificou-se os impactos associados ao excesso do uso de telas quanto aos hábitos de sono, rotina, aprendizagem, tempo de

uso e supervisão dos responsáveis. A pesquisa evidenciou o uso precoce e excessivo dos aparelhos eletrônicos durante a infância agravado, aparentemente, pela falta de uma constante supervisão e mediação dos cuidadores, suscitando prováveis prejuízos ao desenvolvimento cognitivo, neuropsicológico e comportamental infantil.

Diante das recomendações de organizações internacionalmente reconhecidas e da literatura analisada, compreendeu-se que uma exposição imoderada às mídias pode ser nociva ao amadurecimento adequado de funções como atenção, memória, linguagem, habilidades sociais e competências emocionais. Outro ponto observado refere-se à possibilidade de riscos emocionais causados pelo acesso a conteúdos inapropriados, sobretudo a longo prazo.

Considera-se, no entanto, que a pesquisa atendeu apenas parcialmente aos objetivos propostos. Por ter sido realizada em um contexto *online*, sem contato direto com os cuidadores, entende-se que detalhes e informações relevantes para uma análise mais precisa de alguns indicadores podem ter se perdido.

De tal forma, a fim de melhor investigar o tema e a extensão de suas consequências, sugere-se que sejam realizadas pesquisas futuras, as quais se utilizem de entrevistas presenciais com os responsáveis e observações diretas das crianças. Ademais, com base nos resultados encontrados, ressalta-se a importância de orientar pais, professores e profissionais, de forma que o uso das tecnologias seja mediado e adequado aos níveis de desenvolvimento da criança.

Referência Bibliográficas

AMERICAN ACADEMY OF PEDIATRICS. **Children, Adolescents, and the Media**. 2013. Disponível em: <https://publications.aap.org/pediatrics/article/132/5/958/31699/Children-Adolescents-and-the-Media>. Acesso em 18 abr. 2022.

AMERICAN ACADEMY OF PEDIATRICS. **Media and Young Minds**. 2016. Disponível em: <https://publications.aap.org/pediatrics/article/138/5/e20162591/60503/Media-and-Young-Minds?searchresult=1>. Acesso em 14 Abr. 2022.

BOZZA, Thais C. L. **O Uso da Tecnologia nos Tempos Atuais: Análise de Programas de Intervenção Escolar na Prevenção e Redução da Agressão Virtual**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Campinas, Campinas.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Saúde de crianças e adolescentes na era digital**. 2016. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/file>

admin/user_upload/2016/11/19166d-MOrient-SaudeCrian-e-Adolesc.pdf. Acesso em 14 abr. 2022.

COSTA, Larissa S. ALMEIDA, Maria Paula P. M. de. A substituição do brincar: implicações do uso de tecnologias por crianças de 0 a 2 anos. **RUNA**, Santa Catarina. n.1, dez. 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/20066/1/Artigo%20Larissa%20Finalizado.pdf>. Acesso em 18 Abr. 2022.

HADDERS-ALGRA, Mijna. Uso de mídia interativa e desenvolvimento infantil precoce. **Sociedade Brasileira de Pediatria**, Rio de Janeiro, v.96, n.3, p.273-275, maio-2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/yBTYX4TT7LtvH5dTTPKnTrg/?lang=pt>. Acesso em 07 jun. 2021.

HORVATH, Juliane. Structural and functional correlates of smartphone addiction. **ELSEVIER**, Amsterdã. v.105, jun. 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0306460319313802?via%3Dihub>. Acesso em 17 abr. 2022.

LONDON GRID FOR LEARNING. **Hopes and Streams: LGfL DigiSafe Report on the 2018 Pupil Online Safety Survey**. 2018. Disponível em: <https://www.internetmatters.org/wp-content/uploads/2019/06/LGfL-DigiSafe-Report-Hopes-and-Streams-2018.pdf>. Acesso em 08 abr. 2022.

MAIDEL, Simone. VIEIRA, Mauro L. Mediação parental do uso da internet pelas crianças. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte. v.21, n.2, ago. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167711682015000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 18 abr. 2022.

MATA, Ingrid R. S. da. *et al.* As implicações da pandemia da covid-19 na saúde mental e no comportamento das crianças. **Revista do Pediatra**, Brasília, v.10, n.3, p.377, 2020. Disponível em: <https://residenciapediatrica.com.br/detalhes/643/as%20implicacoes%20da%20pandemia%20da%20covid19%20na%20saude%20mental%20e%20no%20comportamento%20das%20criancas>. Acesso em 07 jun. 2021.

NATIONAL CENTER ON SEXUAL EXPLOITATION. **Digital Age Assurance Tools and Children's Rights Online across the Globe**. 2022. Disponível em: https://endsexualexploitation.org/wp-content/uploads/Joint-Letter-to-UNICEF_SignaturesFinal-1.pdf. Acesso em 17 abr. 2022.

NATIONAL SLEEP FOUNDATION. **Children and Sleep**. 2022. Disponível em: <https://www.sleepfoundation.org/children-and-sleep>. Acesso em 14 abr. 2022.

NOBRE, Juliana N. *et al.* Fatores determinantes no tempo de tela de crianças na primeira infância. **Ciência e Saúde Coletiva**. v.26, n.3, mar. 2021. Disponível em: <https://scielosp.org/article/csc/2021.v26n3/1127-1136/>. Acesso em: 07 jun. 2021.

NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA. **O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem.** 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca_feliz/Treinamento_Multiplicadores_Coordenadores/impacto_desenvolvimento_primeira%20infancia_sobre_aprendizagem.pdf. Acesso em 14 Abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Guidelines on physical activity, sedentary behaviour and sleep for children under 5 years of age.** Geneva, 2019. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/311664>. Acesso em: 07 jun. 2021.

PAPALIA, Diane E; FELDMAN, Ruth D. **Desenvolvimento humano.** 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PEIXOTO, Maristela J. R. CASSEL, Paula A. BREDEMEIER, Juliana. Implicações neuropsicológicas e comportamentais na infância e adolescência a partir do uso de telas. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento.** v.9, n.9. 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/7188/6991>. Acesso em 19 abril 2022.

SANTANA, Mi; RUAS, Ma; QUEIROZ PBH. O impacto do tempo de tela no crescimento e desenvolvimento infantil. **Saúde em foco**, São Paulo, v.1, n.14, p.169-179, maio-2021. Disponível em: <https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2021/05/o-impacto-do-tempo-de-tela-no-crescimento-edesenvolvimentoinfantil.pdf>. Acesso em 07 jun. 2021.

SANTOS, Thaís A. S. *et al.* O acesso a tecnologias pelas crianças: necessidade de monitoramento. **RISTI**, Porto. n.38, set. 2020. Disponível em: <http://scielo.pt/pdf/rist/n38/n38a05.pdf>. Acesso em 18 abr. 2022.

SCHEL, Guilherme. **Aspectos jurídicos na vulnerabilidade psicológica e sexual da criança à pornografia.** Disponível em: https://escola.mpu.mp.br/publicacoes/obras-avulsas/e-booksesmpu/direitosfundamentaisis-em-processo-2013-estudos-em-comemoracao-aos-20-anos-da-escola-superior-do-ministerio-publico-da-uniao/18_aspectos-juridicos.pdf. Acesso em 18 abr. 2022.

ZIMMERMAN, Frederick j. Associations Between Content Types of Early Media Exposure and Subsequent Attentional Problems. **PEDIATRICS**, Washington. v.120, n. 5, nov. 2007. Disponível em: <https://publications.aap.org/pediatrics/article-abstract/120/5/986/71050/Associations-Between-Content-Types-of-EarlyMedia?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em 19 abr. 2022.

Investigando o conceito de apercepção para a Psicologia

Investigating the concept of apperception for Psychology

Jéssica Caroline Hilário¹
Maria Eduarda Cirino²
Ederson Ribeiro Costa³

RESUMO

A apercepção é um processo composto pela interação do mundo que sofrerá influências da subjetividade do sujeito. A pesquisa se iniciou a partir do questionamento sobre o fenômeno da apercepção, ao notar que apesar de aparecer nos cursos de psicologia, o termo era abordado superficialmente, deixando lacunas sobre sua origem e seu funcionamento, tornando-se, portanto, insuficiente para sua compreensão. Foi realizada uma revisão de literatura acerca do conceito de apercepção, com o objetivo de apresentar a sua construção histórica, e discutir as mudanças e semelhanças nos diversos olhares apresentados. Como resultado foi apresentado a apercepção como um fenômeno atrelado à consciência e participação na construção da identidade do sujeito.

Palavras-chave: Apercepção, Psicologia, Técnicas Projetivas

ABSTRACT

Apperception is a process composed of the interaction of the world around us which will be influenced by the subjectivity of the subject. The research began by questioning the phenomenon of apperception, noting that despite appearing in psychology courses, the term was approached superficially, leaving gaps about its origin and functioning, thus becoming insufficient for its understanding. A literature review was carried out on the concept of apperception, with the objective of presenting its historical construction, and discussing the changes and similarities in the different perspectives presented. As a result, apperception was presented as a phenomenon linked to our consciousness and participation in the construction of the subject's identity.

Keywords: Apperception, Psychology, Projective Techniques

Introdução

O conceito de apercepção está associado à área da psicologia, mais precisamente relacionado à aplicação de testes, também, às demais áreas do conhecimento, possuindo sua origem na filosofia. (MURRAY, 2005). É possível observar o desdobramento acerca do conceito conforme o desenvolvimento de teorias filosóficas, sendo posteriormente introduzido na psicopedagogia e na psicologia. No avançar das discussões acerca do mecanismo aperceptivo, percebem-se semelhanças e diferenças entre teorias e pensadores.

¹ Acadêmica do 9º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

² Acadêmica do 9º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

³ Psicólogo e docente do curso de Psicologia no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

Na psicologia cognitiva, o estudo da percepção é fundamental para entender como o cérebro processa e interpreta as informações sensoriais, e como essas informações são usadas para gerar uma resposta compreensível e significativa para o indivíduo. (ANDREWES, 2016)

Para Gibson (1979), a percepção encontra-se como uma relevância limitada para a percepção visual no mundo real, que possibilita identificar e reconhecer objetos que estão à nossa volta. Tais identificações precisam de informações sensoriais, para ver, ouvir ou sentir objetos que são constantes no mundo.

[...] a percepção do ambiente é direta, e está se referindo que não são divididas pelas imagens retinianas⁴, neuronais ou mentais, mas sim que é uma forma de extrair informações de luz do ambiente, onde se faz necessário olhar em volta e observar as coisas. (GIBSON, 1979, p. 174)

O processamento cognitivo da atividade da mente inclui as informações retiradas do ambiente visual, com o conhecimento armazenado sobre os objetos e a interação entre o indivíduo e seu ambiente. Além disso, a percepção envolve manter contato com o ambiente por ser rico em informações.

Apesar da apercepção ser conhecida através do teste projetivo do Teste de Apercepção Temática - T.A.T., há dificuldade de encontrar informações nas bases de dados eletrônicas a respeito do mecanismo aperceptivo em língua portuguesa, possuindo pouquíssimos referenciais teóricos no Brasil e países lusófonos abordando o assunto e, quase sempre associados ao teste de Henry Murray⁵. Desvendar tal mecanismo se torna essencial, pois, o teste projetivo faz parte do cotidiano de avaliadores, professores e alunos de psicologia. Contudo, o termo costuma ser abordado de forma breve, e raramente é discutido em salas de aulas. Apresentando-se como é compreendido o termo apercepção e como é feito o seu uso.

Pensar o conceito de apercepção vai além do ganho psicológico, pois na atuação psicológica, não ter claro o conceito determina avaliações falhas ou pobres, não contribuindo para diagnósticos e tratamentos adequados para a sociedade, sendo insuficiente a compreensão do seu potencial de uso.

⁴ As imagens retinianas são as que caem na retina, independentemente de estarem ou não focadas. O tamanho dessas imagens depende da distância entre o ponto nodal e a retina. (SOUSA, 2002).

⁵ Henry Murray nascido em 18 de maio de 1893, obteve grau de bacharel em artes na Universidade de Harvard em 1915. Atraído pela obra de Freud e de Jung, dedicou-se ao estudo da imaginação e da organização da personalidade humana. (MURRAY, 2005, p.11)

Objetiva-se investigar o fenômeno da apercepção para a psicologia, apontando a origem do termo, as diferentes concepções e os fatores psicológicos que o influenciam. O trabalho visa levantar e aprofundar dados acerca do assunto em língua portuguesa, apontando a relevância do processo aperceptivo, a fim de referenciar futuras pesquisas.

Para Neitzel (2020) o termo apercepção na teoria herbatiana⁶ está associado aos processos psicopedagógicos. Herbart considera o processo de apercepção uma assimilação a partir de percepções captadas anteriormente. Dependem de representações e do modo como é formada a estrutura cognitiva, sendo, portanto, construída a partir da individualidade do sujeito. Nesse viés, *apercepção é o processo de elaboração de novas percepções a partir das estruturas já constituídas [...] alterna a recepção entre inibir e fundir as novas experiências.* (NIETZEL, 2020, p. 196)

Na etimologia da palavra, é importante ressaltar a diferença entre o termo apercepção e percepção, uma vez que o primeiro é pré-definido a partir do segundo, o que pode acarretar em certa confusão. O segundo termo trata-se do *ato ou efeito de perceber* (MICHAELIS, 2022), já o primeiro conceito é considerado como uma *percepção clara e imediata de um objeto.* (MICHAELIS, 2022). Contudo, diferenciam-se no fato da percepção partir de um aprendizado por meio dos sentidos, e a apercepção ser uma ação na qual a mente intensifica ou plenifica a consciência de seus próprios estados internos e de suas representações. (FERREIRA, 2006)

Algumas das técnicas projetivas envolvem o processo de apercepção que se assemelha com o mecanismo de defesa da projeção, uma vez que *a apercepção herbatiana se corporifica pelo jogo interativo da introjeção e da projeção* (PINTO, 2014, p. 138), acarretando em possíveis confusões. Ainda de acordo com Roudinesco; Plon (1998, p.603), no mecanismo de defesa o sujeito projeta em um objeto de desejo o que se origina em si próprio, atribuindo, portanto, sentimentos, impulsos ou pensamentos indesejados de si mesmo, à outra pessoa, sem perceber que a característica incomodante no outro faz parte da própria subjetividade. A semelhança entre ambas as terminologias acontece por se basearem na percepção interna e externa do sujeito. Entretanto, na teoria *freudiana as representações derivadas das percepções internas e externas se entrelaçam formando um corpo de fantasias que constituirá o imaginário. A elaboração destas fantasias obedece à*

⁶ Investiga e compreende o fenômeno educacional (NEITZEL, 2020).

mesma dinâmica interativa incorporada no processo de apercepção. (PINTO, 2014, p. 139)

Para Wundt (1896), o processo de apercepção está ligado à clareza e ao processo psicológico de atenção, envolvendo impressões subjetivas aos conteúdos conscientes; diferente da percepção que devido a sua falta de clarificação, é denominada como apreensão, sendo caracterizada pela organização dos estímulos sensoriais captados. A teoria Wundtiana difere a apercepção de passagem como sendo restrita ao processo de consciência, ocorrendo de maneira passiva e de forma involuntária, mas que logo dá passagem às influências afetivas, galgando para a apercepção ativa que é caracterizada por ele como um processo voluntário.

A obra de Kant, crítica da razão pura (2001), traz uma discussão acerca de como é possível adquirir conhecimento, conforme aprendemos (percebemos) o mundo de maneira sensível, múltipla e fragmentada, damos sentidos a essas percepções convertendo em representações, sendo esse processo nomeado pelo autor como apercepção transcendental. Para Martins (1999, p.75), na obra de Kant, *a apercepção é uma consciência de um sujeito caracterizado apenas por seus próprios pensamentos*, assim, *é um saber que todos os pensamentos deste eu estão referidos a um único e idêntico sujeito*. Entende-se que a apercepção é a consciência de um eu, em que os pensamentos possuem características exclusivas, tornando assim um eu único.

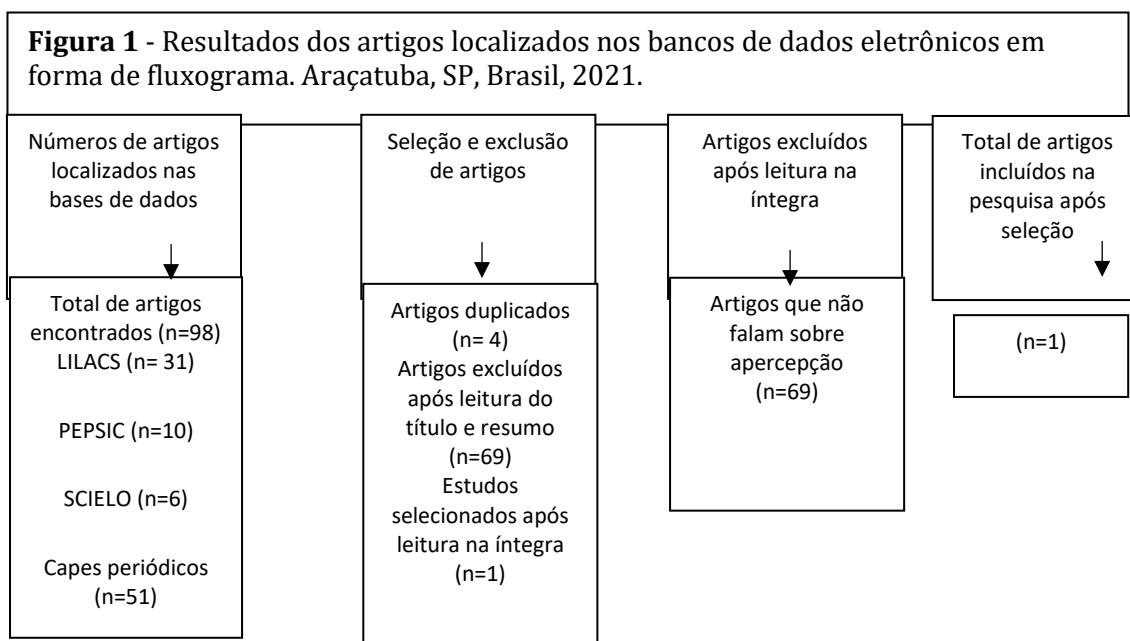
Método

O artigo desenvolvido possui caráter exploratório e utilizou a pesquisa bibliográfica como instrumento de coleta e análise de dados. A coleta ocorreu por meio das bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), Capes Periódicos e Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). A busca foi realizada em outubro de 2022. Foram utilizados os seguintes descritores: *Apercepção / apperception and psicologia / psychology*; totalizando 98 artigos nas bases de dados. Após a leitura inicial de títulos e resumos excluiu-se 69, sobrando 27 artigos para leitura na íntegra. Foi adotado como critério de inclusão, artigos que apresentavam o conceito e o histórico de apercepção, utilizando-se como critério de exclusão artigos que não tratavam de apercepção e psicologia, e todos aqueles que discutiam acerca da validação e aplicação dos testes aperceptivos como TAT: teste

de apercepção temática, CAT-A: Teste de apercepção temática infantil – figuras animais, CAT-H: Teste de apercepção temática infantil – figuras humanas, e SAT: Teste de apercepção temática para idosos. Após a leitura dos resultados, apenas um (01) artigo se enquadrava nos critérios para ser utilizado na pesquisa. Percebendo-se a escassez de materiais a respeito do tema abordado neste artigo, e para aprofundar a discussão acerca da temática da pesquisa, incluiu-se materiais que abordavam indiretamente a apercepção nos artigos e livros oriundos das referências dos outros trabalhos científicos e testes psicológicos que também foram referenciados em outra língua, o critério para a escolha foi ter o conceito de apercepção e o histórico de construção e desenvolvimento do processo aperceptivo.

Resultados

Abaixo, na Figura 1, está um organograma de como se realizaram as buscas, seleção, inclusão e exclusão até chegar ao número exato dos artigos para esse trabalho.



Fonte: Cirino, Costa, Hilário, 2023

Na tabela 1, abaixo, expomos o artigo selecionado para esse trabalho, identificando seu título, autor, ano de publicação e a plataforma em que foi encontrado, além de um breve resumo do que trata o trabalho sobre apercepção.

Tabela 1⁷

Títulos	Autores	Data de publicação	Fonte	Resumo
Representação, apercepção e constituição do eu em Herbart	NEITZEL, O.	2020	Capes periódico	O artigo traz uma releitura a respeito dos conceitos de representação e apercepção de Johann Friedrich Herbart, demonstrando a relação da psicologia com a educação.

Fonte: Cirino, Costa, Hilário 2023

Na tabela 2, abaixo, estão expostos por ordem cronológica os artigos e livros selecionados para esse trabalho, após identificada a escassez de material.

Tabela 2⁸

Títulos	Autores	Data de publicação	Fonte	Resumo
Outlines of psychology	WUNDT, W.	1897	York University, CA	Descreve elementos das experiências imediatas.
An introduction to psychology	WUNDT, W.	1912	George Allen & Unwin, LTD, ENG	Um guia sobre os conceitos da psicologia experimental.
O brincar e a realidade	WINNICOTT, D. W.	1972	Imago, Br	Winnicott discute a questão dos fenômenos transicionais.
Autoconsciência pura, identidade e existência em Kant	MARTINS, C. A.	1999	Scielo	O artigo estabelece a relação entre apercepção transcendental e identidade, existência e percepção.
T.A.T: Teste de apercepção temática	MURRAY, H. A.	2005	Casa do Psicólogo, BR	Técnica projetiva que revela componentes importantes da personalidade.

⁷ O título do artigo está escrito como o original.

⁸ Os títulos dos artigos estão escritos como os originais.

Conceitos fundamentais dos métodos projetivos	PINTO, E. R.	2014	Scielo	O artigo expõe alguns conceitos teóricos que colaboram para a interpretação dos materiais projetivos. Sendo explorado acerca da projeção e suas diferentes variações.
Crítica da razão pura	KANT, I.	2001	Fundaçã o Calouste Gulbenki an, BR	Kant discorre acerca da construção do conhecimento que se constrói a partir do fenômeno e se alia à intuição.
Do pensar ao poder: transformação existencial da apercepção na fenomenologia hermenêutica	BARROSO, G. L. S.	2021	Capes periódicos	Analisa o conceito de apercepção transcendental para Heidegger, demonstrando que a apercepção é determinada positivamente na interpretação da existência do “eu posso”.

Fonte: Cirino, Costa, Hilário 2023

Discussão

A partir do material selecionado, nota-se que a origem do termo apercepção se dá na filosofia, tida como uma organização das informações sensoriais recebidas do ambiente, o que faz com que o indivíduo compreenda o mundo ao seu redor. Na teoria de Wundt (1912), é considerada um elemento participativo da nossa consciência, em razão de ser um processo dinâmico que envolve seleção, organização e interpretação das informações sensoriais, além de participar do processo cognitivo, uma vez que envolve a atenção, a memória e a interpretação dos estímulos. O processamento aperceptivo se inicia com a percepção, aprendizado que ocorre por meio dos estímulos sensoriais; este aprendizado transiciona para o processo de clarificação e amplificação das informações recebidas, sendo, portanto, denominado como apercepção. Por ser um método interativo na compreensão do mundo ao nosso redor, ao interpretarmos e compreendermos as informações sensoriais recebidas, permite-nos que realizamos de maneira adequada e eficaz, adaptando-nos diante das situações ao nosso redor.

Apercepção para a filosofia

De acordo com Martins (1999), na filosofia transcendental de Kant, ao atribuímos sentido às percepções, convertemo-las em representações, denominando este processo de apercepção transcendental que está ligada à consciência, e parte de um processo puramente racional. Kant, nomeia a apercepção como “eu penso” que é produzido a partir da autoconsciência que faz parte da própria identidade do sujeito, em que as representações ficam ligadas à consciência.

Nesse sentido, ao atribuir a apercepção ao processo de construção da identidade do sujeito, considera-se que o mecanismo aperceptivo se refira à consciência que as pessoas têm de si mesma. Ao levar em consideração que *o eu apareço no produto das relações do corpo e da consciência com o mundo, consequência da relação dialética entre objetividade e subjetividade no contexto social*. (MAHEIRIE, 2002, p. 35), nota-se que a consciência de si mesmo é uma parte essencial na construção do “eu”, mas que, por si só não é suficiente para sua total construção, possuindo influências tanto da racionalidade quanto da subjetividade do sujeito, que também possui inferências do ambiente externo.

Apercepção no processo de aprendizagem

Para os campos da pedagogia e psicopedagogia, Neitzel (2020), discute a respeito do processo de aprendizagem na teoria herbatiana, que integra o processo aperceptivo ao sistema pedagógico. A partir das estruturas de representação já constituídas, o sujeito percebe e interpreta o meio a sua volta, e é por meio da representação que o sujeito terá a percepção imediata de um conjunto de elementos e conceitos, seja ele cultural, social ou natural. Dessa maneira, a apercepção é vista como processo fundamental para compreender o desenvolvimento da capacidade de aprender, uma vez que depende de como o sujeito desenvolveu sua estrutura cognitiva e as suas representações.

O processo de aprendizagem envolve a capacidade de compreensão, percepção e interpretação de um conjunto de fenômenos culturais, sociais ou naturais. Tais capacidades são responsáveis pela construção da compreensão, interpretação e reflexão de novas experiências. *O processo de apercepção é o processo de elaboração de novas percepções a partir das estruturas já constituídas*. (NEITZEL, 2020, p. 196). Sendo assim, quanto mais amplo o repertório de experiências e conhecimentos, maior será a capacidade aperceptiva do sujeito.

Apercepção para a psicologia

A psicologia utiliza como sustentação a ideia inicial da apercepção moldada pela filosofia. Contudo, autores da psicologia aperfeiçoam o conhecimento deste mecanismo. Wundt (1897), mantém a ideia de que a percepção é uma fase de organização dos estímulos captados que em seguida passa para a fase aperceptiva. O autor divide a apercepção em dois momentos: sendo o primeiro denominado como apercepção de passagem, em que ainda não há envolvimento da consciência, já no segundo momento, a apercepção dá espaço para as influências afetivas, sendo denominada como um processo ativo.

Para Wundt (1897), a apercepção está atrelada aos níveis de consciência que possuem um movimento transicional, partindo da captação dos estímulos sensoriais e se movimentando até atingir a consciência, havendo clareza do que foi percebido, sendo carregada de sensações subjetivas e sentimentos.

No campo da fenomenologia-existencial, Barroso (2021), discute acerca da transformação do conceito kantiano de apercepção transcendental para a apercepção existencial, uma vez que a concepção heideggeriana estabelece a troca do eu penso de Kant para o “eu posso”. *A apercepção em Heidegger designa a própria estrutura ser-no-mundo e, portanto, é identificada tanto como o si-mesmo quanto com o mundo.* (BARBOSA, 2021, p.86). Dessa forma, a apercepção existencial é parte da construção da subjetividade do sujeito, ou seja, em seu modo de ser.

Bellak (1967 *apud* MURRAY, 2005, p. 9) *define o termo apercepção como uma interpretação significativa que um examinando faz diante de uma percepção*, nesse viés, ao se deparar com uma percepção, o sujeito irá captar as informações recebidas pelos sentidos, as quais sofrerão com a influência de sentimentos, características e tendências de personalidade, formando assim uma interpretação nova a respeito do estímulo ao qual o sujeito foi exposto, carregado de aspectos subjetivos. É a partir desta ideia que os testes de apercepção temática (T.A.T, C.A.T's e S.A.T)⁹ se baseiam: o examinando ao se deparar com um estímulo, percebe a nova informação e projeta os conteúdos oriundos de sua singularidade. Portanto, o conteúdo projetado por ele depende de sua vivência, demonstrando assim, aspectos que participaram da construção de identidade de seu “eu”.

9 Teste de Apercepção Temática (T.A.T), Teste de apercepção temática infantil – figuras humanas (C.A.T-A), Teste de Apercepção Temática infantil – figuras animais (C.A.T-H) e Teste de Apercepção Temática para Idosos (S.A.T).

Apercepção para a psicanálise

Para Freud (1915), a apercepção envolve a interpretação de estímulos sensoriais pelo cérebro e sua associação com experiências passadas e desejos inconscientes, as pessoas têm dificuldade em perceber e compreender os próprios pensamentos e emoções inconscientes, o que pode levar a comportamentos irracionais e a conflitos internos.

O termo apercepção dificilmente aparece nos textos psicanalíticos, sendo apresentado brevemente por Winnicott. No trecho *Posso agora me permitir olhar e ver. Olho agora criativamente e sofro a minha apercepção e também percebo* (WINNICOTT, 1975, p.157), o autor se refere ao olhar criativo da criança sobre o mundo a sua volta, resultado da experiência subjetiva que o bebê tem do ambiente materno. Essa criatividade é vinculada à ilusão inicial da relação mãe- bebê, em que o seio materno faz parte e está sob controle do mesmo.

Quando o bebê começa a experienciar a contradição de sua ilusão com a realidade, percebe a mãe como um ser separado, a percepção toma o lugar da apercepção, marcando o início de uma troca significativa com o mundo ao seu redor. Portanto, Winnicott, apresenta um caminho inverso do processo aperceptivo se comparado aos vistos anteriores. Nota-se que a apercepção se torna um processo fundamental para o crescimento pessoal, em razão de o bebê começar a compreender e a perceber o ambiente ao seu redor, ele consegue superar os conflitos internos que antes ficavam no campo da fantasia.

Segundo os dois autores, os indivíduos têm dificuldade em perceber e compreender os próprios pensamentos e emoções inconscientes, o que pode levar a comportamentos irracionais e a conflitos internos. Na psicanálise, o processo de apercepção é explorado através das técnicas projetivas, como a associação livre¹⁰, que é um processo no qual o indivíduo é incentivado a falar sobre qualquer coisa que lhe venha à mente, sem censura ou julgamento.

Isso permite que o indivíduo compreenda e reaja ao ambiente de forma mais consciente e adaptativa. A apercepção é um processo contínuo e dinâmico que está constantemente influenciado pelos nossos desejos, medos, expectativas e

¹⁰ A associação livre é um método que consiste em expressar por palavras ou gestos todos os pensamentos que correm ao sujeito de maneira espontânea. (LAPLANCHE, J; PONTALIS, J. B. 2001).

experiências passadas. É vista como um importante mecanismo de defesa utilizado pelo ego para proteger a pessoa de estímulos dolorosos ou ameaçadores.

Conclusão

Conclui-se que a apercepção é um processo fundamental para a compreensão da realidade e para a construção da consciência. Ela nos leva a interpretar e compreender as informações sensoriais que recebemos, o que nos permite agir de maneira adequada e eficaz. No entanto, apesar de ser um processo fundamental para a nossa existência, ainda há muito a ser pesquisado e debatido sobre o mecanismo da apercepção.

Identificou-se que um dos grandes desafios na compreensão do conceito, é a escassez bibliográfica de materiais referenciados em língua portuguesa, recorrendo, portanto, a materiais que abordavam indiretamente sobre a apercepção, também referenciados em outra língua, além da dificuldade em entender como o cérebro processa as informações sensoriais, e como essas informações são transformadas em uma representação mental da realidade.

O conceito de apercepção no campo da filosofia, de fato influenciará todas as demais áreas que se utilizam do conceito, já que se refere à consciência que as pessoas têm de si mesmas e do mundo ao seu redor, e como essa consciência é adquirida e compreendida. É através da apercepção que as pessoas são capazes de se perceber como indivíduos autônomos e de compreender o mundo.

A partir dos resultados da pesquisa, foi possível observar as diferentes concepções e a evolução do conceito da apercepção, possuindo origem no campo da filosofia, sendo, portanto, um processo participativo na construção da identidade do “eu”. A apercepção sofre influências emocionais, participa do processo de aprendizagem na construção de um novo saber, uma vez que, para compor um novo conhecimento o indivíduo depende de seu repertório já adquirido, portanto, quanto maior o repertório de experiências e saber, maior o campo aperceptivo do sujeito. Além do mais, notou-se que, dependendo do autor, ora a apercepção é vista como uma experiência voltada apenas para o subjetivo, ora é a construção de novas informações que sofrem influências emocionais.

O fenômeno aperceptivo na psicologia, inicialmente é compreendido em dois momentos por Wundt, classificado em duas fases, sendo a primeira sem o

envolvimento da consciência, mas que transiciona para a consciência, a qual sofre influências subjetivas do sujeito. Por outro lado, na fenomenologia, a apercepção participa na construção da subjetividade, portanto atua ativamente na composição da personalidade, influenciando a interpretação dos estímulos ao nosso redor. Nesse viés, conforme os dados levantados, o conhecimento do processo aperceptivo possui relevância nos processos psicológicos básicos, pois amplia o campo de estudos, auxiliando um melhor entendimento acerca do conceito, contribuindo com as aplicações de testes e diagnósticos.

O presente estudo de apercepção, como exemplo dessa perspectiva, é fundamental considerando que a construção do tema em língua portuguesa se encontra em andamento, logo, faz-se necessário uma maior análise, contribuindo, assim, para melhor compreensão em futuras pesquisas. Fazer uso correto da terminologia proporciona uma melhor aplicação e interpretação dos testes aperceptivos, que irão fundamentar futuros diagnósticos e tratamentos.

É preciso apontar que este trabalho além de auxiliar futuras pesquisas, apoiará as disciplinas, principalmente de avaliação psicológica, que se utilizam do conceito da apercepção para que as aulas e a compreensão dos alunos possam ser alicerçadas em um continuum de compreensão da origem, histórico e utilização do conceito de apercepção para as áreas de conhecimento aqui apontadas, e, principalmente, para a psicologia de língua portuguesa.

Referências Bibliográficas

ANDREWES, D. **Neuropsychology from theory to practice**. 2 ed, Routledge, 2016.

BARROSO, G. L. S. Do pensar ao poder: a transformação existencial da apercepção na fenomenologia hermenêutica. **Studia Heideggeriana**, v.10, n.1, p. 71-89.

Disponível em:

<https://studiaheideggeriana.org/index.php/sth/article/view/131/113>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BELLAK, L. M. D; ABRAMS, D. M. CAT-A: **teste de apercepção infantil** - figuras animais. São Paulo: Vetor, 2010.

BELLAK, L. M. D. CAT-H: **teste de apercepção infantil** – figuras humanas. São Paulo: Vetor, 2016.

BELLAK, L. M. D. **Teste de apercepção para idosos** – SAT. São Paulo: Vetor, 2013.

EYSENCK, M. W; KEANE, M. T. **Manual de psicologia cognitiva**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FERREIRA, E. C. A fenomenologia husserliana e a ruptura com a tese da atitude natural. **Tempo e Ciência**, v.13, n.26, p.69-83, 2006. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/1546>. Acesso em 18 mar. 2023.

FREUD, S. A percepção e sua relação com o inconsciente. In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. 14, p.129-30 Imago, 1915.

GIBSON, J. J. **The ecological approach to visual perception**. Boston, MA: Houghton Mifflin, 1979.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

LAPLANCHE, J; PONTALIS, J. B. **Vocabulário da psicanálise**. 4 ed, São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MAHEIRIE, K. Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. **Interações**, v.7, n.13, p.31-44, jun. 2002. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072002000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 fev. 2023.

MARTINS, C. L. Autoconsciência pura, identidade e existência em Kant. **Transformação**, v.21, n.1, p.67-89, mar. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/GWZhJJFzYJFsZTsZ8mNJLTR/?lang=pt#ModalArticles>. Acesso em: 21 out. 2022.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998 (Dicionários Michaelis). p. 2259.

MURRAY, H. A. T.A.T: Teste de apercepção temática. 3 ed, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

NEITZEL, Odair. Representação, apercepção e constituição do eu em Herbart. **Revista Atos de pesquisa em educação**. v.15, n.1, p. 186-208, abr. 2020. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/7455/4588>. Acesso em: 16 out. 2022.

PINTO, E. R. Conceitos fundamentais dos métodos projetivos. **Ágora: estudos em teoria psicanalítica**, Rio de Janeiro, v. 17, n.1, p. 138-153, jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/FfrxThdCyQ5hSN6Qq46gsCK/?lang=pt#>. Acesso em: 20 out. 2022.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SOUSA, S. J. F. **Revisando as anisometropias**. Ribeirão Preto: Arquivos Brasileiros Oftalmologia, v.65, n.1 p.114-117, jul. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abo/a/h6m8dxjmhVhdT6T9msvHqKs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2023.

WUNDT, Wilhelm. **Outlines of psychology**. Tradução de Charles Hubbard Judd. Toronto: York University, 1897 (Obra original publicada em 1896).

WUNDT, Wilhelm. **An introduction to psychology**. Tradução de Rudolf Pinter. London: George Allen & Unwin, LTD, 1912 (Obra original publicada em 1911).

Sociedade disciplinar, reforma psiquiátrica e movimento antimanicomial: processo histórico e desafios na contemporaneidade

Disciplinary society, psychiatric reform and anti-asylum movement: historical process and contemporary challenges

Carlos Eduardo Marotta Peters¹
Joicimar Cristina Cozza²
Ariel Masucato Rodrigues³
Igor Matheus Caldeira Brassioli⁴

RESUMO

O presente artigo visa, por meio de revisão de literatura reflexiva, traçar paralelos sobre a influência da sociedade disciplinar, suas normas e dispositivos de controle durante a história contemporânea sobre a “loucura” - doenças, síndromes e transtornos psicológicos. Como isso resultou em práticas de dominação antiéticas, com o único intuito de segregar, sem intenção de ressocialização, e de como resquícios dessas práticas ainda existem na atualidade.

Palavras-Chave: Antimanicomial, Disciplina, Psiquiatria

ABSTRACT

This article aims, through a reflective literature review, to draw parallels on the influence of the disciplinary society and its norms and control devices during the contemporary history of “madness” and diseases, syndromes and psychological disorders and how this resulted in practices of domination that were unethical and with the sole purpose of segregating without the intention of resocialization, and how remnants of these practices still exist today

Keywords: Anti-Asylum, Discipline, Psychiatry

Introdução

A relação das sociedades humanas com as doenças é complexa. É comum problematizar, por exemplo, a peste negra, a gripe espanhola e até mesmo a disseminação do câncer, tendo como escopo a medicina, a biologia ou qualquer outra ciência sancionada academicamente ou socialmente para falar dessas questões. Partimos do princípio de que a doença não pode problematizada apenas como fenômeno circunscrito ao olhar dessas ciências. É necessário compreender as

¹ Doutor em História Social pela UNESP, Campus de Assis Docente na Fundação Educacional de Penápolis email: marottapeters@gmail.com

² Doutoranda em Educação pela UNESP, Campus de Marília Mestre em Saúde Coletiva pela Faculdade de Medicina da USP de SP, Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - Araçatuba
Email: joice@unisalesiano.com.br

³ Acadêmico do 10º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba

⁴ Acadêmico do 10º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba

representações produzidas historicamente sobre as doenças, os saberes, as práticas, as instituições gestadas para sua contenção, os significados religiosos, a produção de bodes expiatórios etc. Ou seja, é necessário entender a doença também no âmbito da cultura, das instituições, da política, da economia etc. Esse novo olhar sobre o fenômeno da doença (e das técnicas de cura) foi influenciado, num primeiro momento, pelo pensamento do filósofo francês Foucault, ainda que diversos historiadores tenham feito análises pouco ortodoxas das doenças no passado.

Foucault tematizou a loucura em sua obra *História da loucura na Idade Clássica* (1995). A loucura foi, nesse contexto, uma das primeiras doenças a ser abordada segundo a nova perspectiva que apontamos anteriormente. O filósofo francês influenciou gerações de historiadores, sociólogos, antropólogos e, até mesmo, psiquiatras porque buscou analisar como a doença em questão foi subjetivada por aparelhos de conhecimento e práticas institucionais. A loucura e os *desvios* em geral, segundo ele, foram incorporados a um regime de verdade, transformados em *objetos* para o pensamento. Esse olhar levou sua leitura para novas trilhas. Em termos epistemológicos, Foucault não parte de um objeto para demonstrar suas diversas formas de manifestações no tempo. Ele tenta chegar ao objeto de outra forma, partindo da análise das práticas. O importante seria desvendar quando e como o objeto surgiu como tema e como discurso. Segundo ele, objetos históricos e sujeitos históricos nascem como efeito de construções discursivas. Não devem ser, portanto, tomados como ponto de partida para atribuir sentido às práticas sociais. Em sua perspectiva, o trabalho de um analista é desconstruir discursos, fazer ver as redes que naturalizaram e constituíram verdades.

Em suma, a análise de Foucault deu à loucura status de objeto histórico. De acordo com a historiadora Rago (1995, p. 68), *sua leitura foi ousada, pois situou no século XVIII, anteriormente descrito como o tempo da luta pela liberdade, da cidadania, a invenção das modernas técnicas de dominação, como a prisão e o hospício*. Tais instituições não representaram, nessa perspectiva, um progresso na humanização das sociedades, mas foi resultado de um refinamento nas formas de violência e dominação. A partir dessa desconstrução, ele sugeriu a análise *microfísica*. Na microfísica foucaultiana, o poder é tido como uma grande teia de relações (muitas vezes positivas), que atravessam o tecido social, produzindo

individualidades, adestrando corpos e delineando a ideia de normalidade. A normalidade, no século XIX, foi muitas vezes descrita como aquela que coincidia com a aptidão para o trabalho (no caso dos homens) e para a vida doméstica (no caso das mulheres).

Em sua obra sobre a loucura, o filósofo analisou os sentidos nela inscritos e o caminho que levou ao surgimento da psiquiatria. Seu argumento central é que a loucura só tem de fato realidade e é considerada doença no interior de uma cultura que a reconhece dessa forma. A cultura ocidental é que teria atribuído à doença o sentido de *desvio* e, conseqüentemente, ao doente uma condição capaz de excluí-lo do mundo produtivo, visto como normal. O desenvolvimento, contudo, da moderna concepção de loucura se deu a partir do final da Idade Média. Na transição para a Idade Moderna, a loucura já estava presente em termos discursivos, mas vivia em estado de liberdade. *Estava, nesse sentido, inserida no cotidiano, e não era confinada em instituições. Nem sequer havia discurso médico refinado acerca de suas causas* (FOUCAULT, 1995, p. 11).

Uma razão dominante passou a definir os contornos da loucura a partir do século XVI. O louco passou a ser visto como portador de um defeito, um desviante. Por isso, deixou de fazer parte da vida cotidiana. Uma primeira instituição se encarregou de confinamento: o hospital. Em tais casas de internação, que foram disseminadas pela Europa, os loucos ainda não haviam sido individualizados, totalmente definidos. Eram misturados com aqueles que habitavam as *workhouses*. Como exemplo disso, no Hospital Geral, fundado em Paris, em 1656, estavam confinados indivíduos considerados alienados, pobres, desempregados e outros. O Hospital Geral não tinha uma lógica médica.

O século XVIII foi palco de uma grande mudança. Outros sentidos foram gestados para essas casas de internamento. A loucura, em específico, recebeu definitivamente status de doença. O médico, profissional já amplamente sancionado nos países europeu, passou a ter um novo papel: evitar a disseminação da doença pelas cidades. Com esse objetivo, os locais de internação adquiriram nova função, tornando-se cada vez mais especializados e isolados. Na segunda metade do século houve outra mudança. O louco foi descrito como vítima dos novos tempos. A avalanche de transformações desencadeadas pela revolução industrial e pela disseminação de novas ideias (iluministas), bem como a mudança nas instituições e

nos valores (com o enfraquecimento da religiosidade); tudo isso foi descrito como causa de enlouquecimento individual e coletivo. *A loucura seria a contrapartida negativa do progresso* (FRAYSE-PEREIRA, 1985, p. 73). Raciocínio semelhante levou Émile Durkheim (2000), a afirmar, posteriormente, que o aumento dos índices de suicídio seria explicável pela perda de referências gerada pela modernidade.

Em tal contexto, portanto, a loucura virou objeto da medicina. O internamento, por sua vez, passou a ser prática terapêutica. Seu objetivo seria reinserir o louco na instituição familiar. É importante frisar que a família burguesa (nuclear e heteronormativa) foi construída como sendo o modelo natural e, portanto ideal, de família (ENGEL, 1997). O hospício pode ser visto como um espelho de tal modelo. O louco, como avesso da normalidade, assumiu o papel daquele que deve ser educado. Os hospícios permitiram a observação e o registro dos *desvios*. A partir da criação de diversas categorias de loucura, surgiram também as práticas terapêuticas. Tais práticas eram geralmente punitivas e violentas. Seu objetivo seria principalmente homogeneizar as condutas. Nesse âmbito, a relação entre doente e médico foi reestruturada. Os cuidados meramente paliativos do passado se tornaram mais intensos, estabelecendo uma relação de dominação. A autoridade do médico era sancionada pela ordem moral da família burguesa e pelos governos.

No decorrer da racionalização do mundo perpetrada por vários saberes no século XIX, a loucura obteve seu devido espaço, o da exclusão. A medicalização da loucura era fundamentada num núcleo moral. O que realmente era avaliado era a aptidão para o mundo do trabalho e para o matrimônio. As leituras e as práticas da psiquiatria não podem ser entendidas como meramente científicas. *Elas facilitaram intervenções políticas, muitas vezes repressivas, num contexto de surgimento projetos de ordenamento social.* (FRAYSE-PEREIRA, 1985, p. 87)

Esse novo personagem, o louco, foi definido e atormentou as leituras dominantes acerca da harmonia social. O louco incomodava por ser polissêmico e obscuro, uma criatura de reações inesperadas, às vezes violentas. Mas, sobretudo, por não ser capaz de dar sua contribuição para a construção do progresso, pois seria inábil para o trabalho e para o cuidado doméstico, bem como incapaz de exercer a tão propalada liberdade, gerada pela razão. Além da mente, a modernidade também concebera o corpo-máquina, unidade produtiva esquadrihada por múltiplos saberes científicos. A nova lógica civilizacional exigia o máximo das capacidades

físicas e mentais. O corpo disforme, assim como a mente desvairada, também foi estigmatizado.

Na segunda metade do século XIX, houve outra transformação. O pensamento psiquiátrico mudou para se adequar a um ambiente novo, gerado pelo crescimento das cidades, pelo surgimento das multidões, pela presença de pobres, ociosos, criminosos e outros perturbadores da ordem. O conceito de loucura foi ampliado. Segundo Cunha (1986, p. 25), *o louco deixou de ser apenas furioso e visível, tornando-se insidioso, invisível e difícil de ser percebido por leigos*. Um novo discurso foi criado, tendo como base a teoria da degenerescência de Bénédict Morel. Segundo a nova leitura, a degeneração seria transmitida hereditariamente. A loucura seria uma doença mais complexa do que simplesmente *desvio da razão*. Surgiu então a preocupação com o *degenerado*. Esse novo louco pareceria normal, dando a ele invisibilidade. Daí sua periculosidade ser maior.

A cidade moderna, com seus espaços mapeados, segregados e sanitarizados, virou palco para manifestações da degenerescência. O avesso da ordem possui, desde então, várias caras: vagabundagem, jogo, vício, prostituição e crime. Mas a multidão e a pobreza urbana também foram consideradas responsáveis pela loucura. A cidade seria local de atração de degenerados e viabilizaria a doença por causa de seus espaços insalubres. Isso gerou mudanças institucionais importantes. Não bastaria mais confinar o louco. A guerra contra a enfermidade deveria ser travada nos seus focos geradores. *O papel dos agentes da repressão foi repaginado e foram intensificadas as ações para gerir e higienizar as famílias*. (CUNHA, 1986, p. 25-6)

As instituições responsáveis pela grande internação reinaram soberanas na virada para o século XX e mantiveram, durante o século, sua centralidade no combate à loucura. Foram, contudo, muito questionadas na segunda metade desse século. Relatos sobre seu modus operandi violento, sobre sua higiene precária, suas instalações ruins, somadas à constatação de que os controles externos eram falhos; tudo isso gerou discussões acerca da validade e eficácia de suas práticas, bem como da cientificidade do discurso de seus defensores. Por outro lado, a instrumentalização da psiquiatria por regimes autoritários e democráticos ajudou a demolir sua suposta neutralidade científica.

A implantação da psiquiatria em países como o Brasil foi um pouco tardia. Ainda que o discurso psiquiátrico já disputasse espaço com noções leigas e religiosas sobre a loucura desde meados do século XIX, a grande era de internações no país coincide com a modernização do Rio de Janeiro e, mais adiante, de São Paulo. Tais cidades receberam milhares de imigrantes na virada do século. Seu crescimento acelerado gerou debates e demandou na ótica dos grupos dirigentes, medidas inspiradas no modelo desenvolvido na Europa.

Foi colocado em prática, com o apoio de médicos sanitaristas, juristas e formadores de opinião, um amplo processo de reeducação da população e de repressão às práticas populares de medicina. A imposição de uma medicina social objetivava, também, expropriar da memória popular os conhecimentos a respeito da saúde e da doença, impondo um modelo baseado na medicina dita *científica*.

Autores como Machado (1978) situaram a origem de uma medicina social higienista (ou sua institucionalização) no Brasil na primeira metade do século XIX, com a fundação, em 1829, da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (SMRJ), entidade que foi transformada na Academia Imperial de Medicina (AIM) em 1835. Os efeitos dessa institucionalização, contudo, foram lentos. A medicina higienista, ou simplesmente higienismo, era derivada do neo-hipocratismo, leitura ambientalista do saber médico que via uma relação entre a doença, o ambiente e a sociedade. A consolidação das práticas higienistas aconteceu na transição para a Primeira República, em função das epidemias de cólera (1855) e febre amarela (1850) no Rio de Janeiro. O discurso médico higienista se radicalizou após tais epidemias, demandando uma ação enérgica no universo da saúde pública. O fruto de tais pressões foi a grande ação sanitarista da última década do século XIX e primeira década do século XX, marcada pela derrubada de cortiços, pelas campanhas de vacinação e pela sofisticação e ampliação da ação dos agentes de saúde (CHALHOUB, 1996).

De acordo com Weber (1999, p. 85), *o processo de legitimação do saber médico foi lento e marcado por embates. As práticas médicas não eram homogêneas e também geraram desconfiança em parte da população. Mas a penetração da medicina nas outras instituições aconteceu. A loucura foi quase totalmente monopolizada pelo saber psiquiátrico, ainda que existissem diversas instituições asilares leigas (geralmente religiosas) na primeira metade do século em regiões distantes dos*

grandes centros (PETERS, 2000). Segundo Moulin (1985), no avançar do século XX, tornou-se quase impossível formar família, praticar esportes ou mesmo encontrar trabalho sem passar pela análise de um médico.

Metodologia

A pesquisa trata-se de uma revisão de literatura reflexiva na qual os dados foram obtidos e coletados através do levantamento de obras científicas sobre o modelo hospitalocêntrico e a história da loucura. Os estudos selecionados foram analisados e compilados através das bases de dados.

O modelo hospitalocêntrico e seus atravessamentos sociais

O modelo hospitalocêntrico de saúde mental, que historicamente tem sido dominante na abordagem e tratamento de questões relacionadas à saúde mental, enfatiza a internação em instituições psiquiátricas como principal forma de tratamento, negligenciando outras abordagens e recursos comunitários. Enquanto instrumento de docilização de corpos, tornou-se importante ferramenta da medicina e do estado para legitimar as práticas excludentes durante os últimos dois séculos.

O modelo hospitalocêntrico tem suas origens históricas no século XIX, quando os hospitais psiquiátricos foram estabelecidos como instituições para o tratamento de doenças mentais e a loucura passou a ser entendida cientificamente como um mal da alma. Esse modelo enfatiza a internação de longo prazo, isola os pacientes do mundo social com uma abordagem e tratamentos predominantemente médicos e farmacológicos. No entanto, desde o século passado, tem havido um movimento crescente em direção a abordagens mais integrativas e centradas na comunidade e nos territórios. Passa-se então a uma busca de ações nos âmbitos sociais, políticos e de resistência que, superando o modelo hospitalocêntrico, possa colocar a doença em suspensão e olhar para o humano que emerge, apesar da e com a doença.

A Reforma Psiquiátrica tem seus primeiros avanços no século XX, como um movimento que busca superar o modelo asilar e promover uma abordagem mais humanizada e inclusiva no cuidado de pessoas com transtornos mentais (BOARINI, 2020). Ao longo das últimas décadas, essa reforma tem ganhado força em diversos

países, impulsionada por evidências científicas, direitos humanos e demandas da sociedade. Busca a desinstitucionalização dos pacientes psiquiátricos, enfatizando a inclusão social, a autonomia e o respeito aos direitos humanos. Seus principais objetivos incluem a redução do número de leitos psiquiátricos, a implementação de serviços comunitários de saúde mental, a valorização da participação dos usuários e familiares no processo de cuidado e a promoção da integralidade no atendimento.

Porém, ao longo dos anos, vários foram os enfrentamentos e os desafios, como resistência de profissionais e instituições, estigma associado aos transtornos mentais e falta de recursos adequados. Segundo Basaglia (1979), desinstitucionalizar não é somente modificar as formas de atenção à loucura, mas produzir modificações na cultura, na sociedade excludente das diferenças, portanto, produzir modificações na racionalidade social sobre esse fenômeno. Sendo assim, a Reforma Psiquiátrica não pode deixar de lado as questões epistemológicas que a geraram.

A loucura, enquanto fenômeno psicossocial, acompanha o homem em sua trajetória histórica. Em quase todas as sociedades há indícios da existência de pessoas que perderam o controle de suas emoções e alteraram o seu comportamento a ponto de causar estranheza em seus semelhantes. Como afirma Jaspers (1959), a loucura é um fenômeno tipicamente humano, pois é somente quando afetado em seu devir que o sujeito põe em questão seu ser, constituindo a psicopatologia.

Cada época histórica vai tratar desse fenômeno de um modo característico, marcado pelo horizonte racional, cultural, social, político predominante no momento.

O conhecimento sobre a historicidade dos fenômenos sociais evidencia as contradições e determinações presentes na trajetória da humanidade. A loucura como doença e como especificidade médico-psiquiátrica existe há aproximadamente 200 anos. É no século XVIII que se inscreve uma nova maneira de se perceber e vivenciar a condição humana (BEZERRA, 1995). A loucura e seus lugares de exclusão, como templos, domicílios e instituições sempre existiram, mas a instituição psiquiátrica, propriamente dita, é uma construção do século XVIII (FOUCAULT, 1975).

A reforma psiquiátrica, constituiu-se como movimento histórico de caráter político, social e a epistemologia da reforma psiquiátrica traz em seu bojo a construção de ações, instrumentos e práticas técnicas que fazem emergir a necessidade de desinstitucionalização e desconstrução do manicômio. A substituição progressiva dos manicômios por outras práticas terapêuticas e a cidadania do doente mental vêm sendo objeto de discussão não só entre os profissionais de saúde, mas também em toda a sociedade com o advento dos movimentos antimanicomiais que surgiram ao longo do século XX, principalmente a partir da vertente basagliana e suas lutas. (GONÇALVES, 2008)

No Brasil, no decorrer do século XX, vários profissionais de diferentes campos do saber denunciaram a morte de milhares de pessoas sequestradas pela exclusão, torturadas e mortas durante décadas em hospitais psiquiátricos. Essa insurgência marcou um estado embrionário da luta antimanicomial em resistência à hegemonia do tratamento psiquiátrico vigente, alavancadas em consonância com uma série de eventos nacionais, internacionais e, especialmente pautada nas experiências de desinstitucionalização da psiquiatria desenvolvidas em Gorizia e em Trieste, na Itália, por Franco Basaglia (1924-1980) no período de pós II Grande Guerra Mundial.

Como característica de muitos movimentos sociais brasileiros, a luta antimanicomial emerge do contexto de abertura do regime militar, com manifestações de resistência na saúde, sobretudo na construção do Centro Brasileiro de estudos de Saúde, em 1976, bem como o Movimento de Renovação Médica no mesmo ano.

Alavancado por esses movimentos, surge o Movimento dos Trabalhadores de saúde mental, cujo papel impactante foram as denúncias sobre o governo militar e as violências perpetradas pelo sistema de assistência psiquiátrica: tortura, fraudes, corrupção, barbárie. Esse movimento originou uma greve de oito meses em 1978, alcançando importante repercussão na imprensa.

Porém, é a partir da realização do V Congresso Brasileiro de Psiquiatria, em outubro de 1978, que se iniciaram as discussões políticas acerca da, então, díade política nacional - saúde mental. Nesse momento de efervescente resistência, a

vinda de grandes pensadores ao Brasil (Franco Basaglia, Felix Guattari, Robert Castel e Erving Goffman) para participação do I Congresso Brasileiro de Psicanálise de Grupos e Instituições no Rio de Janeiro somado à ocorrência, em 1979, do I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental, em São Paulo, emergiram ferramentas para a busca de uma práxis que flertava com as propostas de um estreitamento mais articulado com outros movimentos sociais. Na mesma época, em Belo Horizonte, o III Congresso Mineiro de Psiquiatria articulado com o MTSM (AMARANTE, 1995), surgem propostas alternativas à assistência psiquiátrica.

Em 1987, dois eventos fundantes envolvem família, comunidade, associações de usuários integrando-se às discussões: I Conferência Nacional de Saúde Mental e o II Congresso Nacional do MTSM11 (em Bauru/SP), passando-se a construção de um movimento mais amplo, na medida em que atores sociais se incorporam à luta pela transformação das políticas e práticas psiquiátricas (AMARANTE, 1995). Com a criação do Manifesto de Bauru que, segundo Silva (2003), estabelece-se a criação do documento de fundação do movimento antimanicomial que marca a afirmação do laço social entre os profissionais com a sociedade para o enfrentamento da questão da loucura e suas formas de tratamento, o que possibilitou a abertura de um espaço publicizado de debate que propicia a ruptura crescente da perspectiva tecnicista sobre a loucura. A Luta Antimanicomial, cujo lema é “Por uma Sociedade sem Manicômios”, e tem o dia 18 de maio como data de comemoração no calendário nacional brasileiro, diferenciava-se pela ampla participação de usuários e familiares, o que traz um novo horizonte para as discussões e proposições que, até então, aconteciam a portas fechadas, sob a égide da ciência, da política e dos profissionais da área da saúde.

Dessas vozes inquietas das primeiras décadas do século XX ou na década de 1970 e, posteriormente, quando se gritava pela redemocratização, pelo fim da ditadura militar e a barbárie instalada em anos de arbitrariedades, nos hospitais psiquiátricos surgiam as resistências pela mudança de paradigmas tecnicistas e organicistas e pela extinção dos manicômios.

Nas décadas que se seguiram, com a Constituição de 1988 e a criação do SUS (Sistema Único de Saúde), ações práticas de cuidado em liberdade sob o lema “por uma sociedade sem manicômios” foram iniciadas no Brasil, tais como a regionalização do atendimento psicossocial, buscando as bases comunitárias e fazendo emergir a necessidade de se olhar para o território como o lugar da ação em educação e prevenção. Nos anos 80, houve a formulação, e posterior aprovação, da Lei nº 10.216, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica e, em 6 de abril de 2001, a Lei estabeleceu novas diretrizes para políticas de saúde mental, ao prever a substituição progressiva dos manicômios no país por uma rede complexa de serviços que compreendem o cuidado em liberdade como elemento fundamentalmente terapêutico, o que estabeleceu garantias importantes para a pessoa com transtorno mental, quais sejam: que a pessoa com transtorno mental, *sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno (...)*, deve ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade [art. 2º, § II].

Conclusão

A reforma psiquiátrica se constrói no sentido de empurrar e sustentar que os poderes executivos invistam nos processos de desinstitucionalização de pessoas internadas por longos períodos de permanência, grande parte delas sem qualquer vínculo remanescente com a sociedade. Discursos, saberes e práticas psiquiátricas seculares que, no passado e até hoje, sustentam o estigma da loucura pelo diagnóstico da “doença mental” tem sido alvo de resistência por uma sociedade sem a defesa da internação hospitalar, sem o absenteísmo e a segregação social como princípios básicos de tratamento em saúde mental. (PEREIRA, 2021)

Hoje, o Movimento Antimanicomial é reconhecido internacionalmente como uma referência na luta pelos direitos humanos das pessoas com transtornos mentais e tem inspirado ações semelhantes em outros países. É importante ressaltar, no entanto, que apesar dos avanços alcançados, ainda há muito a ser conquistado para garantir o acesso universal aos cuidados em saúde mental e para combater o estigma

e a discriminação, ainda que velados, no que tange às diversas experiências existenciais.

Referências Bibliográficas

AMARANTE, P. (Org.). **Saúde mental, políticas e instituições**: programa de educação à distância. Rio de Janeiro: FIOTEC/FIOCRUZ, EAD/FIOCRUZ, 2003.

BASAGLIA F. **Conferenze brasiliane**. A cura di F. Ongaro Basaglia & M.G. Giannichedda. Milano: Raffaello Cortina, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília: 1988.

BRASIL. **Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília: DF. Presidência da República. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10216.htm.

BOARINI, M. L. **A luta antimanicomial: um mosaico de vozes insurgentes**. *Rev. psicol. polít.* [online]. 2020, vol.20, n.47, pp. 21-35. ISSN 2175-1390.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CUNHA, Maria C. P. **O espelho do mundo**: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DURKHEIM, E. **O suicídio**: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ENGEL, Magali. **Psiquiatria e feminilidade**. DEL PRIORI, Mary. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

FRAYSE-PEREIRA, J. A. **O que é loucura**. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985.

FOUCAULT, M. **A história da loucura na Idade Clássica**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

Gonçalves A. M. **A reforma psiquiátrica no Brasil**: contextualização e reflexos sobre o cuidado com o doente mental na família. Belo Horizonte: 2008.

Jaspers, K. **General Psychopathology**. Baltimore (EUA): Johns Hopkins University Press. (Trabalho original publicado em 1913. Última edição em 1959).

Machado, Roberto *et al.* **Danação da Norma**: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

PETERS, Carlos E. M. **Asilo Espírita “Discípulos de Jesus” de Penápolis**: a loucura no cotidiano de uma instituição disciplinar (1935-1945). 143 p.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, 2000.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, 7 (1-2), out. 1995.

SILVA M. V. O movimento da luta antimanicomial e o movimento dos usuários e familiares. In: Conselho Federal de Psicologia, organizadores. Loucura, ética e política: escritos militantes São Paulo: Casa do Psicólogo; 2003.

WEBER, Beatriz T.. **As artes de curar**: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense (1889-1928). Santa Maria: Ediora da UFSM, Bauru: EDUSC, 1999.

